

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A DEMOCRATIZAÇÃO DE TAIWAN E SUAS
IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES COM OS ESTADOS
UNIDOS E COM A CHINA**

Ben Lian Deng
matrícula nº 106089142

ORIENTADOR: Prof. Ronaldo Fiani

ABRIL 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A DEMOCRATIZAÇÃO DE TAIWAN E SUAS
IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES COM OS ESTADOS
UNIDOS E COM A CHINA**

Ben Lian Deng
matrícula nº 106089142

ORIENTADOR: Prof. Ronaldo Fiani

ABRIL 2012

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a)

Resumo

Após quase quatro décadas de tranquilidade no estreito de Taiwan, a paz no estreito foi subitamente interrompida em 1995, quando a China lançou uma série de testes com mísseis balísticos contra a costa taiwanesa. A partir de 1995, a China passou a acusar as autoridades de Taiwan de promover a “independência” de Taiwan, e por inúmeras vezes ameaçou Taiwan de guerra. Durante este mesmo período, observou-se o rápido crescimento do nacionalismo taiwanês, fato que influenciou diretamente as recentes crises no estreito de Taiwan. Esta monografia procura demonstrar que as recentes crises (1988-2008), foram resultados diretos da democratização de Taiwan ao final da década de 1980, que aprofundou o histórico conflito entre os dois principais grupos étnico e antagônicos de Taiwan, refletindo-se na política interna e externa de Taiwan.

Notas sobre as Romanizações

O sistema Wade-Giles foi utilizado para romanizar os caracteres chineses, com as exceções dos nomes que já são mais familiares para o ocidente, como Quemoy (*Chinmen*) e Chiang Kai-shek (*Chiang Chieh-shih*). Além disso, algumas autoridades da República da China, possuem nomes em inglês, como Vincent Siew (*Hsiao Wan-ch'ang*) e James Soong (*Sung Ch'u-yu*), ou romanizaram os seus nomes sem seguir nenhum padrão, como Lee Teng-hui (*Li Teng-hui*) e Hau Pei-tsun (*Hau Po-tsun*), nestes casos, utilizaremos somente as designações oficiais. E, certas organizações em Taiwan, possuem traduções oficiais em inglês, como a *Straits Exchange Foundation* (SEF) (*hai-hsia-chiao-liu-chi-chin-hui*) e o *Mainland Affairs Council* (MAC) (*ta-lu-wei-yuan-hui*), nestes casos, usaremos as traduções oficiais.

O sistema Pinyin somente foi utilizado apenas para romanizar os nomes das autoridades da República Popular da China, como Mao Zedong (*Mao Tse-tung*) e Deng Xiaoping (*Teng Hsiao-p'ing*).

SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES

Asian Development Bank	ADB
Asia-Pacific Economic Cooperation	APEC
Association for Relations Across the Taiwan Strait	ARATS
Central Intelligence Agency	CIA
China Post	CP
Conselho para a Unificação Nacional	CUN
Democratic Progressive Party	DPP
Diretrizes para a Unificação Nacional	DUN
Foreign Relations Authorization Act	FRAA
Foreign Relations of the United States	FRUS
Kuomintang	KMT
Los Angeles Times	LAT
Liberty Times	LT
Mainland Affairs Council	MAC
Sino-American Mutual Defense Treaty	MDT
Movimentos de Independência de Taiwan	MIT
New Party	NP
New York Times	NYT
Organizações das Nações Unidas	ONU
Office of President, Republic of China	OPROC
Partido Comunista Chinês	PCC
People's Daily	PD
People's First Party	PFP
República da China	RC
República Popular da China	RPC
Straits Exchange Foundation	SEF
Taiwan Policy Review	TPR
Taiwan Relation Act	TRA
Taipei Times	TT
Taiwan Security Enhancement Act	TSEA
Taiwan Solidarity Party	TSU
Television Broadcasts Satellite	TVBS
Wiki Leaks	WL
Washington Post	WP
World United for Formosa Independence	WUFI
Xinhua News	XH

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE AS ORIGENS DO NACIONALISMO TAIWANÊS	12
I.1- As Origens da Colonização Chinesa.....	12
I.2 - O Império Manchu e Taiwan	14
I.3 - Taiwan e as Potências Estrangeiras	16
I.4 - O Colonialismo Japonês	17
I.5 - O Movimento Kominka	19
I.6 - A Rebelião de 28 de Fevereiro de 1947.....	21
I.7 - Conclusão.....	23
CAPITULO II- A REPUBLICA DA CHINA EM TAIWAN (1945-1988)	25
II.1- O Estreito de Taiwan Durante a Guerra Fria (1949-1988).....	25
<i>II.1.1- A Indiferença Americana</i>	25
<i>II.1.2 - A "Neutralização" do Estreito de Taiwan</i>	26
<i>II.1.3- O Isolamento Diplomático</i>	29
<i>II.1.4- Taiwan Relations Act</i>	30
<i>II.1.5 - As “Six Assurances” de Ronald Reagan</i>	32
II.2- Da Lei Marcial a Abertura Política.....	33
<i>II.2.1 - A República da China em Exílio</i>	34
<i>II.2.2 - Os Movimentos de Independência de Taiwan</i>	36
<i>II.2.3 - A Pressão Chinesa</i>	37
<i>II.2.4 - As Pressões por Reformas Políticas em Taiwan</i>	38
<i>II.2.5 - A Decisão de Chiang Ching-kuo pela Democratização</i>	40
II.3 - Conclusão	41
CAPITULO III- O GOVERNO LEE TENG-HUI (1988-2000)	43
III.1- A Consolidação no Poder	43
III.2 – A Taiwanização.....	45
III.3 – A Democratização.....	46
III.4 – Os Ativos do Kuomintang	47
III.5- A Neutralização do “Fator China”.....	48
III.6 - A Diplomacia Pragmática.....	50

III.7 – “Um País, Dois Governos”	51
III.8 – A Frustração Chinesa.....	53
III.9 – Os Estados Unidos e a Crise do Estreito de Taiwan.....	54
III.10 - Os “Three Noes” de Clinton e a Reação do Congresso	56
III.11 - O Fim da Ilusão Chinesa	57
III.12 - O Fim da Hegemonia do Kuomintang	59
III.13 – O Fator “China”.....	60
III.14 – Pós Lee Teng-hui Era.....	61
III.15 – Conclusão	62
CAPÍTULO IV- O GOVERNO CHEN SHUI-BIAN (2000-2008)	63
IV.1 - A Estratégia Ambígua	63
IV.2 - O Compromisso de Bush.....	65
IV.3 - O Referendo e a Reforma Constitucional.....	67
IV.4 - Preocupações Chinesas e Americanas	69
IV.5 - A Re-Eleição de Chen Shui-bian e as Eleições Legislativas de 2004	70
IV.6 - A Reação Chinesa: A Nova Política de Hu Jintao	71
IV.7 - A Cautela Americana	73
IV.8 - Corrupção e Radicalismo	74
IV.9 – As Retaliações Americanas.....	75
IV.10 - Colapso e o Fim da Era Chen Shui-bian	76
IV.11 - Conclusão	78
CONCLUSÃO	79
REFERENCIAS BIBLIOGRAFIA	82
ANEXO A	91
ANEXO B	91
ANEXO C	92
ANEXO D	92

INTRODUÇÃO

Após revolucionários chineses, liderados por Sun Yat-sen, derrubarem, em 10 de outubro de 1911, a dinastia Ch'ing na China, foi fundada, em 1 de janeiro de 1912, a República da China, fato que encerrou 268 anos de domínio da dinastia estrangeira (manchu) sobre o território e mais de 2 mil anos de governos imperiais. A nova república passou então a ser governada pelo Kuomintang (KMT, Partido Nacionalista Chinês), que, porém, jamais conseguiu consolidar-se no poder, uma vez que o país estava mergulhado em inúmeras crises e guerras (civis e internacionais). Em 1949, após o Partido Comunista Chinês, liderado por Mao Zedong, derrotar o KMT de Chiang Kai-shek durante a guerra civil chinesa e anunciar a fundação da República Popular da China (RPC), o governo nacionalista de Chiang Kai-shek foi expulso da China e forçado ao exílio em Taiwan sob proteção dos Estados Unidos.

Durante o período da Guerra Fria (1946-1991), houve apenas dois incidentes armados no estreito de Taiwan (em 1954-1955 e 1958). Após as mortes de Chiang Kai-shek (1975) e de Mao Zedong (1976), as relações entre Taiwan e China entraram em uma aparente fase de aproximação. A China abandonou a tradicional retórica de “libertar Taiwan” e passou a sustentar a política de “reunificação pacífica” sob o modelo “um país, dois sistemas”. A partir da década de 80 observou-se uma rápida integração econômica entre ambos. No início da década de 90, o intercâmbio político intensificou-se. Aparentemente, Taiwan estava convergindo pacificamente para a unificação com a China.

No entanto, com a democratização de Taiwan ao final da década de 80, a aparente aproximação entre os dois países foi subitamente interrompida. Em 1995, após o presidente taiwanês, Lee Teng-hui, visitar os Estados Unidos, a China reagiu imediatamente iniciando uma série de testes com mísseis balísticos contra a região costeira de Taiwan, nas vésperas das primeiras eleições diretas para presidente em Taiwan, acusando Lee de promover a “independência” de Taiwan. Após a reeleição de Chen Shui-bian em 2004, em 2005 a China sancionou a “lei antissecessão”, que “permite” o emprego do uso da força contra Taiwan, caso as “forças separatistas” provoquem a “independência” de Taiwan ou se este recuse a “reunificar” com a RPC.

A partir da década de 60, Taiwan sustentou uma excepcional taxa de crescimento econômico, que resultou no seu ranqueamento entre os países com os melhores índices sociais e econômicos (classificado pelo FMI como a 24^a economia do mundo e uma das 35 economias avançadas do mundo), tornando-se um país modelo, tanto em termos econômicos (rápido crescimento com equidade), quanto políticos (rápida, porém pacífica democratização). De acordo com a Convenção de Montevideu (1933), Taiwan poderia ser definido como estado soberano, pois atende aos quatro principais requisitos da convenção: possui uma população permanente; um território definido; um governo; e capacidade de interagir com outros estados. Porém, é ainda uma “Nação Pária” perante a comunidade internacional, e mantém relações diplomáticas com apenas 23 países. Além disso, é o único importante e significativo estado soberano que não é membro da ONU, não existindo nenhum outro país na comunidade internacional com status similar ao de Taiwan. (COPPER, 2008, p. xi)

Há 30 anos, a China tem expandido o seu orçamento militar, a taxas de aproximadamente 12,9% ao ano desde 1989. E, atualmente também é o segundo país com o maior orçamento militar no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos (GLOBALSECURITY). Além disso, houve o aumento progressivo do número de mísseis apontados contra Taiwan. Em 2001, havia cerca de 300, e em 2012 a expectativa é de que o número aumente para 1,800 (LB, 20/05/2011). Em novembro de 2003, o premier chinês Wen Jiabao declarou: “Taiwan question is the most important and sensitive issue in the China-U.S. relationship” (WP, 21/11/2003). Em 2005, o general Zhu Chenghu ameaçou lançar um ataque nuclear contra os Estados Unidos, caso este, interferisse em um conflito no estreito de Taiwan (NYTIMES, 15/07/2005).

A partir do panorama acima exposto, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise histórica das relações dos três principais agentes que interagem no estreito de Taiwan: Taiwan, Estados Unidos e a China. Este trabalho ainda tem como objetivo analisar como os fatores da política interna de Taiwan influenciaram nas relações entre esses três países. A hipótese estabelecida é de que as recentes crises no estreito são de natureza diferente das que ocorreram durante o período da Guerra Fria, e estão diretamente relacionadas à democratização de Taiwan no início da década de 90.

A metodologia adotada consistiu numa breve abordagem histórica de Taiwan. Em seguida realizar uma análise das relações entre China, Estados Unidos e o país durante a Guerra Fria, além de destacar seu panorama político interno no período. E, por fim, analisar o impacto da abertura política nas relações no estreito de Taiwan, abordando aspectos históricos internos e externos que justifiquem o atual panorama.

O método utilizado na pesquisa foi basicamente a revisão bibliográfica dos pronunciamentos e dos documentos oficiais dos governos dos três países. Além disso, foram utilizadas também leituras de jornais taiwaneses, americanos e chineses.

Mediante a complexidade da análise da relação triangular Taiwan, Estados Unidos e China, o presente trabalho está dividido em quatro capítulos. No capítulo I, há uma breve análise histórica de Taiwan. Analisaremos também as origens dos taiwaneses nativos, do conflito “étnico” (entre chineses continentais e taiwaneses nativos) e dos movimentos de independência de Taiwan.

No capítulo II, analisaremos a relação triangular Taiwan, Estados Unidos e China durante a Guerra Fria (1949-1988). Estudaremos desde o apoio incondicional dos Estados Unidos até o início da ambiguidade da política em relação à Taiwan. Abordaremos também as consequências da aproximação sino-americana. Além disso, com base no panorama político interno de Taiwan analisado no capítulo I, faremos o mesmo tipo de análise já durante a Guerra Fria.

No capítulo III, tendo em vista o exposto no capítulo anterior, estudaremos o governo do ex-presidente, Lee Teng-hui (1988-2000). Analisaremos as reformas políticas realizadas por ele, e também analisaremos a política de internacionalização e o abandono do princípio “uma só China”. Destacaremos como estas políticas modificaram o panorama político interno e externo de Taiwan, impondo uma dinâmica nas relações com os Estados Unidos e com a China.

No capítulo IV, com base na análise da nova conjuntura interna e externa de Taiwan analisada no capítulo anterior, estudaremos o governo do ex-presidente Chen Shui-bian (2000-2008). Analisaremos como as manobras políticas de Chen, visaram à declaração da independência *de jure* de Taiwan. Destacaremos também quais foram as reações dos governos dos Estados Unidos e da China diante da tentativa de Chen.

CAPÍTULO I – UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE AS ORIGENS DO NACIONALISMO TAIWANÊS

Introdução

Após a democratização de Taiwan, a questão da identidade nacional taiwanesa não só se tornou o principal ponto de discórdia entre os seus dois maiores partidos políticos, como também originou as crises com a China nas duas últimas décadas. O presente capítulo tem como o objetivo fazer uma breve análise sobre a perspectiva histórica de Taiwan e as origens de sua identidade nacional. Na primeira seção discutiremos as origens da colonização chinesa. Na segunda seção analisaremos o governo manchu em Taiwan. Na terceira seção analisaremos as razões e os interesses das potências estrangeiras sobre território durante o século XIX. Na quarta seção analisaremos os primeiros anos da colonização japonesa. Na quinta seção analisaremos o impacto da política japonesa Kominka sobre Taiwan. Na sexta seção analisaremos as causas e as consequências da rebelião de 28 de fevereiro de 1947. Concluindo com a seção I.7.

I.1 – As Origens da Colonização Chinesa

Os primeiros habitantes de Taiwan eram tribos aborígenes de origem malaio-polinésia, similar à dos povos que habitavam as Filipinas, Polinésia e a Oceania. Porém, pelo fato de possuírem uma cultura tribal, e pelo fato de Taiwan e o continente asiático estarem separados geograficamente pelo estreito de Taiwan, os aborígenes taiwaneses permaneceram isolados do mundo exterior até o século XV (ITO, 1994, p. 2-3). A partir do século XVI, Taiwan passou a receber pequenos números de imigrantes chineses, entre piratas, pescadores e agricultores (ANDRADE, 2008, p. 31-33). Durante a passagem de navios portugueses no século XVI, Taiwan foi batizada “Formosa” (ITO, 1992, p. 2). Apesar da proximidade com a China, não atraiu a atenção dos chineses, uma vez que estes não possuíam interesse em manter relações com povos “não civilizados”. E, até o século XVI, nenhum país clamou pela soberania de Taiwan. (TSAI, 2009, p. 5)

Diante da indiferença chinesa, Taiwan acabou sendo ocupada e colonizada pelos holandeses. Em 1607, em meio à guerra luso-holandesa (1602-1663), a Companhia das Índias Orientais

(CIO), com intuito de quebrar o monopólio comercial português no extremo oriente, enviou uma expedição à China para estabelecer comércio com os chineses. Durante o mesmo ano, os holandeses ocuparam o arquipélago de Penghu (China) (CAMPBELL, 1903, p. 25-26). No entanto, ao contatarem os oficiais chineses, receberam a seguinte condição para iniciar o comércio:

After this mandarin had returned, he sent to Pehoe [Penghu] four junks with messengers... who announced to our Council that permission to trade was granted them on condition that we should depart from the island of Pehoe, as it was the king's personal property and he would not trade with us before we left; ... He added that, if we wished to go to the island of Formosa [Taiwan], and to fortify ourselves there, the king would have no objection. (CAMPBELL, 1903, p. 26-27)

Os chineses não só sugeriram que Taiwan não fazia parte da China, como a “ofereceram” para os holandeses, pois a China não considerava Taiwan como parte do seu território (CAMPBELL, 1903, p. 26-27; ITO, 1994, p. 7). Em 1624, a CIO aceitou as condições impostas pelos chineses, e se instalou em Taiwan (CAMPBELL, 1903, p. 27-34). Os holandeses que aí se instalaram constaram que a ilha já era habitada por tribos aborígenes. Além disso, constataram a presença de cerca de 25 mil colonos chineses. (TAKEKOSHI, 1907, p. 56)

Após a chegada dos holandeses, houve um fator importante na colonização de Taiwan: a manutenção e crescimento dos colonos chineses. A economia colonial holandesa foi basicamente sustentada através do incentivo de tal crescimento, uma vez que trazer imigrantes da Europa era demasiadamente caro; os aborígenes, considerados “ociosos”; e, não obstante, havia muitos chineses dispostos a emigrar para Taiwan devido à escassez de terra na China. O crescimento da população de colonos chinesa contribuía para o aumento da arrecadação da colônia através da cobrança de impostos (como os de importação e exportação), licenças (pesca e caça) e o monopólio sobre comércio na colônia, além de contribuir para o aumento da produção de *commodities*, como o açúcar e o arroz (ANDRADE, 2008, p. 116-123). Em 1649, Taiwan chegou a se tornar a colônia mais rentável da CIO, representando 26% do total dos lucros obtidos ao redor do mundo. (ITO, 1994, p. 14; TSAI, 2009, p. 23)

Durante a colonização holandesa, a população de colonos chineses aumentou substancialmente de 25 mil em 1624, para 40 mil em 1648, e, ao final do governo holandês em 1660, já havia mais de 100 mil chineses em Taiwan, muito mais do que a população de colonos holandeses, que jamais ultrapassou 3 mil durante todo o período colonial. (TSAI, 2009, p. 23)

Porém, a partir de 1644, os manchus iniciaram uma invasão total à China (1644-1662). Em 1646, a província chinesa de Fukien foi tomada pelos manchus. O então general sino-japonês, leal à dinastia Ming, chamado Koxinga (Ch'eng Chen-kung), passou a liderar um pequeno exército na costa da China contra os manchus. Em 1658, Koxinga tentou lançar uma ofensiva para retomar a cidade de Nanking, no entanto, falhou. Após ser derrotado, Koxinga iniciou o planejamento da invasão a Taiwan a fim de buscar um local seguro longe da costa da China. (ITO, 1994, p. 21-22; TSAI, 2009, p. 41-43)

Em 1661, Koxinga invadiu Taiwan apoiado pelos colonos chineses, que estavam insatisfeitos pelas altas taxas de impostos cobrados pela CIO. Após 10 meses de cerco ao forte de Zeelandia, em 1662, os holandeses renderam-se, cedendo Taiwan a Koxinga, que fundou o seu próprio reinado na ilha. (CAMPBELL, 1903, p. 383-492)

L.2 – O Império Manchu e Taiwan

Koxinga faleceu logo depois, em 1663. Em seguida, seu filho, Cheng Ching, assumiu o trono. Em 1676, Cheng Ching aproveitando-se da “Rebelião dos Três Feudatários” (*san-fan-chih-luan*) na China, aliou-se aos rebelados contra os manchus e invadiu a província de Fukien. No entanto, o exército de Cheng Ching acabou sendo derrotado pelos manchus em 1680 e em seguida obrigado a abandonar a China. Após o fim da rebelião, o imperador da dinastia Ch'ing¹, K'ang-hsi, enviou uma expedição liderada pelo almirante Shih-lang contra Penghu em 1683, o que resultou na derrota do exército de Cheng K'o-shuang (neto de Koxinga que havia assumido em 1681 após a morte de Cheng Ching). Após a vitória, K'ang-hsi declarou que não pretendia anexar Taiwan, pois segundo ele: (ITO, 1994, p. 20-23)

¹A Dinastia dos Manchus que governa a China.

Taiwan é um território além do mar [exterior], sem nenhuma relação com a China; pois jamais foi submisso a nós... [Taiwan] é uma bola de lama no meio do mar, é insignificante perto da grandeza da China, é habitado por selvagens nus e tatuados, que não valem a pena, incorporá-los seria um desperdício diário do tesouro celestial e não traria benefício algum, seria melhor deportar aquele povo e abandonar aquela terra.” (HUANG Y.T, 2004, p. 98)

Após a vitória, K'ang-hsi levantou a hipótese de evacuar os colonos chineses da ilha e abandoná-la. No entanto, o almirante Shih-lang contestou a ideia de K'ang-hsi, argumentando que deveria ser anexada, pois, segundo Shih, Taiwan representava uma ameaça para segurança da costa marítima chinesa, e, caso fosse abandonada, poderia ser utilizada por piratas ou movimentos anti-Manchus (assim como fora usada por Koxinga) e que, portanto, a anexação seria essencial para a segurança marítima da costa chinesa. Em 1684, K'ang-hsi aceitou os argumentos de Shih-lang e anexou Taiwan ao império da dinastia Ch'ing. (ITO, 1994, p. 34-35; TENG, 2004, p. 35-36)

Durante os 212 anos de governo da dinastia Ch'ing, a política básica do governo em relação a Taiwan foi de impedir a expansão de assentamentos de mais colonos chineses na ilha, pois os Ch'ing temiam que rebeldes anti-manchus pudessem emigrar para lá (ITO, 1994, p. 24-26). Logo após a anexação, a dinastia impôs uma política de restrição à emigração para Taiwan. No entanto, devido à fome e à escassez de terras na China, e à grande abundância de terras férteis em Taiwan, muitos colonos chineses entraram em Taiwan ilegalmente. Embora houvesse a restrição, a imigração ilegal aumentava anualmente (ITO, 1994, p. 26-29). A população de colonos chineses aumentou substancialmente de 600 mil em 1756; para 840 mil em 1777; 912 mil em 1782; 1,790 milhões em 1824; e 2,9 milhões em 1895. (TSAI, 2005, p. 7)

Diante do aumento da imigração de colonos chineses, a disponibilidade de terras livres ficava menor, gerando disputas por terras, além dos constantes conflitos entre colonos oriundos de regiões diferentes da China (TSAI, 2005, p. 7), somados à grande resistência da população contra o domínio da dinastia Ch'ing sobre Taiwan e à negligência dos manchus para com a região (ITO, 1994, p. 41-42). Durante os 212 anos do domínio da dinastia Ch'ing, foram registrados 159 incidentes armados em Taiwan (entre rebelião anti-manchus, distúrbios e revoltas aborígenes) (TSAI, 2005, p. 7). Além disso, a jurisdição do governo Ch'ing se limitava apenas à costa oeste

(onde havia terras planas e agricultáveis que eram habitadas pelos colonos chineses), enquanto as regiões centrais e da costa leste (regiões montanhosas) continuavam inexploradas e dominadas por tribos aborígenes independentes. (MANTHORPE, 2005, p. 145-156)

I.3 – Taiwan e as Potências Estrangeiras

Diante de inúmeras rebeliões e de sua relação tênue com o resto do império, Taiwan rapidamente atraiu interesse de potências estrangeiras no século XIX. Em 1842, os ingleses averiguaram a possibilidade de torná-la uma colônia prisional (como a Austrália), além de terem salientado sua posição estratégica na costa da China, e exaltado a existência de cânfora e carvão na região (TSAI, 2009, p. 11, 65-86). Em 1783, a França enviou uma missão para averiguar a situação, e, durante o século XIX, ainda considerou a hipótese de capturar Taiwan para forçar a abertura dos portos na China (TSAI, 2009, p. 87-89). Durante a guerra franco-chinesa (1884-1885), as regiões de Keelung e Pescadores em Taiwan chegaram a ser ocupadas pelos franceses. (DAVIDSON, 1903, p. 83-90, 219-242)

Em passagem pela costa chinesa em 1834, 1847 e 1849, comandantes de navios americanos alertaram ao governo sobre a frágil relação supracitada, sobre a má administração em Taiwan, além da existência de minas de carvão de alta qualidade (TSAI, 2009, p. 105-109). O Comodoro Matthew Perry sugeriu que os Estados Unidos conquistassem ou ocupassem a ilha por causa de seu posicionamento estratégico, estabelecendo uma base naval na Á sia. (TSAI, 2009, p. 109-110)

The United States alone should assume the initiative. This significant island though nominally a province of China, is practically independent. The imperial authorities maintain a feeble and precarious footing only in isolated parts of the island; a large portion being in possession of independent tribes. (TSAI, 2009, p. 110)

Em 1854, o diplomata Townsend Harris e o secretário de estado William Marcy sugeriram ao presidente Franklin Pierce a compra de Taiwan. Em 1855, Marcy apresentou a Pierce a proposta detalhada de Harris para a anexação da ilha. Em 1857, o diplomata Gideon Nye a compra de Taiwan por 10 milhões de dólares, ou até mesmo anexar e colonizar Taiwan à força (TSAI, 2009, p. 114). No entanto, o novo presidente James Buchanan (1857-1861), preocupado

com os conflitos domésticos, optou por vetar o plano, fato que interrompeu as investidas americanas sobre Taiwan. (TSAI, 2009, p. 114-115)

Em dezembro de 1871, duas embarcações de Ryukyu (atualmente Okinawa, Japão) naufragaram no sudeste de Taiwan e os sobreviventes foram massacrados por aborígenes (TAKEKOSHI, 1907, p. 76). O governo Ch'ing recusou-se a pagar indenização ao Japão alegando que os aborígenes taiwaneses estavam fora de sua jurisdição e que, portanto, não possuía qualquer responsabilidade (TSAI, 2009, p. 117). Em retaliação, em maio de 1874 o Japão enviou uma expedição punitiva ao sudeste de Taiwan que durou quatro meses, até a dinastia Ch'ing concordar em pagar. Após a expedição, o interesse japonês sobre Taiwan intensificou-se. (DAVIDSON, 1903, p. 123-169; HOUSE, 1875).

I.4 – O Colonialismo Japonês

Em 1895, diante da iminente derrota na primeira guerra sino-japonesa (1894-1895) para o Japão e da pretensão deste em anexar Taiwan, a dinastia Ch'ing tentou oferecer “gratuitamente” Taiwan à Inglaterra ou à França, para não ter que cedê-la aos japoneses. No entanto, tanto a França quanto a Inglaterra recusaram a proposta (TSAI, 2009, p. 84, 106) e, assim, em 17 de abril de 1895, Taiwan foi formalmente cedida ao Japão através da assinatura do Tratado de Shimonoseki. (ITO, 1994, p. 59)

Após a assinatura, a dinastia notificou a secessão de Taiwan alegando: “A secessão de Taiwan é inevitável, Taiwan até que é importante, no entanto menos importante que a capital do império, Taiwan é só uma ilha isolada no mar” (ITO, 1994, p. 59). Em reação à decisão de “abandono”, em maio de 1895 as elites taiwanesas emitiram a declaração da independência e a fundação da “República de Formosa” para tentar resistir à invasão japonesa, mas, embora houvesse uma forte resistência da população, o exército japonês possuía uma larga superioridade militar em relação aos rebeldes. Diante disto, em outubro o Japão anunciou o pleno controle sobre Taiwan (ITO, 1994, p. 59-67).

Após a anexação de Taiwan, o governo japonês encontrou uma grande resistência por parte de inúmeras guerrilhas. Os três primeiros governadores militares (Kabayama Sukenori, Katsura

Taro e Nogi Maresuke) não foram capazes de contorná-la e as políticas de supressão militar contra as guerrilhas foram pouco efetivas (ITO, 1994, p. 69-71). Como consequência, as frequentes campanhas em Taiwan resultaram em um grande empenho de gastos militares (TAKEKOSHI, 1906, p. 92-101). Em 1897, governo japonês chegou a cogitar a venda de Taiwan para a França por 100 milhões de yenes. (ITO, 1994, p. 72)

No entanto, a situação seria modificada a partir de 1898, quando o general Kodama Gentaro assumiu o cargo de governador de Taiwan. A partir do governo Kodama, o Japão conseguiu estabelecer a ordem no território, através de uma série de reformas administrativas, econômicas, jurídicas e militares (ITO, 1994, p. 74-80). Durante o período, foram realizados altos investimentos em educação, saúde e infraestrutura, a fim de garantir a confiança da população, reprimiu-se fortemente a guerrilha armada, e também procurou-se persuadir e assimilar a elite taiwanesa com cessões de cargos administrativos e vantagens econômicas. Diante de tais medidas, a resistência contra o governo japonês foi praticamente suprimida (TSAI, 2009, p. 127-138). Ainda assim, a população taiwanesa era etnicamente discriminada como de segunda classe, uma vez que Taiwan possuía o status de colônia e era regida por leis diferentes das do Japão próprio. (ITO, 1994, p. 71-72; TSAI, 2009, p. 138-144)

A política japonesa em relação a Taiwan alterou-se drasticamente em 1919, quando o político liberal Hara Takashi, assumindo o cargo de primeiro ministro do Japão, e como uma de suas primeiras medidas, nomeou o primeiro governador civil de Taiwan, Den Kenjiro. Após assumir o cargo, Den declarou que um dos seus principais objetivos era assimilar a população taiwanesa e torná-la parte integral do Japão (TSAI, 2009, p. 144). A nomeação de Den iniciou o período histórico em Taiwan conhecido como o período *Doka* (assimilação) (1919-1936). Em 1921, o gabinete de Hara sancionou a “lei nº 3”, na qual validava a princípio as mesmas leis do Japão (próprio) em Taiwan, o governador só poderia exercer o poder legislativo caso não existisse nenhuma lei japonesa referente a tal situação ou na impossibilidade de sua execução em Taiwan² (ITO, 1994, p. 83-85). Além disso, durante o período *Doka* houve campanhas para encorajar o uso da língua japonesa, e a expansão do sistema de ensino público japonês. (TSAI, 2009, p. 144-148)

²CHEN E.I.T. (1984, p. 256) destacou que governo japonês tentou integrar (absorver) legalmente Taiwan ao Japão, enquanto que em relação à Coreia jamais houve tal tentativa.

Apesar da política *Doka* propor um sistema de governo mais liberal, o governo japonês continuava *de facto* mantendo a discriminação política (CHING, 2001, p. 91, 102-104). Após o final da Primeira Guerra Mundial, com a propagação de ideais nacionalistas e de autodeterminação ao redor do mundo (ITO, 1994, p. 89), inúmeros movimentos políticos passaram a demandar autonomia em relação ao Japão³, tais como a “Sociedade Cultural de Taiwan” (*tai-wan bun-ka kyo-kai*) em 1920 e a “Liga para o Estabelecimento do Parlamento Taiwanês” (*tai-wan gi-kai ki-sei do-mei*) em 1924. Além da formação do “Partido Popular de Taiwan” (*tai-wan min-shu-to*) em 1927 (CHEN F.M, 1998, p. 29-98, 215-243; LAI; MYERS; WOU, 1992, p. 24-25). Não obstante, *Doka* não teve o efeito esperado; a população taiwanesa que possuía literacia em japonês passou de 2,86% em 1920 para apenas 12,36% em 1930. (TSAI, 2009, p. 147-148)

I.5 – O Movimento Kominka

Após o incidente da ponte Marco Polo, em Beijing, em 7 de julho de 1937, o Japão lançou uma invasão total à China, deflagrando o início da segunda guerra sino-japonesa (1937-1945). Diante da importância geoestratégica de Taiwan para a expansão militar japonesa, não só para o sudeste da China, mas para todo o sudeste asiático, o modelo segregatório já não era mais sustentável. Diante da iminente guerra entre a China e o Japão, em 1936 o governo japonês lançou o movimento *Kominka*, um plano de mobilização nacional que consistia em políticas não só de assimilar a população, mas também de integrá-la completamente à sociedade japonesa para a mobilização nacional aos esforços de guerra.

Diferentemente da política *Doka* (1919-1936), que propunha assimilar a população taiwanesa mantendo a sociedade discriminatória, o movimento *Kominka* (1936-1945) consistia em integrar completamente a população de Taiwan à sociedade japonesa, tendo uma característica importante: a integração é o único meio de ascensão social, econômica e política (CHING, 2001, p. 90-130, TSAI, 2009, p. 152-153). Para tanto, o governo japonês adotou várias medidas, como a popularização do uso de vestuários japoneses e da religião Shinto; a campanha de adoção de nomes japoneses e estímulo ao uso do idioma japonês; políticas de propagação de

³CHEN E.I.T. (1984, p. 253) destacou que a principal diferença entre os movimentos de esquerda da Coreia e de Taiwan foi que em Taiwan demandava-se autonomia em relação ao Japão, enquanto na Coreia, a independência.

hábitos e pensamento japoneses; ampliação de escolas; redução gradual das leis discriminatórias; e incentivos econômicos. Além destas, houve medidas restritivas, como o banimento do uso do chinês em jornais; o fim das transmissões em taiwanês; o aumento da censura; além do desencorajamento de práticas culturais locais. (KAWAHARA, 2006, p. 122, 126, 133; LAI; MYERS; WOU, 1992, p. 29-31)

Tabela 1.1: Índices de Adoção de Nomes Japoneses e Literacia em Japonês

Ano	Adoção de nomes japoneses (famílias)		Literacia (em japonês)	
	Taiwan	Coréia	Taiwan	Coréia
1935	-	-	29.7%	8.8%
1938	-	-	41.9%	12.4%
1940	0% (289)	80%*	51,0%	15.6%
1944	10%	-	71,0%	22.2%

*A partir de 1939 a adoção de nomes japoneses passou a ser obrigatória na Coréia, enquanto em Taiwan a adoção de nomes japoneses sempre foi opcional.

Fonte: Fong, 2006, p. 174

Um dos grandes alvos do movimento *Kominka* era o público jovem, e durante este período foram feitos grandes investimentos na educação em Taiwan. Como resultado, a população que possuía literacia em japonês passou de 29,7% em 1935 para 71% em 1944 (embora o número relativamente baixo de famílias [10%] que adotaram nomes japoneses) (TSAI, 2009, p.155). Além disso, o *Kominka* teve outros efeitos bastante satisfatórios. Em 1942 foi feita a primeira campanha para recrutamento voluntário para o exército imperial, que registrou 425 mil inscrições para apenas mil vagas. Em 1943, foram registradas cerca de 600 mil inscrições para apenas mil vagas (numa população total de 5 milhões). Ao final da Segunda Guerra, 207.183 taiwaneses já haviam servido ao exército japonês, dentre os quais 30.304 morreram em combate e 26 militares taiwaneses foram condenados a morte por crimes contra a humanidade pelo tribunal da ONU. (TSAI, 2009, p. 164-166)

Em termos legais, em 1942 Taiwan passou da jurisdição do ministério dos assuntos coloniais para o ministério das relações interiores. Em maio de 1945, o Japão oficialmente deixou de considerar Taiwan como colônia, considerando-a como parte integrante de seu território

(TS'AI, 2006, p. 112). Além disso, foram convocadas eleições para a escolha dos representantes taiwaneses para o parlamento japonês. (KERR, 1965, p. 35; KERR, 1975, p. 230)

No entanto em 15 de agosto de 1945, o imperador Hirohito concordou em aceitar os termos da rendição incondicional do Japão demandados pelos países aliados durante a conferência de Potsdam em 26 de julho de 1945, na qual o Japão renunciava a soberania sobre todas as suas colônias, inclusive Taiwan, encerrando 50 anos de governo japonês em Taiwan. (ITO, 1994, p. 122; TSAI, 2009, p. 173)

I.6 – A Rebelião de 28 de Fevereiro de 1947

Após a rendição japonesa, Taiwan passou a ser ocupada e administrada pela China. A expectativa da população taiwanesa em relação aos novos governantes chineses, era de maior autonomia e uma boa administração. Contudo, a administração chinesa era corrupta, e uma de suas primeiras medidas foi explorar a rica economia colonial herdada dos japoneses. (TSAI, 2009, p. 176)

De fato, a primeira medida adotada pelo governo chinês foi a deportação e a apropriação de bens e propriedades que pertenciam aos colonos japoneses, totalizados os confiscos em cerca de 17% do PIB de Taiwan em 1945. No entanto, grande parte foi ilegalmente apropriada pelos burocratas chineses ou incorporada aos ativos do partido KMT. A medida acabou frustrando os taiwaneses, que esperavam que os bens fossem estatizados (ITO, 1999, p. 118-119; LAI; MYERS; WOU, 1992, p. 71-73). O governo chinês também confiscou grandes estoques de arroz e de açúcar (que seriam remetidos ao Japão ao final da guerra), além de armamentos militares e mantimentos (suficientes para abastecer 160 mil soldados por dois anos), e máquinas e equipamentos industriais, que foram contrabandeados para a China para serem vendidos ilegalmente. (LAI; MYERS; WOU, 1992, p. 86-89)

Estabeleceu também o monopólio sobre a compra e venda de todas as prósperas indústrias de Taiwan, como a do açúcar, tabaco e arroz, que representavam 70% da produção industrial e agrícola taiwanesa (LAI ;MYERS; WOU, 1992, p. 85-87). Os burocratas chineses extraíam lucros exorbitantes, ou desviavam grande parte da produção para ser vendida na China, onde a

lucratividade era mais elevada (KERR, 1965, p. 101-110; LAI ;MYERS; WOU, 1992, p. 86-89). Com a desregulação da economia sob a administração chinesa, a taxa de inflação aumentou subitamente após o final da Segunda Guerra, chegando a registrar em 1948 uma taxa de inflação de 2.333% ao ano (CHO, 2002, p. 17; ITO, 1994, p. 130-131), além de contribuir para o surgimento de mercados negros, escassez de alimentos e o aumento do contrabando. (LAI ;MYERS; WOU, 1992, p. 85-87, 101-110)

As altas taxas de desemprego também representaram um problema crônico. Após assumir o controle, a administração chinesa demitiu mais de 70 mil funcionários públicos taiwaneses, que foram substituídos por burocratas chineses. Somado ao retorno de cerca de 100 mil taiwaneses ao país após o final da Segunda Guerra, e ao desemprego resultante do desmantelamento das fábricas, em 1947 existia cerca de 300 mil desempregados em Taiwan, quase 20% da população total (LAI ;MYERS; WOU, 1992, p. 63-67). A crise ainda foi agravada pelo problema da delinquência dos soldados chineses, da corrupção dos burocratas chineses e do problema da barreira linguística. (LAI ;MYERS; WOU, 1992, p. 75, 93)

A contínua corrupção do governo chinês e depressão econômica geraram o contínuo aumento das tensões entre a população taiwanesa e os novos governantes chineses, e um incidente fez eclodir uma rebelião em Taiwan. Na noite de 27 de fevereiro de 1947, seis agentes da secretaria de monopólio agrediram e confiscaram os pertences de uma taiwanesa que vendia cigarros contrabandeados. Durante a ação, os agentes foram cercados por manifestantes que protestaram contra a sua ação violenta. No entanto, os agentes reagiram atirando contra os manifestantes e fugiram em seguida, resultando na morte de um transeunte. (LAI; MYERS; WOU, 1992: 102-105; KERR, 1965: 254-261)

Na manhã de 28 de fevereiro, uma multidão furiosa atacou e destruiu uma das filiais da secretarias do monopólio, e à tarde os manifestantes dirigiram-se à sede do governo para protestar diretamente ao governador Chen Yi. Os militares que realizavam a segurança da sede atiraram contra os manifestantes na tentativa de dispersar a multidão, resultando em inúmeras mortes. Durante o mesmo dia, os manifestantes tomaram a estação de rádio de Taipei e o incidente foi denunciado à população local (LAI; MYERS; WOU, 1992, p. 105-110; TSAI, 2009, p. 176-177). No dia primeiro de março, a rebelião já havia se estendido por toda a ilha e os taiwaneses

passaram a atacar a população chinesa e tudo que fosse relacionado à China ou aos chineses. (LAI; MYERS; WOU, 1992, p. 106)

Nos dias subsequentes, o governador Chen Yi prometeu que realizaria reformas políticas em Taiwan e também prometeu que não pediria reforços à China (LAI; MYERS; WOU, 1992, p. 105-109; ITO, 1994, p. 135). Em 7 de março, um comitê formado pelos rebelados enviou à sede do governo as “32 reivindicações”, em que demandavam reformas políticas (como eleições locais, resguardo dos direitos civis e o fim da censura), econômicas, e administrativas (maior autonomia). (LAI; MYERS; WOU, 1992, p. 197-200)

No entanto, no dia 6 de março o governador Chen Yi requisitou secretamente reforços a Chiang Kai-shek. No dia 8 e 9 de março, o governo chinês enviou 13 mil soldados a Taiwan, que durante duas semanas reprimiram violentamente os rebelados (KERR, 1965, p. 291-307; LAI; MYERS; WOU, 1965, p. 121-135). Após o fim da rebelião, o governo chinês executou inúmeros envolvidos e suspeitos de envolvimento na rebelião. Além disso, inúmeros intelectuais, como vereadores, professores, advogados, médicos e jornalistas, por terem sido classificados como potenciais formadores de grupos de oposição, foram igualmente executados, iniciando-se uma eliminação sistemática da elite intelectual taiwanesa. Ao final de março, a rebelião já tinha resultado na morte de 18 a 28 mil pessoas; inúmeros suspeitos foram detidos, jornais fechados, e inúmeros intelectuais foram forçados a abandonar Taiwan. (ITO, 1994, p. 138-144)

I.7 – Conclusão

Conforme estudado no capítulo I, embora majoritariamente (cerca de 98%) descendente de colonos chineses que emigraram para o seu território a partir do século XVII, a população de Taiwan historicamente desenvolveu uma identidade única e distinta da identidade chinesa. Após o curto período da colonização holandesa, Taiwan foi conquistada e governada pelo império Ch'ing. No entanto, Kerr (1975, p. viii) caracteriza o período do domínio “chinês” (manchu/dinastia Ch'ing, de 1683 a 1895) como um período conturbado, pois argumenta que por possuir uma forte tradição histórica ao separatismo, Taiwan jamais aceitou o domínio de Beijing. O autor mostra que os primeiros colonos que se instalaram na ilha no século XVII, haviam abandonado a China unicamente para escapar das condições de extrema pobreza e de exploração.

Após a anexação pelo império Ch'ing, a população de Taiwan rebelou-se inúmeras vezes contra o governo de Beijing, até Taiwan ser cedida ao Japão em 1895.

Depois disso, o território sofreu profundas transformações sociais, culturais e econômicas. Durante os 50 anos da administração japonesa, Taiwan sofreu uma tentativa de incorporação ao restante do país, resultando em um profundo impacto sobre sua autoidentificação étnica. Segundo Liao (2006, p. 2-3), durante o governo japonês, os taiwaneses mobilizaram-se para preservar a sua identidade e resistir à assimilação. Durante este período, a sua filiação cultural ficou dividida entre a China e o Japão, o que acabou resultando numa identidade híbrida (cultural, étnica e nacionalmente) própria da formação da “identidade taiwanesa”.

A violenta repressão do governo chinês à rebelião de 1947, teve um forte impacto na consolidação dessa identidade. Segundo a análise de Ito (1994), o período histórico compreendido entre 1895 e 1947 foi essencial para a formação da “consciência nacional taiwanesa”. Ito também destaca que Taiwan possui um histórico de opressão por regimes coloniais estrangeiros e de resistência da população taiwanesa, listando como exemplos do primeiro: Holanda, Reinado de Koxinga, Manchus/Ch'ing, Japão e a China/KMT. Além disso, localiza exatamente o surgimento e o desenvolvimento da dessa “consciência nacional taiwanesa” durante os primeiros anos do governo japonês, com sua posterior maturação ao início dos movimentos de independência de Taiwan após a rebelião de 1947. (ITO, 1994; FUJII, 2006, p. 62)

A questão da identidade nacional/étnica, portanto, passará a desempenhar um papel fundamental na política taiwanesa a partir de 1947. No próximo capítulo, estudaremos o panorama político interno e externo de Taiwan durante a Guerra Fria, e como a questão étnica influenciou o início do processo de democratização de Taiwan ao final da década de 80.

CAPITULO II- A REPÚBLICA DA CHINA EM TAIWAN (1949-1988)

Introdução

Durante a Guerra Fria, houve inúmeros acontecimentos políticos internos e externos a Taiwan de extrema relevância não só para o cenário político taiwanês pós-1988, mas também para a determinação de seu atual panorama político.

O presente capítulo, que tem como objetivo analisar tais acontecimentos, está dividido em duas partes. A primeira seção consiste em fazer uma análise da dinâmica das relações do estreito de Taiwan naquele período. Já a segunda seção consiste em analisar a política interna de Taiwan durante esse mesmo período.

II.1- O Estreito de Taiwan Durante a Guerra Fria (1949-1988)

O atual status político internacional de Taiwan foi uma das consequências da complexidade das relações Taiwan-Estados Unidos-China durante a Guerra Fria. É quando também os Estados Unidos definiriam a sua atual ambiguidade política em relação a Taiwan. Esta conduta é sustentada até hoje pelos Estados Unidos para administrar as relações com Taiwan e com a China.

Esta seção visa analisar a dinâmica do estreito de Taiwan, particularmente entre os três principais agentes, a República da China (RC), a República Popular da China (RPC) e os Estados Unidos entre o período de 1949 a 1988. A seção II.1 está dividida em seis partes. Na primeira parte, analisaremos a posição inicial dos Estados Unidos em relação a Taiwan. Na segunda parte, estudaremos a política americana de “neutralização” do estreito. Na terceira parte, estudaremos os fatores que levaram ao isolamento diplomático. Na quarta parte, estudaremos a *Taiwan Relation Act*. E, na quinta parte, analisaremos as *Six Assurances*.

II.1.1 - A Indiferença Americana

A guerra civil na China entre o Kuomintang (KMT) e o Partido Comunista Chinês (PCC), que havia sido interrompida durante a segunda guerra sino-japonesa (1937-1945), recomeçou em 1946. A partir de 1947, o KMT começava a sofrer consecutivas perdas para os comunistas e,

diante da iminente derrota, iniciou o seu plano da “retirada estratégica”. Ao final de 1948, iniciou os preparativos para a evacuação de todo o governo da RC para Taiwan (TSAI, 2009, p. 178-179). Em 7 de dezembro de 1949, Chiang Kai-shek ordenou a realocação "temporária" da capital da RC para Taipei, e prometeu retornar em breve ao “continente”. (TSAI, 2009, p.179)

Embora o congresso americano (pró-KMT e anticomunista) tenha pressionado o presidente Harry Truman para intervir na guerra civil chinesa, este estava extremamente insatisfeito com a fraca liderança e a iminente derrota do KMT na China. Devido a insatisfação de Truman, em 5 de janeiro de 1950, este expressou a sua não intenção de intervir na guerra civil chinesa: (KERR, 1965, p. 359, 359; TSAI, 2009, p. 179)

The United States has no predatory designs on Formosa or on any other Chinese territory. The United States has no desire to obtain special rights or privileges or to establish military bases on Formosa at this time. Nor does it have any intention of utilizing its armed forces to interfere in the present situation. The United States will not pursue a course which will lead to involvement in the civil conflict in China. Similarly, the United States Government will not provide military aid or advice to Chinese forces on Formosa. (TSAI, 2009 *apud* U.S. STATE DEPT, 1957, p. 2448-2449)

No dia 12 de janeiro, o secretario de estado Dean Acheson definiu o perímetro de defesa do interesse americano no pacífico oeste, incluindo nele Japão e Filipinas, e excluindo Taiwan, que, segundo ele, era um problema “continental” e não “oceânico” (KERR, 1965, p. 388). Em maio, o departamento de estado americano foi alertado: “[the] fate of Taiwan [is] sealed.”. Dois dias após o comunicado, o departamento de estado enviou o aviso para evacuar todos os cidadãos americanos de Taiwan. (HICKEY, 1994, p. 18)

II.1.2- A "Neutralização" do Estreito de Taiwan

Em 25 de junho de 1950 iniciou-se a Guerra da Coréia. Após o início da guerra, e diante da ameaça a expansão comunista na Ásia, os Estados Unidos que haviam “abandonado” Taiwan, foram forçados a “neutralizar” o estreito de Taiwan (TSAI, 2009, p.180). Em 27 de junho de 1950, o presidente Harry Truman emitiu a seguinte declaração:

I have ordered the 7th Fleet to prevent any attack on Formosa. As a corollary of this action I am calling upon the Chinese Government on Formosa to cease all air and sea operations against the mainland. The 7th Fleet will see that this is done. The determination of the future status of Formosa must await the restoration of security in the Pacific, a peace settlement with Japan, or consideration by the United Nations. (KERR, 1965 *apud* U.S. STATE DEPT., 1950, p. 5)

Assim que se iniciou a guerra, portanto, Truman decidiu “neutralizar” o estreito com o objetivo de proteger Taiwan de uma invasão por parte da RPC e, ao mesmo tempo, impedir que Chiang Kai-shek tentasse invadir a China (TSAI, 2009, p. 180-181). Após o envio da sétima frota à ilha, a RPC foi obrigada a abortar seu plano de invasão. (KISSINGER, 2011, p. 130)

Com o intuito de garantir a capacidade do exército da RC de resistir a uma possível invasão da RPC, em fevereiro de 1951 foi assinado o *Sino-American Mutual Defense and Assistance Agreement* em maio foi formada a *Military Assistance Advisory Group* com o intuito de equipar e treinar os 650 mil soldados da RC (ITO, 1994, p. 150; KEER; 1965, p. 406; TSAI, 2009, p. 182). Além disso, o governo de Chiang recebeu mais de 2,4 bilhões de dólares de ajuda militar americana entre 1950 a 1967. (TSAI, 2009, p. 181-182)

Entretanto, em setembro de 1954 a PRC subitamente bombardeou Quemoy⁴ (CARPENTER, 2005, p. 42). Após o início dos bombardeiros da RPC, os Estados Unidos levantaram a hipótese de enviar a Sétima Frota à região (TSAI, 2009, p. 187), no entanto, o presidente Dwight Eisenhower temia uma retaliação da RPC e “to the threshold of World War III” (CARPENTER, 2005, p. 41 *apud* EISENHOWER, 1963, p. 464). Diante deste ataque, e com o objetivo de reiterar o apoio americano, em janeiro de 1955 os Estados Unidos e a RC assinaram o “Sino-American Mutual Defense Treaty” (MDT), que garantia o apoio militar americano caso Taiwan sofresse um ataque armado. (TSAI, 2009, p. 187-188)

De acordo com a MDT, os Estados Unidos estavam obrigados apenas a defender Taiwan (sem obrigação de apoiar o plano de Chiang de retornar à China). Os Estados Unidos obrigaram

⁴ Além de reter o controle sobre Taiwan, a RC também reteve o controle de algumas ilhas da costa chinesa, mesmo após a fundação da RPC em 1949, como as ilhas de Quemoy, Matsu, Tachen e Ichiangshan. Estas ilhas são localizadas muito próximas à costa chinesa (cerca de 2 a 20 km).

Chiang a não realizar nenhum ataque ao país sem antes consultá-los, e ainda tentaram persuadi-lo a desistir do seu plano de recuperar o continente (TSAI, 2009, p. 186-189). Em abril de 1955, o premier da RPC, Zhou Enlai, anunciou que estava disposto a negociar para evitar uma guerra. Em maio do mesmo ano, os bombardeiros chineses cessaram, e a crise foi temporariamente interrompida. (CARPENTER, 2005, p. 42)

Porém, em agosto de 1958, a RPC reiniciou o bombardeio a Quemoy. Em reação a isso e devido às obrigações do MTD, a sétima frota concordou em escoltar os navios da RC até o local. Contudo, manteve-se distante das áreas de combate, pois Eisenhower temia que Chiang iniciasse uma “invasão total” à China e “drag us [United States] into attacking [Beijing] and the whole China” (CARPENTER, 2005 *apud* GORDON, 1985, p. 644-645), provocando uma nova “Guerra da Coreia” (TSAI, 2009, p. 190). Diante de tais pretensões de Chiang, o secretário de estado John Foster Dulles visitou Taipei em outubro de 1958. Após três dias de conversas, Dulles conseguiu persuadir Chiang a declarar que não possuía intenção de “recuperar o continente” pelo uso da força (CARPENTER, 2005, p. 45; TSAI, 2009, p. 190). No dia 6 de outubro, depois de 44 dias de bombardeio, a RPC anunciou um cessar fogo (CARPENTER, 2005, p. 45). Após a crise, em março de 1959 Eisenhower tentou convencer Chiang a retirar a maior parte das tropas de Quemoy e Matsu, este, porém, rejeitou a proposta, alegando que aquelas ilhas seriam o símbolo de um dia “recuperar o continente”. (FRUS, 1958-1960, VOL. XIX, CN, DOC. 274)

Durante a década de 60, Chiang voltou a insistir no plano de invadir a China, apesar da desaprovação dos Estados Unidos. Em setembro de 1965, o ministro da defesa Chiang Ching-kuo visitou os Estados Unidos e propôs ao ministro da defesa Robert McNamara o plano “Great Torch-5”, que consistia em capturar cinco províncias do sudoeste da China. Chiang Ching-kuo ainda assegurou que não necessitaria de assistência de tropas terrestres ou do uso de armas nucleares, apenas apoio logístico, aéreo e naval. No entanto o plano foi rejeitado pelo governo americano (FRUS, 1964–1968, Vol. XXX, China, DOC. 104, 110, 115, 119, 120). Em março de 1967, em meio a revolução cultural e da ruptura sino-soviética, Chiang propôs novamente o plano de invasão á China ao presidente americano Lyndson Johnson. No entanto, Johnson novamente rejeitou o plano, declarando: “The American Government and people would not only

disapprove such an action but would oppose it.” (FRUS, 1964–1968, Vol. XXX, China, Doc. 245, 249)

II.1.3 – O Isolamento Diplomático

Após a fundação da RPC em 1949, tanto a RC quanto a RPC passaram a travar uma guerra diplomática para garantir reconhecimento internacional como “representante legal da China”. Embora a RC ainda existisse *de facto*, a RPC insistia em se declarar como seu “estado sucessor” da RC, alegando que, a partir de 1949, aquela passara a ser “extinta”. Enquanto isso, a RC, sob a liderança de Chiang Kai-shek, ainda reivindicava a autoridade sobre toda a China. Ambos os países recusavam a coexistência. E, apesar da RC ter perdido o controle de toda a China para os comunistas, devido ao apoio americano, o governo Chiang conseguiu manter o status de “representante da China” na ONU no período entre 1949 e 1971 (CHO, 2002, 112-117).

No entanto, em 1964, após a França estabelecer relações diplomáticas com a RPC e esta detonar a sua primeira bomba atômica (CHO, 2002, p. 116), houve uma crescente pressão internacional a favor de seu ingresso na ONU (FRUS, 1964–1968, Vol. XXX, CN, DOC. 47, 63, 65, 68, 72). Além disso, inúmeros políticos americanos (como Dean Rusk), passaram a apoiar a ideia da representação dual (GOLDSTEIN, 2000, p. 31; TSAI, 2009, p. 190). Chiang, porém, estava obcecado em “recuperar o continente”, e recusava tal ideia. (TSAI, 2009, p. 191)

Diante de sua recusa, e em meio à crise nas relações sino-soviéticas na década de 60, o presidente Richard Nixon resolveu aproximar-se diplomaticamente da PRC, com intuito de confrontar a influência soviética na China (TSAI, 2009, p. 191). Como parte desta estratégia, em janeiro de 1969 Nixon relaxou as restrições de viagens e comércio com a RPC e terminou as patrulhas navais no estreito de Taiwan e os voos de reconhecimento sobre o território chinês (HU, 2005, p. 30). Em julho de 1971, anunciou que visitaria a China para buscar a normalização das relações entre os dois países, fato que imediatamente influenciou a assembleia geral da ONU.

Na vigésima sexta assembleia geral da ONU, em outubro de 1971, o embaixador dos Estados Unidos na ONU, George H. W. Bush propôs conceder à RPC o assento no Conselho de Segurança e manter a RC na ONU. No entanto, a resolução de Bush foi rejeitada pela assembleia

(59 contra, 55 a favor e 15 abstenções). Com a iminência da expulsão, o governo da RC anunciou a retirada da ONU (TT, 01/11/2007). Na resolução seguinte, proposta pela Albânia (Resolução 2758, XXVI), a Assembleia aprovou a substituição da RC pela RPC na “vaga da China” e a expulsão da RC da ONU (76 a favor, 35 contra e 17 abstenções). (CHO, 2002, p. 117-118)

Logo após seu ingresso na ONU, inúmeros países optaram por estabelecer relações diplomáticas com a RPC. Diante de tal panorama, a RC rompia as relações diplomáticas com eles, pois Chiang ainda insistia que a RC era o representante “legítimo” da China e recusava o reconhecimento dual (CHO, 2002, p. 117-121). Assim, Taiwan permaneceu isolada da comunidade internacional até o final da década de 80. Em 28 de fevereiro de 1972, durante a visita de Nixon à China, Nixon, juntamente com Zhou, assinou o primeiro comunicado conjunto entre os Estados Unidos e a RPC, no qual:

acknowledges that all Chinese on either side of the Taiwan Strait maintain there is but one China and that Taiwan is a part of China. The United States government does not challenge that position. It reaffirms its interest in peaceful settlement of the Taiwan question by the Chinese themselves. With this prospect in mind it affirms the ultimate objective of the withdrawal of all U.S. forces and military installation from Taiwan. In the meantime, it will progressively reduce its forces and military installations on Taiwan as the tension in the area diminishes. (KAN, 2011a, p. 31)

Como consequência, houve uma redução sensível das tropas americanas em Taiwan, de 9 mil em 1972 para 2 mil em 1976, e apenas 1,100 em 1977 (CLOUGH, 1992, p. 138; TSAI, 2009, p. 193). A RPC, porém, impôs três condições para a normalização das relações com os Estados Unidos: (1) o rompimento das relações diplomáticas entre Estados Unidos e RC, (2) denúncia do MDT e (3) retirada de todas as tropas americanas de Taiwan. Tais exigências foram recusadas pelo governo Nixon, e as relações entre a RPC e os Estados Unidos mantiveram-se estagnadas até 1978. (CHO, 2002, p. 122)

II.1.4 - Taiwan Relations Act

Em 1978, diante de sua impopularidade e do aumento da ameaça soviética, o presidente Jimmy Carter optou por estabelecer as relações diplomáticas com a RPC, rompendo,

consequentemente, as relações com a RC e denunciando a MDT. No dia 15 de dezembro, Carter realizou pronunciamento oficializando a normalização das relações com a PRC (TSAI, 2009, p. 194-195). E, no dia 1 de janeiro de 1979 os Estados Unidos e a PRC emitiram o segundo comunicado na qual:

The United States of America recognizes the Government of the People's Republic of China as the sole legal Government of China. Within this context, the people of the United States will maintain cultural, commercial, and other unofficial relations with the people of Taiwan... The Government of the United States of America acknowledges the Chinese position that there is but one China and Taiwan is part of China. (KAN, 2010a, p. 34)

A atitude de Carter foi condenada por inúmeros políticos americanos, George H. W. Bush condenou o rompimento das relações declarando: “not only diminished American credibility in the world, but also darkened the prospects for peace” (TSAI, 2009, p. 195 *apud* HARDING, 1970, p. 2). Enquanto Ronald Reagan declarou “have we become so motivated by the dictates of the moment that we can – by the stroke of a pen – put 17 million [taiwanese] people over the side and escape the consequences?”. (CARPENTER, 2005, p. 52 *apud* NYT, 28/01/1979) ,

Após o anúncio de Carter, o congresso americano trabalhou rapidamente para recuperar os danos causados pelo rompimento das relações. Em dois meses finalizou e aprovou a “Taiwan Relations Act” (TRA) (Public Law 96-8) (aprovado por 345 a 55 na House of Representatives e por 90 a 6 no Senado). Carter ainda temeu uma reação negativa da RPC e ameaçou vetar a ata. No entanto, em 10 de abril acabou cedendo à pressão, sancionando a TRA (TSAI, 2009, p. 195-197). Segundo a TRA:

Section 2(b) It is the policy of the United States ...

(3) to make clear that the United States decision to establish diplomatic relations with the People’s Republic of China rests upon the expectation that the future of Taiwan will be determined by peaceful means;

(4) to consider any effort to determine the future of Taiwan by other than peaceful means, including by boycotts or embargoes, a threat to the peace and security of the Western Pacific area and of grave concern to the United States.

(5) to provide Taiwan with arms of a defensive character; and

(6) to maintain the capacity of the United States to resist any resort to force or other forms of coercion that would jeopardize the security, or the social or economic system, of the people on Taiwan.

Sec. 3(a) In furtherance of the policy set forth in section 2 of this Act, the United States will make available to Taiwan such defense articles and defense services in such quantity as may be necessary to enable Taiwan to maintain a sufficient selfdefense capability.

(b) The President and the Congress shall determine the nature and quantity of such defense articles and services based solely upon their judgment of the needs of Taiwan, in accordance with procedures established by law. Such determination of Taiwan's defense needs shall include review by United States military authorities in connection with recommendations to the President and the Congress.

(c) The President is directed to inform the Congress promptly of any threat to the security or the social or economic system of the people on Taiwan and any danger to the interests of the United States arising therefrom. The President and the Congress shall determine, in accordance with constitutional processes, appropriate action by the United States in response to any such danger. (TRA, 1979, p.2)

Após a aprovação da TRA, os Estados Unidos estabeleceram o *American Institute in Taiwan* (AIT) em Taipei, enquanto a RC estabeleceu o *Coordination Council for North American Affairs* (CCNAA) em Washington, que representavam as embaixadas *de facto* de ambos os países. (TSAI, 2009, p. 169)

II.1.5 – As “Six Assurances” de Ronald Reagan

Embora os Estados Unidos e a PRC tenham emitido dois comunicados em conjunto, o compromisso americano com a diminuição das tropas em Taiwan foi inversamente acompanhado pelo aumento de vendas de armamentos militares à ilha (TSAI, 2009, p. 198-199). Diante da continuidade das transferências de armamentos, a RPC acusou o presidente Ronald Reagan (conhecido pela sua retórica anticomunista, além de demonstrar simpatia em relação à RC) de violar o segundo comunicado e demandou a suspensão imediata das vendas (CARPENTER, 2005, p. 54-56; KISSINGER, 2011, p. 379; TSAI, 2009, p. 200). Diante dessa pressão, Reagan, antes de assinar o terceiro comunicado, enviou no dia 14 de julho de 1982, as *Six Assurances* a Taipei: (TSAI, 2009, p. 199-200)

The United States: (1) has not agreed to set a date for ending arms to the ROC, (2) has not agreed to hold prior consultations with Chinese Communists on arms sales to the ROC, (3) will not play mediation role between Taipei and Beijing, (4) has not agreed to revise the TRA, (5) has not altered its positions regarding sovereignty over Taiwan, and (6) will not exert pressure on the ROC to enter into negotiations with PRC. (TSAI, 2009 *apud* CARPENTER; GILBERT, 1989, p. 326)

No dia 17 de agosto, os Estados Unidos e a PRC assinaram o terceiro comunicado:

Having in mind the foregoing statements of both sides, the United States government states that it does not seek to carry long-term policy of arms sales to Taiwan, that its arms sales to Taiwan will not exceed, either in qualitative or quantitative terms, the level of those supplied in recent years since the establishment of diplomatic relations between the United States and China, and that it intends to reduce gradually its sales of arms to Taiwan, leading over a period of time to a final resolution. (KAN, 2011a, p. 39-40)

Porém no mesmo dia, Reagan em um memorando secreto, definiu o termo *qualitative e quantitative*:

The U.S. willingness to reduce its arms sales to Taiwan is conditioned absolutely upon the continued commitment of China to the peaceful solution of the Taiwan-PRC differences. It should be clearly understood that the linkage between these two matters is a permanent imperative of U.S. foreign policy. In addition, it is essential that the quantity and quality of the arms provided Taiwan be conditioned entirely on the threat posed by the PRC. Both in quantitative and qualitative terms, Taiwan's defense capability relative to that of the PRC will be maintained. (KAN, 2011a, p. 41)

II.2- Da Lei Marcial a Abertura Política

A conjuntura política interna de Taiwan durante a Guerra Fria foi essencial para o início das reformas políticas na RC ao final da década de 80. A existência do conflito étnico entre chineses e taiwaneses, conforme estudado no capítulo anterior, seria o principal motivo para que o ex-presidente Chiang Ching-kuo⁵ optasse pela democratização de Taiwan.

⁵ Filho de Chiang Kai-shek, foi presidente da RC entre 1978 a 1988.

Esta seção visa analisar a conjuntura política interna em Taiwan durante o período da Guerra Fria. Na primeira parte, abordaremos o panorama político interno. Na segunda parte, analisaremos os movimentos de independência de Taiwan. Na terceira parte, analisaremos as pressões chinesas sobre o governo Chiang a partir da década de 80. Na quarta parte, as pressões internas e americanas sob o governo Chiang. E, na quinta parte, analisaremos sua decisão de realizar as reformas políticas.

II.2.1 – A República da China em Exílio

Diante da situação desfavorável do KMT na guerra civil na China a partir de 1948, Chiang Kai-shek, ainda na capital Nanking (China) e com a aprovação da Assembleia Nacional, decretou, em 10 de maio, lei marcial anunciando o “Período Temporário de Mobilização para Supressão da Rebelião [Comunista]” (*tung-yuan k'na-luan shih-ch'i lin-shih t'iao k'uan*), no qual suspendia todos os direitos constitucionais “temporariamente” até a supressão da “rebelião comunista” (CHO, 2002, p. 125-126). Após a suspensão de todos os direitos constitucionais pela lei marcial, o governo Chiang instituiu uma série de medidas, como a censura à mídia e às publicações acadêmicas e a proibição da formação de novos partidos políticos. A polícia secreta perseguia politicamente inúmeros opositores do governo (entre intelectuais, membros da elite social taiwanesa, integrantes do movimento de independência de Taiwan, comunistas e ativistas pró democracia) (ITO, 1994, p. 161-168).

Após a “retirada estratégica” da China para Taiwan, Chiang continuou a reivindicar a RC como o “governo legítimo da China” e imediatamente iniciou os preparativos para o plano de “recuperar o continente” (*kuang-fu ta-lu*). A população taiwanesa era politicamente socializada para apoiar uma eventual unificação com a China, doutrinada para reconhecer a China (a RC) como sua “pátria mãe” (LIN;LIN, 2005, p. 72). As línguas taiwanesas e a japonesa foram banidas de Taiwan para favorecer a promoção da cultura chinesa e a difusão do mandarim (ITO, 1994, p. 155). Além disso, Chiang promovia o recrutamento compulsório de jovens taiwaneses com o intuito de renovar o exército (ITO, 1994, p. 130). Em 1958, Chiang mantinha cerca de 650 mil militares na ativa, um dos maiores exércitos do mundo (HU, 2005, p. 28; TSAI, 2009, p. 189), o orçamento da defesa representava mais da metade do orçamento nacional. (HU, 2005, p. 34)

A RC de Chiang era governada sob o sistema de partido único, não havendo distinção entre o governo (RC) e o partido (KMT), o chefe do partido era *de facto* o governante do país (ITO, 1994, p. 153-156). Após a promulgação da lei marcial, as únicas eleições realizadas em Taiwan eram as eleições locais, e o presidente e o premier eram de fato nomeados pelo presidente do KMT (ITO, 1994, p. 157). Além disso, todos os mandatos dos representantes da Assembleia Nacional e do legislativo (eleitos indiretamente em 1948, quando a RC ainda governava a China) tornaram-se “permanentes”, uma vez que os cargos só poderiam ser deixados após o fim da rebelião comunista, e só poderiam ser ocupados por representantes de suas respectivas provinciais⁶. Além disso, embora Taiwan fosse a única província controlada *de facto* pela RC, o simbólico cargo de governador de Taiwan, foi mantido. (ITO, 1994, p. 157; TSAI, 2005, p. 130-131)

Após a vitória dos comunistas na China em 1949, cerca de 400 mil civis (entre membros do KMT, do governo e intelectuais chineses) e 600 mil soldados chineses foram evacuados “temporariamente” para Taiwan (TSAI, 2009, p.179; ITO, 1994, p. 160). Embora os chineses continentais (*wai-sheng-jen*, a população chinesa que emigrou para Taiwan após a derrota do KMT na guerra civil em 1949, e que representa cerca de 14% da sua população atual) representassem apenas uma minoria “étnica”, durante o período da lei marcial detiveram um relativo privilégio político sobre os taiwaneses nativos (*pen-sheng-jen*), pois todos os cargos de importância eram ocupados apenas pelos chineses continentais. (CHANG, 2005, p. 102)

Tabela 2.1- A Composição Étnica nos Comandos do Partido, Governo e do Exército na RC (1988)

Divisão	Numero Total	Taiwaneses	Chineses
KMT	243	33 (13.6%)	210 (86.4%)
Administração	150	21 (14%)	129 (86%)
Congresso	1300	220 (16.9%)	1080 (83.1%)
Militar	350	15 (4.3%)	335 (95.7%)
Polícia	150	11 (7.3%)	139 (92.7%)
Total	2193	300 (13.7%)	1893 (86.3%)

Fonte: Tsai, 2005, p. 176

⁶A partir de 1969, o governo da RC passou a realizar eleições suplementares para a Assembleia Nacional e ao Legislativo, pois, devido ao tempo, os membros “permanentes” acabavam falecendo por causa da idade avançada. (ITO, 1994, p. 157; TSAI, 2005, p. 130-131)

Na tabela 2.1, observa-se que até 1988, ano da morte do presidente Chiang Ching-kuo, a grande maioria dos cargos de grande importância do governo eram reservadas apenas aos chineses continentais. Enquanto isso, o restante da população, os taiwaneses nativos (86% da população) eram marginalizados sob o governo do KMT. (TSAI, 2005, p. 176)

II.2.2- Os Movimentos de Independência de Taiwan

Devido à forte repressão em Taiwan após a rebelião de 1947 (evento citado no final do primeiro capítulo), inúmeros dissidentes taiwaneses foram obrigados a se exilar. Durante o período da lei marcial (1949-1988), os movimentos de independência de Taiwan (MIT) se concentraram basicamente no exterior (ITO, 1994, p. 163-168). Ao final de 1947, dissidentes taiwaneses em exílio em Hong Kong fundaram a “Liga para Re-emancipação de Taiwan” (*t'aiwan tsai chieh-fang lien-meng*), a primeira organização pró independência que propunha o mandato da ONU sobre o país e a realização de um plebiscito em relação à independência (TSAI, 2009, p. 178). No entanto, devido às divergências entre os seus líderes (Thomas Liao e Hsieh Hsueh-hung), a liga rapidamente se dissolveu. (KERR, 1965, p. 455, 457-458)

Após a ocupação de Taiwan pela China em 1945, estima-se que cerca de 25 a 75 mil taiwaneses se exilarem no Japão, e uma parte destes exilados optaram por ingressar aos MIT (KERR, 1965, p. 460-466). Em 1950, o dissidente Thomas Liao, juntamente com vários outros dissidentes taiwaneses no Japão, fundou o "Partido Democrático pela Independência de Taiwan" (*t'ai-wan min-chu tu-li tang*). Em 1956, foi fundado o "Governo Provisório da República de Taiwan" (*t'ai-wan kung-ho-kuo lin-shih cheng-fu*), e Liao foi nomeado presidente provisório (HUANG F.S, 2004, p. 15-24; ITO, 1994, p. 145). Além deste governo provisório, surgiram no Japão também inúmeras outras associações que promoviam o MIT, tais como a “Associação da Juventude de Taiwan” (*taiwan ch'ing-nien she*), em 1960, e a “Associação para a Independência de Taiwan” (*tu-li t'ai-wan hui*), em 1967. (ITO, 1994, p. 143-144)

Os Estados Unidos foi outro país com forte presença dos MIT, devido à forte concentração de estudantes taiwaneses nas universidades americanas. Entre 1950 e 1983, dos cerca de 74 mil taiwaneses que nelas ingressaram, apenas 13% regressaram para Taiwan, e, dos restantes 87% que permaneceram, uma grande parte aderiu aos MIT (TSAI, 2005, p. 97). Assim, as

universidades americanas tornaram-se um importante local para o recrutamento de integrantes para MIT e promoção de grupos de estudos sobre Taiwan entre os intelectuais americanos (PHILLIPS, 2005, p. 54). Diante do aumento da comunidade taiwanesa, inúmeras associações pró independência *de jure* surgiram nos Estados Unidos, dentre as quais, a *United Formosans for Independence* (1958), *Overseas Alliance for Democratic Rule in Taiwan* (1979) e *Formosan Association for Public Affairs* (1982). (KERR, 1965, p. 541 TT, 08/11/2005)

Em 1970, as organizações a favor da independência *de jure* de Taiwan localizadas no Japão, Estados Unidos, Europa e Canadá fundaram a *World United Formosans for Independence* (WUFI), com sede nos Estados Unidos. O propósito da WUFI era estabelecer uma livre e democrática República de Taiwan de acordo com o princípio da autodeterminação dos povos (TSAI, 2005, p. 96-97; WUFI). No entanto, diferentemente das outras organizações, a WUFI também promovia o terrorismo. Em abril de 1970, dois de seus membros tentaram assassinar o vice premier Chiang Ching-kuo, enquanto este visitava os Estados Unidos (TSAI, 2005, p. 98-99). Além do atentado a Chiang, a WUFI também realizava uma série de atentados com bombas, como o que feriu seriamente Shieh Tung-min, governador da província de Taiwan em 1976 (PHILLIPS, 2005, p. 58), e uma série de atentados a bomba contra as representações da RC nos Estados Unidos em 1979. (LAI;RAMON;WEI, 1992, p. 190, 198-199)

II.2.3 – A Pressão Chinesa

Após a morte de Mao Zedong e Chiang Kai-shek e a normalização das relações diplomáticas entre RPC e os Estados Unidos na década de 70, as relações no estreito de Taiwan passaram por grandes mudanças. O novo líder da RPC Deng Xiaoping abandonou o tradicional discurso de “libertar” (*chieh-fan*) Taiwan e passou a adotar uma nova estratégia para pressionar e forçar Taiwan a iniciar as negociações políticas para a “unificação pacífica” (*ho-p'ing t'ung-i*).

Como parte da nova política de aproximação com Taiwan, a RPC adotou várias medidas com o intuito de melhorar a sua imagem diante da opinião pública taiwanesa. Em 1 de janeiro de 1979, anunciou a interrupção do bombardeio a Quemoy após 30 anos da atividade (PD, 01/01/1979). Em 30 de janeiro de 1979, Deng Xiaoping declarou que não usaria mais o termo “libertar”

Taiwan (ZHAO, 1999b, p. 22). Em setembro de 1981, general da RPC, Ye Jianying⁷, propôs estabelecer que as negociações para a unificação sejam diretamente negociadas entre o KMT e o PCC, prometendo manter a situação sócio econômica em Taiwan inalterada após a unificação (XH, 30/09/1981). Em outubro de 1981, o chefe do PCC, Hu Yaobang, ofereceu-se para discutir o caso diretamente com o KMT (HU, 2005, p. 38). Em fevereiro de 1984, Deng ofereceu o “um país, dois sistemas” (*i-kuo liang-chih*) como o modelo de unificação. (ZHAO, 1999c, p. 99-101)

Além disso, a RPC passou a adotar uma política de incentivo para aumentar o intercâmbio e a interdependência econômica através do estreito de Taiwan. A partir da década de 80, permitiu que investidores taiwaneses participassem de joint-ventures na China ou aí estabelecessem empresas próprias e comprassem títulos e ações de empresas chinesas. Também cedeu isenção de impostos de importação para inúmeros produtos taiwaneses, proteção aos investimentos taiwaneses, tratamento diferencial aos investidores taiwaneses e estabeleceu zonas especiais para investimentos de empresas taiwanesas na China (TANNER, 2007, p. 36-38). A RPC também estimulava um comércio altamente superavitário a favor de Taiwan (TANNER, 2007, p. 36-38; ZHAO, 1999b, p. 24). Esta nova política econômica em relação a Taiwan visava encorajar politicamente a opinião pública e os empresários taiwaneses a apoiar a unificação com a RPC.

Além disso, a imagem da RPC perante a comunidade internacional melhorou bastante durante o governo de Deng Xiaoping, que passou a adotar uma série de medidas liberais, como a promulgação da constituição de 1982, eleições locais diretas e liberalização progressiva da mídia. Com tais medidas, Deng foi eleito personalidade do ano pela revista *Time* duas vezes (em 1978 e 1985). Diante da aparente liberalização política da PRC, a RC passou a sofrer fortes críticas internacionais devido à continuidade da repressão política em Taiwan (NATHAN;HO, 1992, p. 35-55). Apesar da forte pressão (política, econômica e diplomática), Chiang Ching-kuo resistiu às agressivas investidas chinesas, e continuou a recusar contatos com a RPC. (HU, 2005, p. 39)

II.2.4 – As Pressões por Reformas Políticas em Taiwan

Em 1969, a RC mantinha relações diplomáticas com 68 países, porém 10 anos depois, com 22 países apenas, enquanto a RPC mantinha relações com 120 (CHO, 2002, p. 115, 120). Diante do

⁷ Presidente da Comissão Permanente da Assembleia Nacional do Povo da RPC.

processo de isolamento diplomático, vários amigos americanos de Chiang Ching-kuo, como Richard Walker (embaixador da República da Coréia) e Ray Cline (vice-diretor da CIA), recomendaram que Chiang declarasse a independência *de jure*, para que Taiwan pudesse sobreviver ao isolamento. No entanto, este recusou a proposta por temer que tal fato deslegitimasse o KMT e a minoria chinesa continental em Taiwan. (TSAI, 2009, p. 197)

Por outro lado, a partir da década de 70, muitos taiwaneses que advogavam a favor da democracia e/ou da independência *de jure* de Taiwan, recusavam-se a ingressar no “partido chinês” (KMT) para concorrer às eleições e preferiam concorrer como "sem partido". Surgiu assim o movimento político anti-KMT chamado *Tang-wai* (de fora do partido) (ITO, 1994, p. 189-190). Os candidatos do *Tang-wai* conquistaram rapidamente um grande percentual do eleitorado de Taiwan, em 1980 receberam 13% do total de votos durante as eleições legislativas suplementares, em 1983 passaram para 19%, e em 1986 para 25%. (CLARCK, 2003, p. 95)

Em novembro de 1977, ocorreu o “Incidente de Chungli” (*chung-li shih-chien*), a primeira manifestação pública contra o governo da RC desde a rebelião de 1947. Após o candidato do *Tang-wai* perder as eleições do condado de Taoyuan (CHAN, 2007, p. 52-59), sob a suspeita de fraude eleitoral, cerca de 10 mil manifestantes atacaram a delegacia da cidade de Chungli. Após o incidente, o KMT foi forçado a admitir a fraude (CHAN, 2007, p.52-59, 74; ITO, 1994, p. 166; TSAI, 2005, p. 131). Em 10 de dezembro de 1979, ocorreu o “Incidente de Formosa” (*mei-li-tao shih-chien*). No dia mundial dos direitos humanos, os líderes do *Tang-wai* convocaram um comício (sem autorização do governo) na cidade de Kaohsiung para exigir democracia e direitos humanos. No entanto o governo Chiang reprimiu violentamente o protesto e os líderes do *Tang-wai* foram detidos e sentenciados de 12 a 14 anos de prisão. (ITO, 1994, p. 190)

Após este incidente, o governo Chiang também passou a perseguir politicamente dissidentes taiwaneses nos Estados Unidos. Em 1981, o professor da universidade americana de Carnegie-Mellon Chen Wen-chen foi assassinado enquanto visitava Taipei. As investigações da FBI indicaram que Chen havia sido assassinado por agentes do governo Chiang por causa de seu envolvimento com dissidentes taiwaneses (ITO, 1994, p. 167; KAN, 2010, p. 5). O assassinato resultou em duras críticas por parte dos Estados Unidos, o congressista Stephen Solarz criticou o

assassinato de Chen, declarando: “we cannot and will not tolerate any act to intimidate or harass Taiwanese or other people living in our country”.(TSAI, 2009, p. 198; KAN, 2010, p. 11)

Não obstante as críticas americanas após o assassinato de Chen, o governo Chiang continuou a realizar perseguições contra dissidentes taiwaneses nos Estados Unidos. Em 1984, o jornalista Henry Liu, crítico de Chiang Ching-kuo foi assassinado em Daly City (San Francisco). As investigações da FBI revelaram que Liu havia sido assassinado por gangsteres recrutados pelo serviço de inteligência do governo Chiang (KAN, 2010, p. 5; NATHAN;HO, 1992, p. 37, 41). Em 1985, Lee Ya-ping foi detida enquanto visitava Taiwan, por publicar um jornal de língua chinesa em Los Angeles, no qual instava os contatos entre o governos da RC e da RPC. Após a prisão, o departamento de estado americano acusou o governo Chiang de violar a liberdade de expressão americana. (KAN, 2010, p. 6; LAT, 26/09/1985)

Particularmente a partir do assassinato de Henry Liu, o governo americano passou a exercer uma forte pressão sobre o governo Chiang por reformas políticas. Em agosto de 1985, o presidente Ronald Reagan instou-o a realizá-las (ITO, 1994, p. 168). Além disso, congressistas americanos passaram a mobilizar o congresso para pressionar no mesmo sentido (NATHAN;HO, 1992, p.36). Em maio de 1986, foi formada a *Taiwan Democratization Steering Committee* no congresso (TSAI, 2005, p. 154). Em agosto de 1986, o comitê entregou uma petição ao secretário de estado George Schultz instando o governo americano a pressionar Chiang. (ITO, 1994, p. 191)

II.2.6- A Decisão de Chiang Ching-kuo pela Democratização

Diante da forte insatisfação dos taiwaneses nativos em relação a hegemonia política dos chineses continentais em Taiwan e da impossibilidade de “retomar o continente”. Ao início da década de 70, Chiang Ching-kuo iniciou o processo de “taiwanização” da RC, que consistia no recrutamento de taiwaneses para assumir cargos de confiança no governo e no partido, com o intuito de amenizar a insatisfação (HU, 2005, p. 31-32). Em 1972, quando assumiu o cargo de primeiro ministro, o percentual de taiwaneses no gabinete passou de 17% para 32% (HU, 2005, p. 33). A partir de 1972, passou a nomear apenas taiwaneses para o cargo de governador da província de Taiwan (TSAI, 2005, p. 104). Em 1976, Chiang recrutou e treinou 30 taiwaneses para ocuparem cargos de importância no governo, além do aumento gradual de taiwaneses

membros do comitê central do KMT: se em 1972 ocupavam apenas 2 assentos (de 21), em 1976 passaram para 5 (de 22) e em 1979, para 9 (de 27). (HU, 2005, p. 32-33)

Em meio às pressões internas e externas por reformas políticas em Taiwan, em 28 de setembro de 1986, 135 líderes do Tang-wai anunciaram a formação do *Democratic Progressive Party* (DPP), do qual um dos objetivos era a criação da “República de Taiwan”. Embora tenha advertido que a existência do DPP era ilegal, Chiang declarou que não iria deter ninguém, oferecendo três condições para sua legalização: não ao comunismo, não à independência *de jure* e lealdade à constituição da RC. As condições foram recusadas pelo DPP, que optou por assumir os riscos e desafiar Chiang. (NATHAN; HO, 1992, p. 44)

Diante das pressões internas e externas, Chiang optou pela democratização gradual da RC, com o intuito de tentar legitimar a RC perante os taiwaneses nativos. Em março de 1986, anunciou a formação de um comitê de reforma política. Em novembro de 1987, autorizou as viagens dos cidadãos da RC à China (LIN; TEDARTS, 2002, p. 28). Em julho de 1987, decretou a suspensão da lei marcial. Em 1 de janeiro de 1988 todas as proibições sobre as organizações partidárias e a liberdade da imprensa foram suspensas. (NATHAN; HO, 1992, p. 31-35)

Ao final da década de 70, com a deterioração de sua saúde, Chiang iniciou a procura por um taiwanês nativo para assumir a presidência após a sua morte. Em 1978, havia escolhido o taiwanês Shieh Tung-min como seu vice-presidente, no entanto, por considerá-lo velho, resolveu não nomeá-lo novamente para o cargo. Após o fim do mandato de Shieh, Chiang recusou a escolha dos chineses continentais para o cargo, pois para o seu processo de democratização era necessário que o sucessor fosse um taiwanês (TSAI, 2005, p. 148-149). Em 1984, escolheu o economista taiwanês Lee Teng-hui como o seu novo vice-presidente. Em janeiro de 1988, após a súbita morte de Chiang, Lee foi empossado como o presidente da RC para cumprir os 2 anos de mandatos restantes. (NATHAN; HO, 1992, p. 31-35)

II.3 - Conclusão

A política americana em relação a Taiwan a partir da década de 50, foi *de facto* manter dois estados soberanos em cada lado do estreito de Taiwan, o que significou que os Estados Unidos

indiretamente promoveram a política “uma China e uma Taiwan” (ou “duas Chinas”), uma vez que a manutenção do *status quo* era fundamental para os interesses americanos de estabilizar a região do pacífico oeste. No entanto, a partir da década de 70, devido às inúmeras importantes mudanças na conjuntura internacional, os Estados Unidos passaram a adotar a ambiguidade política para administrar as suas relações com a RPC (que futuramente iria ser conhecida como a *One China Policy*). Como o resultado da aproximação sino-americana a partir da década de 70, os Estados Unidos sacrificaram os interesses de Taiwan em inúmeras ocasiões, com em 1971 e em 1979, com o intuito de promover as boas relações com a RPC, resultando na indeterminação do status político da RC perante a comunidade internacional.

Os contatos políticos, econômicos e culturais entre Taiwan e China, eram inexistentes entre o período de 1949 a 1979. No entanto, a partir de 1979, a RPC passou a adotar um discurso mais pacífico em relação à Taiwan, sem abandonar as políticas coercitivas militares e diplomáticas. E, também passou a explorar a interdependência econômica no intuito de conquistar a opinião pública taiwanesa, para que esta opte pela unificação, sob as condições de Beijing.

Durante o período da lei marcial, os chineses continentais sob a liderança do partido KMT, constituíram um grupo étnico privilegiado e dominante em Taiwan, e detinham exclusividade política na RC. Em virtude dessa hegemonia, a política “uma só China” prevaleceu-se na política externa da RC até 1988. Porém, essa hegemonia foi encerrada ao final da década de 80, diante das insatisfações dos taiwaneses nativos em relação a hegemonia chinesa continental, o presidente Chiang Ching-kuo optou por iniciar o processo de democratização da RC, com o intuito de tentar amenizar as insatisfações taiwanesas em relação ao governo.

A súbita morte de Chiang e a ascensão de Lee Teng-hui à presidência da RC em 1988, representou não só uma alteração do panorama político interno em Taiwan, mas também representou uma significativa mudança na política “uma só China” por parte da RC. No próximo capítulo, analisaremos o governo do ex-presidente Lee (1988-2000), destacaremos de que forma as reformas políticas realizadas por ele desestabilizaram o estreito de Taiwan.

CAPITULO 3- O GOVERNO LEE TENG-HUI (1988-2000)

Introdução

Após a morte de Chiang Ching-kuo em 1988, Lee Teng-hui foi empossado presidente da RC, pela primeira vez um taiwanês nativo assumiu a presidência, após 43 anos de hegemonia dos chineses continentais sobre Taiwan. Após assumir a presidência, Lee impôs uma nova política interna e externa, que alterou completamente a dinâmica das relações entre a RC e a RPC.

Este capítulo, que tem como objetivo analisar em que medida as reformas políticas adotadas por Lee alteraram as relações no estreito de Taiwan, está dividido em dezesseis seções. Na seção III.1 analisaremos a consolidação de Lee no poder. Na seção III.2 analisaremos a política de taiwanização. Na seção III.3 analisaremos a democratização. Na seção III.4 analisaremos os ativos do KMT. Na seção III.5 analisaremos a neutralização do fator “China”. Na seção III.6 analisaremos a diplomacia pragmática. Na seção III.7 analisaremos a proposta do “uma país, dois governos”. Na seção III.8 analisaremos a frustração chinesa. Na seção III.9 analisaremos a crise do estreito de Taiwan. Na seção III.10 analisaremos os “three noes” de Clinton. Na seção III.11 analisaremos o fim da ilusão chinesa em relação a Lee. Na seção III.12 analisaremos o fim da hegemonia do KMT. Na seção III.13 analisaremos o fator “China” nas eleições presidenciais de 2000. Na seção III.14 analisaremos as consequências do fim da era Lee. Concluindo com a seção II.15.

III.1- A Consolidação no Poder (1988-1990)

O fato de Lee Teng-hui ser taiwanês nativo e assumir a presidência gerou uma forte oposição dos conservadores chineses continentais do KMT, que não estavam dispostos a ceder o poder a um “taiwanês” e não queriam que Lee assumisse também a presidência do KMT (que era ocupada também por Chiang Ching-kuo), pois assim se tornaria *de jure* e *de facto* o chefe de estado⁸. Os conservadores pretendiam que ele apenas cumprisse os 2 anos restantes do mandato de Chiang, enquanto um conservador ficaria com a presidência do partido e, assim que se

⁸ Devido ao sistema de partido único, no qual há uma simbiose entre governo (RC) e partido (KMT). Até 1988, o presidente da RC era *de jure* o chefe de estado, porém o chefe de estado *de facto* era presidente do KMT. (TSAI, 2005, p. 166-167)

encerrasse o mandato de Chiang, assumiria também a presidência (TSAI, 2005, p. 166-167).

No entanto, Lee, que contava com o apoio de inúmeros chineses continentais reformistas, tais como James Soong e Ma Ying-jeou, além do apoio incondicional dos membros taiwaneses nativos do KMT (ITO, 1994, p. 198-199; TAN, 2003, p. 21), foi eleito presidente do KMT em julho de 1988 (TSAI, 2005, p. 167). Mas, apesar disso, não possuía o controle sobre os outros três principais cargos políticos em Taiwan, que ainda eram ocupados por seus opositores chineses continentais. O cargo de primeiro ministro era ocupado por Yu Kuo-hua, o de secretário geral do KMT por Lee Huan, e o de chefe do estado maior por Hau Pei-tsun. (ITO, 1992, p. 195)

Após assegurar a presidência do KMT, Lee iniciou inúmeras manobras políticas para isolar e remover politicamente opositores do seu governo e consolidar-se no poder. Em maio de 1989, Lee removeu Yu do cargo de primeiro ministro e o substituiu pelo secretário geral do KMT Lee Huan. A estratégia de Lee era afastar Yu do governo e ao mesmo tempo retirar Lee Huan do cargo de secretário geral do KMT. Para substituir Lee Huan, Lee nomeou o reformista chinês continental James Soong. A partir da nomeação de Soong, Lee passou a ter o controle pleno sobre o partido. (ITO, 1994, p. 199; TSAI, 2005, p. 175)

Em 1990, durante as eleições presidenciais indiretas, o conservador Chiang Wei-kuo decidiu lançar a sua candidatura à presidência e desafiar Lee (TSAI, 2005, p. 176-177). No entanto, Lee, aproveitou-se da posição influente de presidente do KMT e da RC (além dos protestos estudantis de 1990), e coagiu os membros “permanentes” da Assembleia Nacional a votarem nele. Sob tais circunstâncias, Lee elegeu-se facilmente (TAN, 2005, p. 23; TSAI, 2005, p. 170-177). Após a eleição, Lee removeu Lee Huan do cargo de primeiro ministro e nomeou o general Hau Pei-tsun. A sua estratégia era retirar os poderes políticos de Lee Huan, e ao mesmo tempo retirar a influência de Hau sobre o exército, além disso, a nomeação de Hau tinha a intenção dividir a ala conservadora. (ITO, 1994, p. 199-201; TSAI, 2005, p. 178)

Em 1993, após a “derrota” do KMT na eleição legislativa de dezembro de 1992, na qual o DPP conseguiu eleger 50 dos 161 legisladores, sob o pretexto de “insatisfação popular”, Lee removeu Hau do cargo de primeiro ministro, e nomeou o taiwanês Lien Chan. Com isso, Lee finalmente assegurou o controle sobre os três cargos políticos estratégicos em Taiwan (o de

secretário geral do KMT, de chefe do estado-maior, e o de primeiro ministro), detendo definitivamente o controle político sobre Taiwan (TSAI, 2005, p. 187-188). Em fevereiro de 1993, Lee conseguiu consolidar-se definitivamente no poder ao ser reeleito presidente do KMT. (ITO, 1994, p. 206-207; TSAI, 2005, p. 191-192)

III.2 – A Taiwanização

Com o intuito de encerrar definitivamente com o domínio político dos chineses continentais sobre o partido (KMT) e sobre governo (RC), o presidente Lee Teng-hui aprofundou a política de “taiwanização” de seu antecessor Chiang Ching-kuo. Logo que foi eleito presidente do KMT em 1988, nomeou 31 membros para o novo Comitê Central do partido, que foi composto por 16 taiwaneses nativos e 15 chineses continentais, e assim, pela primeira vez, os taiwaneses tornaram-se maioria e garantiram o poder de decidir as políticas do partido (TSAI, 2005, p. 168). Enquanto que, para o gabinete, dos dez mais importantes cargos, Lee nomeou cinco taiwaneses (TSAI, 2005, p. 168). Durante o seu mandato na presidência (tanto na do KMT, quanto na da RC), Lee passou a recrutar compulsoriamente cada vez mais taiwaneses para ocuparem cargos que antes eram apenas destinados a chineses continentais. (TSAI, 2005, p. 168-169, 178)

Em 1990, após consolidar-se no poder ao ser eleito presidente da RC, direcionou os seus esforços para remover os membros “permanentes” do legislativo e da assembleia nacional⁹ (eleitos em 1947, quando a RC governava a China). Lee ofereceu-lhes uma generosa aposentadoria e também utilizou os protestos estudantis de 1990 para pressioná-los a abandonarem os cargos (TSAI, 2005, p. 170). Em 21 de junho de 1990, o Judiciário ordenou que todos os membros "permanentes" da assembleia e do legislativo abandonassem seus cargos até 31 de dezembro de 1991. Em 21 de dezembro de 1991, foi realizada a primeira eleição para a renovação da assembleia, e dos 325 cargos à disposição, 259 acabaram sendo ocupados por taiwaneses nativos e 66 por chineses continentais. (TSAI, 2005, p. 170-178)

Em relação à questão da identidade nacional da RC, Lee evitou a dicotomia (taiwaneses nativos/chineses continentais) ou (unificação/independência *de jure*), e optou por desenvolver uma identidade única, utilizando o termo “novos taiwaneses” (*hsin t'ai-wan-jen*), que incluía

⁹ A média de idade entre os membros “permanentes” da Assembleia Nacional era de 80 anos.

tanto os taiwaneses nativos, quanto os chineses continentais (LIN;TEDARTS, 2003, p. 33, 38, 52-55). Também adicionou ao currículo escolar, temas que abordavam a história de Taiwan e que antes banidos pela lei marcial, como a rebelião de 1947, além de promover abertamente a literatura e a cultura taiwanesa. (CHANG, 2004, p. 3-4)

III.3 – A Democratização

O fato de Lee Teng-hui ser o primeiro taiwanês nativo a assumir a presidência, não amenizou as pressões pela democratização da RC. Em março de 1990, ocorreu uma grande mobilização estudantil, que demandou a retirada dos membros “permanentes” da assembleia nacional e do legislativo. Em abril de 1992, ocorreram inúmeros protestos a favor das eleições diretas para presidente. Os números de demonstrações públicas por reformas políticas aumentaram de 1.433 em 1988, para 5.431 em 1989, e em 1990 foram registrados 7.775 manifestações públicas. (TSAI, 2005, p. 170)

Após se consolidar no poder ao ser eleito presidente da RC pela assembleia nacional em 1990, o presidente Lee deu prosseguimento as reformas políticas de Chiang Ching-kuo, adotando uma série de medidas para reorganizar a administração do governo da RC (praticamente inalterada desde a promulgação da constituição de 1948, quando a RC ainda governava a China), encerrar a lei marcial e democratizar a RC. Em 30 de abril de 1991, Lee anunciou que a lei marcial se encerraria no dia 1 de maio, restaurando assim todos os direitos constitucionais que antes haviam sido suspensos. Para pôr em prática o fim da lei marcial (pois *de jure*, os direitos constitucionais ainda se estendiam à China), Lee com a aprovação da assembleia nacional, promulgou dez artigos adicionais à constituição. (TSAI, 2005, p. 181)

A primeira emenda constitucional (promulgada em maio de 1991), o artigo dez, determinou que a constituição da RC limitar-se-ia apenas à população da “Área de Taiwan” (*t'ai-wan ti-cu*)¹⁰,

¹⁰ Para conseguir o apoio dos chineses continentais para as reformas constitucionais, Lee criou o conceito de “duas áreas” sob o conceito “uma só China”. *De jure* o conceito define “uma só China”, no entanto, *de facto* o conceito definia dois estados soberanos em cada lado do estreito (TEDARTS, LIN, 2003, p. 26-27). A Área de Taiwan ou Área Livre (*tzu-you ti-cu*) são os territórios atualmente administrados pela RC, Taiwan, Penghu, Matsu e Kinmen. Enquanto a Área Continental (*ta-lu ti-cu*) compõe-se dos territórios reivindicados pela constituição da RC, mas que atualmente estão fora da jurisdição do governo da RC. Atualmente estes territórios são administrados pela RPC e pela Mongólia.

excluindo a população da “Área Continental” (*ta-lu ti-cu*) da abrangência da jurisdição da constituição da RC. De acordo ainda com o artigo dez, a RC reconheceu que sua jurisdição limitava-se apenas a Taiwan. Enquanto os artigos um ao quatro determinavam que todos os membros da Assembleia Nacional e do Legislativo deveriam ser eleitos direta e regularmente apenas pela população da “Área de Taiwan” (OPROC, 01/05/1991). Com o fim da lei marcial, o governo Lee também reconheceu o fim do status de guerra civil, e que a jurisdição da RC limitava-se a Taiwan, conferindo à RPC a legitimidade da jurisdição sobre a China. Embora *de jure* Lee tenha mantido o princípio “uma só China”, Lee *de facto* passou a definir a relação entre Taiwan e China, como uma relação entre dois estados soberanos. (TSAI, 2005, p. 181)

Após conseguir assegurar a renovação da Assembleia Nacional em dezembro de 1991, Lee deu continuidade às reformas constitucionais. A segunda emenda constitucional (promulgada em dezembro de 1992) determinava que o presidente e o vice-presidente da RC deveriam ser eleitos apenas pelo povo da “Área de Taiwan”. A terceira (promulgada em agosto de 1994), determinou que deveriam ser eleitos diretamente por voto popular apenas pela população da “Área de Taiwan”. (OPROC, 28/05/1992; 01/08/1994)

III.4 – Os Ativos do Kuomintang

Uma das principais razões para o sucesso do KMT em suas campanhas eleitorais durante os primeiros anos do governo do presidente Lee Teng-hui, foi o enorme poderio econômico que o partido havia acumulado antes de Lee assumir a presidência. O fato do KMT ter governado Taiwan desde 1945, sob o sistema de partido único, no qual não se fazia distinção entre partido e governo, facilitou seu enriquecimento ilícito através de várias manobras ilegais durante o período da lei marcial, como: a captação de recursos através de recebimentos de doações realizadas por empresários que desejavam garantir privilégios econômicos; a incorporação de ativos que haviam sido confiscados do governo japonês em 1945 e que foram ilegalmente repassados pelo governo da RC ao KMT; a concessão de monopólio em vários setores da economia para suas empresas, que recebiam privilégios em contratos e serviços prestados ao governo; e, além disso, o governo destinava parte do orçamento para subsidiar empresas e instituições controladas pelo partido. (LI, 2008, p. 193-215; TSAI, 2005, p. 188-189; TT, 2005, 27/10/2006)

Como resultado do enriquecimento ilícito do KMT durante a lei marcial, ao início da década de 90, o KMT detinha o controle sobre grandes conglomerados como a *Hua Hsia Investment Holding Co.*, *Central Investment Holding Co.*, *Kuang Hua Investment Holding*, *Chi Sheng Industrial Holding Co.*, *Jen Hwa Investmnt Holding Co.*, *King Dom Investment Holding Co.* e a *Asia Pacific Holding Co.* (TSAI, 2005, p. 189). Em 2007, seu patrimônio era estimado em cerca de 27 bilhões de dólares taiwaneses (cerca de 821 milhões dólares americanos), tornando-o um dos partidos políticos mais ricos do mundo. Era cerca de 80 vezes mais rico que o maior partido de oposição, o DPP, cujo patrimônio era estimado em apenas 339 milhões de dólares taiwaneses (cerca 10.4 milhões dólares americanos). (TT, 18/07/2007)

O mais importante conglomerado que o KMT possuía, era a *Hua Hsia Investment Holding Co.*, que detinha o controle sobre as mais importantes empresas de mídia e cultura de Taiwan, como a *Central News Agency*, o *The China Daily News*, o *The Central Daily News*, a *Broadcasting Corporation of China*, a *Central Motion Picture Corporation*, a *China Television Inc.*, a *Taiwan Television*, a *Chen-chung Book Publishing*, entre outros (TSAI, 2005, p. 189). Tal poderio econômico foi essencial para que Lee mantivesse a sua popularidade diante do seu eleitorado e a hegemonia do KMT sobre Taiwan. (LIN; TEDARDS, 2003, p. 57)

III.5 - A Neutralização do “Fator China”

Ao assumir a presidência após a súbita morte de Chiang Ching-kuo, o nome de Lee Teng-hui foi bem recebido pela PRC pelo fato de Lee ser um taiwanês nativo e não ter participado da guerra civil chinesa (HU; LIN, 2003, p. 285-286). No entanto, Lee não estava disposto a negociar qualquer acordo de unificação com a RPC, e, preocupado com a possível intervenção desta durante o processo de “democratização”, optou por “neutralizar” o “fator China” através de uma série de medidas para diminuir as hostilidades no estreito, enquanto priorizava a democratização da RC. (LIN; TEDARTS, 2003, p. 35)

Ao assumir o presidência em 1988, Lee reafirmou a promessa dos "três não" de Chiang de 1978 (não contato, não compromisso e não negociação), e ressaltou que pelo fato da RPC não ter renunciado a força, política oferecida de "um país, dois sistema" que pretendia transformar Taiwan como um simples governo local era inaceitável (TSAI, 2005, p. 166). Embora o discurso

inicial hostil a RPC, Lee adotou uma série de medidas para amenizar as hostilidades no estreito de Taiwan, tal como a extinção do termo “bandidos comunistas” (*kung-fei*) dos livros escolares e dos meios de comunicação, permitiu aos veteranos de guerra chineses continentais retornarem a China e continuarem a receber as aposentadorias do governo, e declarar se contrário a independência *de jure* e a favor da unificação. (TSAI, 2005, p. 182)

Em 7 de outubro de 1990, Lee estabeleceu o Conselho para a Unificação Nacional (CUN) (*kuo-chia t'ung-i wei-yuan-hui*) e escolheu 31 líderes do governo e do setor privado para auxiliar o governo a construir um consenso para a unificação. Em 23 de fevereiro de 1991, a CUN aprovou as Diretrizes para Unificação Nacional (DUN) (*kuo-chia t'ung-i kang-ling*), que traçou as seguintes metas de unificação: liberdade, democracia e distribuição de renda igualitária (TSAI, 2005, p. 181). A CNU e a DNU foram manobras utilizadas por Lee com o objetivo de neutralizar o “fator China” (a RPC e os chineses continentais) durante o processo de democratização, pois, diante de inúmeros desafios, Lee concluíra que não seria capaz de enfrentar “duas frentes” (a questão da democratização e a da unificação ou independência *de jure*) simultaneamente, optando por resolver primeiro a democratização. Durante a formulação das DUN, Lee instruiu seus membros de confiança para bloquear qualquer consenso em relação à unificação no CUN. (LIN;TEDARTS, 2003, p. 35, 60n18)

Em 27 de abril de 1990, em decorrência do aumento significativo dos investimentos de empresários taiwaneses na China e do grande fluxo de taiwaneses pelo estreito de Taiwan, Lee estabeleceu a *Mainland Affairs Council* (MAC), com o intuito de coordenar essas interações (TSAI, 2005, p. 179). Em 8 de fevereiro de 1991, o governo de Lee contribuiu para a formação de um órgão semioficial chamado *Straits Exchange Foundation* (SEF), presidido por Koo Chen-fu, com o objetivo de tratar de assuntos “técnicos” e “negócios gerais”. A RPC, em resposta a criação da SEF, criou a *Association for Relations Across the Taiwan Strait* (ARATS), com uma função similar, presidida por Wang Daohan (TSAI, 2005, 179). Em novembro de 1992, após as negociações entre seus representantes em Hong Kong, a SEF e a ARATS chegaram a um “consenso” do princípio “uma só China” (também conhecido como o “consenso de 1992”, *chiu-erh kung-shih*). No entanto, a definição do mesmo deveria ser interpretada oralmente por cada parte respectivamente, sem definir exatamente o significado “uma só China”. Baseado nesse

“consenso”, em abril de 1993, ocorreu o primeiro encontro formal entre a SEF e a ARATS em Cingapura, onde discutiram apenas sobre assuntos relativos a negócios e ao intercâmbio entre o estreito de Taiwan (sem abordar assuntos políticos) (HU;LIN, 2003, p. 286-287). Além disso, Lee estabeleceu o contato direto com a presidência da RPC, e os representantes dos presidentes da RC e da RPC reuniram-se secretamente ao menos 27 vezes no período de 1991 a 1995. (LIN;LIN, 2005, p. 84; TSAI, 2005, p. 180)

III.6 - A Diplomacia Pragmática

Em 1988, quando Lee Teng-hui assumiu a presidência, a RC só mantinha relações diplomáticas com 23 países. Após conseguir a expulsão da RC da ONU em 1971, a PRC conseguiu isolá-la diplomaticamente da comunidade internacional. No entanto, empregando uma nova política externa, Lee desafiou tal isolamento lançando a diplomacia pragmática (*wu-shih wai-chiao*), numa tentativa de fazer com que a RC (Taiwan) pudesse ser reconhecida na comunidade internacional como um estado soberano, sem vínculos com a RPC, baseada em três estratégias para aumentar a sua visibilidade: 1) aumentar o número de aliados diplomáticos da RC, 2) promover relações diplomáticas informais e 3) aumentar a participação da RC em organismos internacionais. (WANG, 2003, p. 245, 249)

Uma das estratégias adotada por Lee, foi a de aumentar a visibilidade da RC, através de visitas aos países com os quais a RC não possuía relações diplomáticas. Em março de 1989, Lee conduziu uma viagem “privada” à Cingapura (ITO, 1994, p. 202). Em 1994, o vice primeiro ministro Hsu Li-teh representou a delegação taiwanesa nos jogos asiáticos de Hiroshima, após a RPC pressionar o Japão a não receber Lee. Em 1994 o primeiro ministro Lien Chan visitou o México, em 1995 visitou a Áustria, a República Tcheca e a Hungria, e em 1997 visitou a Irlanda (CHEN, 1999, p. 131, 139). Em 1997, inúmeros congressistas e governadores americanos visitaram Taiwan, além do general Collin Powell e do Dalai lama. Em 1999, Lee recebeu a visita de Jimmy Carter e do governador de Tóquio Ishihara Shintaro (WANG, 2003, p. 252-253; TSAI, 2005, p. 207). Além disso, Lee realizava constantes viagens para reforçar os laços com os seus aliados diplomáticos, como em 1994, quando Lee visitou a Nicarágua, Costa Rica, África do Sul e Suazilândia. E, em 1997, quando Lee visitou o Panamá, Honduras, El Salvador, e Paraguai. (TSAI, 2005, p. 194, 211)

Durante o governo de Lee, a RC estabeleceu inúmeras representações em diversos países, (as *Taipei Economic and Cultural Representative Office*) com os quais a RC não mantinha relações diplomáticas, que representavam as embaixadas e os consulados *de facto* da RC (WANG, 2003, p. 246, 252). A partir de 1990, Lee também procurou estabelecer relações diplomáticas e comerciais não oficiais com diversos países do antigo bloco comunista (TSAI, 2005, p. 174-175). Como resultado, em 1999 a RC já havia estabelecido 98 representações em 63 países, e desses 63 países, 47 possuíam 53 representações em Taiwan. (WANG, 2003, p. 252)

A diplomacia pragmática também se estendeu ao Brasil. Em junho 1992, o ministro da economia Vincent Siew visitou o Brasil para promover o comércio bilateral e foi recebido pelo Itamaraty e pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Em 1993, uma delegação de empresários taiwaneses visitaram o Brasil. Em 1994, Lee enviou outro ministro da economia (Chiang Pin-kung) ao Brasil para promover o comércio bilateral. Em 1992, a RC estabeleceu o "Escritório Econômico e Cultural de Taipei no Brasil" em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro, enquanto o Brasil estabeleceu o *Brazil Business Center* em Taipei. (BECARD, 2008, p. 171-174; SHANG, 2003, p. 302-303).

O presidente Lee também se aproveitou do fato da RC deter 75 bilhões em reservas internacionais (a segunda maior reserva do mundo, atrás apenas do Japão), e utilizou-as para realizar ações humanitárias com o intuito de expandir o reconhecimento internacional da RC (TSAI, 2005, p. 166). Além disso, Lee oferecia incentivos econômicos para vários países pobres, com o intuito de estabelecer relações diplomáticas. No entanto, os resultados da diplomacia pragmática foram bastante modestos, pois, ao final do governo Lee em 2000, os aliados diplomáticos da RC tinham passado de 22 para 29¹¹. (WANG, 2003, p. 251)

III.7 – “Um País, Dois Governos”

A nova política externa, consistia também em não evitar mais a confrontação com a RPC na comunidade internacional, antes a RC recusava a participação em determinado organismo, dos

¹¹ Burkina Faso (1994), Chade (1997), Gambia (1995), Guiné Bissau (1990-1998), Libéria (1989), São Tomé e Príncipe (1997), Senegal (1996), Bahamas (1989-1997), Belize (1989), Granada (1989), Nicarágua (1990), Ilhas Marshall (1998) e Macedônia (1999) e Palau (1999). No entanto, a RC perdeu a Santa Lúcia (1997), Tonga (1998), Arábia Saudita (1990), Coreia do Sul (1992) e África do Sul (1997). (WANG, 2003, p. 251)

quais a RPC era membro, por se autodenominar o representante “legítimo” da China. Uma das estratégias utilizadas por Lee para o reingresso da RC na comunidade internacional, foi abandonar *de facto* o “princípio uma só China”, e propor o "reconhecimento dual", no qual existe “uma só China”, porém sob o governo de dois estados soberanos divididos pelo estreito de Taiwan, que o governo da China seja reconhecida como a RPC, e que o governo em Taiwan seja reconhecida como “Republica da China em Taiwan”. (*chung-hua min-kuo tsai t'ai-wan*). (WANG, 2003, p. 249-250)

Em 1986, após a *Asian Development Bank* (ADB) ter alterado a designação da delegação da RC para *Taipei, China* por pressão da RPC, a RC passou a boicotar os encontros anuais da ADB. No entanto em 1988, após Lee assumir a presidência, a RC voltou a enviar uma delegação ao encontro anual da ADB, em sinal que não iria mais evitar a confrontação internacional com a RPC (CHO, 2002, p. 166). Em 1990, quando a Arábia Saudita estabeleceu relações diplomáticas com a RPC, a RC, pela primeira vez não rompeu relações diplomáticas com esse determinado país, no entanto, a Arábia Saudita sobre pressão da RPC, rompeu com a RC (ZHAO, 1999c, p. 114). Em julho de 1994, a RC anunciou oficialmente que não iria mais competir com a PRC pelo título do “único representante legítimo da China” na comunidade internacional (ZHAO, 1999c, p. 114). Além disso, Lee também pleiteou uma vaga para a RC no *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) sob o nome alternativo de *Separate Customs Territory of Taiwan, Penghu, Kinmen e Matsu* e na *Asia-Pacific Economic Cooperation* (APEC) sob o nome de *Chinese Taipei*. (TSAI, 2005, p. 173)

Em maio de 1993, Lee anunciou na assembleia nacional, que a RC iria lançar a campanha para ao reingresso da RC à ONU (CHEN, 1999, p. 129; HU;LIN, 2003, p. 287). Além disso, Lee também provia ajuda econômica ao seus aliados diplomáticos, para que estes, ajudassem a RC na campanha do reingresso (TAN, 2003, p. 34, TSAI, 2005, p. 195). Em novembro de 1993, durante o encontro da APEC em Seattle, o ministro da economia Chiang Pin-kung propôs publicamente a fórmula " um país, dois governos" (*i-kuo liang-fu*) para que a RC pudesse participar da comunidade internacional (WANG, 2003, p.287), similar ao modelo que alemão e coreano (CHEN, 1999, p. 135-136). Em 1995, o governo Lee a propôs a “compra” do reingresso à ONU por 1 bilhão de dólares em ajuda humanitárias. (TSAI, 2005, p. 196; ZHAO, 1999c, p. 117)

III.8 – A Frustração Chinesa

As expectativas que a RPC havia depositado sobre o presidente Lee Teng-hui, tornaram-se frustração, anos mais tarde (HU;LIN, 2003, p. 283). Em virtude da alta dependência econômica da RC em relação à RPC, desde a abertura econômica da RPC no início da década de 80, e com o intuito de diminuir essa dependência e aumentar a visibilidade da RC na comunidade internacional (CHENG; CHANG, 2003, p. 131-133), em 1994, Lee lançou a política econômica “Vá ao Sul” (*nan-hsiang ch'eng-ts'e*). Durante as “férias”, em janeiro de 1994 o primeiro ministro Lien Chan realizou uma visita “informal” à Malásia e à Cingapura. Três semanas depois, Lee visitou “informalmente” as Filipinas, Indonésia e Tailândia (WANG, 2003, p. 252-253, 258), o intuito da viagem foi procurar incentivar os empresários taiwaneses a diversificarem seus investimentos nos países do sudeste asiático. (CHEN, 1999, p. 129; TSAI, 2005, p. 171, 193-194)

Quando o CUN foi estabelecido por Lee em 1990, a RPC recebeu muito bem a iniciativa. No entanto, com o passar do tempo, a RPC percebeu que as DUN estavam atrasando indefinidamente o processo de unificação, ao impor os três estágios para a unificação: liberdade, democracia, e distribuição igualitária da renda (HU;LIN, 2003, p. 286). Além disso, Lee também estabeleceu intencionalmente, três pré-condições para o início das negociações políticas: a renúncia da força; o reconhecimento da RC como uma entidade política equivalente à RPC; e não interferir nas relações entre a RC e a comunidade internacional. (CHU, 1999, p. 181)

A desconfiança da RPC em relação as reais intenções de Lee intensificaram-se em maio de 1994, quando Lee em entrevista ao escritor japonês Shiba Ryotaro, declarou: “todos aqueles que detiveram o poder sobre Taiwan, eram regimes estrangeiros (incluindo o KMT/RC)”, e sobre a tristeza por ser taiwanês “nascer taiwanês e não poder fazer nada por Taiwan”. Lee ainda admitiu que até os seus 22 anos (1945), considerava-se japonês, e comparou a nova era democrática de Taiwan ao Êxodos do antigo testamento, e se auto comparou com Moisés. (LEE;SHIBA, 1994)

Em reação à tentativa do governo Lee de tentar expandir o reconhecimento internacional da RC, em março de 1993, o *premier* da RPC Li Peng alertou que a proposta de coexistência internacional levaria Taiwan a se “separar” da “Pátria Mãe” (GOV CN, 15/03/1993). Em agosto de 1993, a RPC reafirmou ser contrário a ideia de coexistência e afirmou também: “Só existe uma

só China no mundo, e Taiwan é parte inabalável da China, e o governo central fica em Beijing... a autodeterminação para Taiwan está fora de questão... Taiwan é puramente assunto interno da China” (XH, 08/1993). Em resposta as críticas da RPC, em julho de 1994, a RC emitiu o “Manual das Relações entre os Estreito de Taiwan” (*t'ai-hai liang-an kuan-hsi shuo-ming-shu*) citando que a RC já é um estado independente desde 1912, a realidade de dois países soberanos, instou a RPC a aceitar a coexistência internacional, e citou a DUN como uma das condições para a unificação. (MAC, 01/07/1994)

Na tentativa de “salvar” as negociações, em 30 de janeiro de 1995, o presidente da PRC Jiang Zemin apresentou a proposta dos “8 pontos” para o desenvolvimento da relação no estreito de Taiwan, na qual criticou a fórmula “uma país, dois governos”, alegando ser uma contravenção ao princípio “uma só China”, e criticou a política pragmática, alegando que o aumento do espaço internacional de Taiwan significa criar “duas Chinas” ou “uma China, uma Taiwan” (XH, 30/01/1995). No entanto, em 8 de abril, durante a reunião da CUN, Lee recusou os “8 pontos” de Jiang e propôs os “6 pontos”, afirmando que a RC é um estado soberano, demandou que a RPC reconheça a existência de dois estados soberanos em cada lado do estreito de Taiwan e a renúncia do uso da força contra Taiwan. (KAN; 2011a, p. 52; ZHAO, 1999c, p. 100, 106)

III.9 – Os Estados Unidos e a Crise do Estreito de Taiwan

Após Bill Clinton assumir a presidência dos Estados Unidos em 1993, Clinton abandonou a tradicional política americana de contenção e confrontação com a RPC (sustentada pelos governos anteriores), e optou por buscar uma aproximação com a RPC, a *strategic partnership*. Como consequência da nova política, o governo Clinton passou a evitar adotar medidas que irrite a RPC, incluindo evitar o apoio explícito à Taiwan. (SHIH, 2002).

Porém, o congresso americano diante dos recentes progressos políticos, que tornou Taiwan um país “modelo de democracia emergente”, passou a defender o estreitamento das relações entre Estados Unidos e a “Democrática Taiwan” (CHANG, 1995, p. 3-4). Sob a forte pressão do congresso, em abril de 1994, o governo Clinton aprovou a *Taiwan Policy Review* (TPR), a primeira revisão da política americana em relação desde 1979. Porém, Clinton preocupado com a reação da RPC, foi cauteloso na revisão e permitiu a visita de oficiais de Taiwan aos Estados

Unidos, apenas em caráter não oficial, mantendo a proibição da entrada do presidente e do primeiro ministro. O governo Clinton também declarou o apoio ao ingresso de Taiwan às organizações internacionais, apenas onde a soberania não era pré-requisito, e ainda reafirmou a *One China Policy*. No entanto, inúmeros congressistas ficaram insatisfeitos com o resultado da TPR, pois estes, esperavam mais concessões à Taiwan. (CHANG, 1995, p. 1)

Seis meses depois, o congresso conseguiu aprovar em outubro de 1994, uma emenda na *Immigration and Nationality Technical Corrections Act of 1994* (H.R. 783), da qual autoriza a entrada do presidente de Taiwan sob circunstâncias especiais (CHANG, 1995, p. 4; KAN, 2011a, p. 50). Em abril de 1995, o presidente Lee Teng-hui foi convidado pelo reitor da *Cornell University* para visitar a sua *alma mater* nos Estados Unidos (TSAI, 2005, p. 197), e em maio de 1995, o congresso aprovou uma resolução requisitando ao departamento de estado a concessão do visto para Lee (aprovado por 97 a 1 no Senado e 396 a 0 na *House*) (TSAI, 2005, p. 197; TSEA, 2000). Apesar do alerta do departamento de estado sobre a reação da RPC, Clinton sob pressão do congresso, autorizou o visto, alegando que tratava-se de uma visita privada e não oficial. (TSAI, 2005, p. 197)

Em reação ao anúncio da visita de Lee, o ministro da defesa da RPC adiou a sua viagem aos Estados Unidos, a RPC ameaçou cancelar a compra de jatos da Boeing e fechar o consulado americano em Chengdu (TSAI, 2005, p. 197), além de cancelar a segunda encontro entre SEF e ARATS (CHEN, 1999, p. 131). A despeito da insatisfação chinesa, Lee foi recebido nos Estados Unidos por vários congressistas no aeroporto de Syracuse. Em seu discurso *Always in My Heart*, Lee usou o termo *Republic of China on Taiwan*, falou sobre a *Taiwan Experience* (as reformas democráticas), *Popular Sovereignty*, mencionou o fato da RC ser o sexto parceiro comercial dos Estados Unidos e o segundo maior detentor de títulos do tesouro americano, e instou os Estados Unidos a estreitar as relações com a RC. (LEE, 1995)

Diante da visita, a RPC concluiu que Lee não só não havia plano algum para a unificação, como pretendia promover a “independência” de Taiwan (HU;LIN, 2003, p. 288). A RPC visando as eleições presidenciais da RC de 23 de março de 1996, a primeira realizada por voto direto, em julho de 1995, a RPC realizou uma série de testes com mísseis balístico a 150 km da costa de Taiwan. Em agosto a PRC realizou o segundo teste, em março de 1996 a RPC realizou a terceiro

teste. Além disso, a RPC organizou diversos exercícios militares no estreito de Taiwan, visando intimidar o eleitorado taiwanês. (TSAI, 2005, p. 198; ZHAO, 1999, p. 101)

Em reação a tentativa da RPC de coagir as eleições, o secretário de estado Warren Christopher declarou: “China will face grave consequences from the United States if it decides to use force against Taiwan” (LAT, 11/03/2011). Em março, o congresso aprovou a resolução HCR 148 (por 369 a 14 na *House* e 97 a 0 no Senado), na qual o congresso declarava:

the United States, in accordance with the Taiwan Relations Act and the constitutional process of the United States, and consistent with its friendship with and commitment to the democratic government and people of Taiwan, should assist in defending them against invasion, missile attack, or blockade by the People's Republic of China. (TSEA, 2000)

Na mesma resolução, o congresso oficializou o envio de 2 porta-aviões ao estreito de Taiwan (KAN, 2011a, p. 22). Era a maior movimentação americana na região desde a guerra do Vietnã, e a maior crise entre os Estados Unidos e a PRC desde o estabelecimento das relações diplomáticas em 1979. (CHEN, 1999, p. 128; ZHAO, 1999a, p. 1)

No entanto as tentativas chinesas de tentar coagir o eleitorado de Taiwan, não só fracassaram, como aumentaram a popularidade de Lee. As ameaças chinesas aumentaram as intenções de votos de Lee de 30% (antes das ameaças), para 54% (TT, 16/03/2000). O candidato a favor pela independência *de jure* pelo DPP, Peng Ming-min recebeu 21.13%, e os ex-KMT, Lin Yang-kang e Chen Li-an receberam respectivamente 14.9% e 9.98%. (TSAI, 2005, p. 205)

III.10 - Os “Three Noes” de Clinton e a Reação do Congresso

Após a crise do estreito de Taiwan (1995-1996), o presidente americano Bill Clinton na tentativa de relaxar as tensões, em 30 de junho de 1998, durante a sua visita oficial à China, Clinton declarou publicamente os “Three Noes”: (NYT, 30/06/1998)

I had a chance to reiterate our Taiwan policy, which is that we don't support independence for Taiwan, or two Chinas, or one Taiwan-one China. And we don't believe that Taiwan should be a member in any organization for which statehood is a

requirement. So I think we have a consistent policy. Our only policy has been that we think it has to be done peacefully. That is what our law says, and we have encouraged the cross-strait dialogue. (NYT, 30/06/1998)

Em reação a declaração de Clinton, o senado americano aprovou a *Resolution Expressing the United State's Continued Support for Taiwan* SCR 107 (por 92 a 0):

we believe that President Clinton's statement can be read to mean that the United States will oppose independence for Taiwan under any and all circumstances, even if Taiwan is attacked by China or the Taiwanese people vote overwhelmingly for independence...The President's remark clearly is not in line with the United States' policy on Taiwan. We in Congress need to vote in favor of this resolution to correct the misimpression that was made by the President's statement". (SCR 107, 10/07/1998).

Após a aprovação do senado, a *House* também aprovou uma resolução similar por 390 a 1 (HCR 301) (TT, 17/06/2011). Em 18 de maio de 1999, o congresso propôs a votação da *Taiwan Security Enhancement Act* (TSEA), sob forte oposição do governo Clinton e da RPC (TT, 05/10/1999). A TSEA propunha o *Training of Taiwan Military Officers*, a *Communications between United States and Taiwan Military Commands* e a *Report Regarding Maintenance of Sufficient Self-Defense Capabilities*. Mesmo sobre forte pressão do governo Clinton, em 1 de fevereiro de 2000 a TSEA foi aprovada pela *House* por 341 a 70, além disso, o congresso tentou incluir Taiwan no *Theater Missile Defense System*¹². (NYT, 02, 22/02/2000; TSEA, 2000)

III.11 - O Fim da Ilusão Chinesa

Após ser reeleito presidente da RC, o discurso do presidente Lee Teng-hui alterou-se drasticamente em relação a RPC. Quando Lee assumiu a presidência em 1988, os discursos de Lee davam ênfase ao termo “República da China”. No entanto, quando começou a consolidar-se no poder, Lee passou a alternar entre “Republica da China em Taiwan” e “República da China, Taiwan”. Quando Lee se consolidou no poder, passou a simplesmente alternar entre os termos “República da China” ou “Taiwan”. Além disso, Lee procurou enfatizar em seus discursos que a soberania nacional da RC se limitava á Taiwan, como “Taiwan é soberano, país independente

¹² Após a aprovação na House of Representatives, a RPC reagiu pressionando o governo Clinton. Pressionado, Clinton prometeu que vetaria a resolução caso fosse aprovada também no Senado (NYT, 02, 04/02/2000).

cujo o nome é República da China” ou “República da China é soberano, país independente cujo os territórios são Taiwan, Penghu, Kinmen e Matsu” (LIN; TEDARTS, 2003, p. 32). Em 1990, Lee declarava que “Taiwan e o Continente (China) eram territórios inseparáveis da China”, além de se referir aos chineses como “compatriotas” (*t’ung-pao*), no entanto, após consolidar-se no poder, como o primeiro presidente eleito democraticamente em 1996, Lee indiretamente chamava a RPC como um “país miserável”. (HU; LIN, 2003, p. 289)

Ao assumir o segundo mandato, Lee abandonou definitivamente os discursos moderados. Em entrevista ao *Washington Post* em novembro de 1997, Lee por inúmeras vezes reafirmou que Taiwan era um estado independente: “Taiwan is Taiwan”, “We are an independent, sovereign country” e “Taiwan is already independent. There is no need to say so. . . . Maybe they want us to say the ROC is a province of China. Twenty-one million people don't agree that Taiwan is a province of China”. Em relação as pressões para reestabelecer contatos com a RPC, Lee declarou: “They use this to pressure [us]. But I don't feel anything. We are an independent, sovereign country... You say Taiwan is a provincial government. I don't think so”. (WP, 08/11/1997)

Diante da persistência dos investimentos taiwaneses na China, mesmo após a política “vá ao sul” em 1994. Ao iniciar o segundo mandato, Lee em 14 de setembro de 1996, promoveu uma nova política econômica: a “sem pressa, use a paciência” (*chieh-chi yung-jen*). A nova política econômica de Lee passou a controlar os investimentos taiwaneses na China, impondo várias restrições, como a proibição de investimentos em infraestrutura e energia, os investimentos não poderiam ultrapassar mais que 20%-40% do patrimônio líquido da empresa, e os investimento acima de 50 milhões de dólares teriam que passar por rigorosas análises. (CHENG;CHANG, 2003, p. 134-135)

Após a crise, a RPC passou a pressionar Taiwan para reestabelecer os contatos políticos (MYERS;ZHANG, 2006, p. 38). Após o anúncio dos "Three Noes" de Bill Clinton, a ambição do governo Lee de alcançar o reconhecimento internacional sofreu um grande revés, e pressionado por Clinton, Lee foi forçado a enviar uma delegação da SEF para se reunir com a delegação da ARATS em outubro de 1998 em Shanghai (TSAI, 2005, p. 210). A SEF e a ARATS concordaram em se reunir novamente no ano seguinte em Taipei. Porém subitamente, em 9 de julho de 1999, Lee em entrevista a *Deutsche Welle Radio*, definiu a relação no estreito de Taiwan como de

“estado para estado”: (MYERS;ZHANG, 2006, p. 40; TSAI, 2005, p. 211)

The fact that disregarding the reality that the two sides of the Taiwan Strait are under separate administrations of different governments, the Chinese communist authorities have been threatening us with force is actually the main reason why cross-strait ties cannot be improved thoroughly.... Since the PRC's establishment, the Chinese communists have never ruled Taiwan, Penghu, Kinmen, and Matsu, which have been under the jurisdiction of the Republic of China... Since our constitutional reform in 1991, we have designated cross-strait ties as nation-to-nation, or at least as special state-to-state ties, rather than internal ties within “one China” between a legitimate government and a rebellion group, or between central and local governments... (KAN, 2011a, p. 61)

Em reação a declaração, a RPC cancelou a reunião entre SEF e ARATS que seria realizada em Taipei em 1999. Era exatamente a reação planejada por Lee, pois o presidente da ARATS Wang Daohan havia declarado que iria para Taipei, para proclamar que Taiwan havia aceitado o princípio “uma só China” (na qual Taiwan era um governo local da RPC). A declaração de Lee conseguiu com sucesso, interromper a visita de Wang. (TSAI, 2005, p. 211)

III.12 - O Fim da Hegemonia do Kuomintang

Devido ao fato do presidente Lee Teng-hui ser taiwanês nativo e atender às várias demandas do DPP por reformas políticas, que retiraram gradualmente a hegemonia política dos chineses continentais em Taiwan, e a recusa de Lee em se posicionar a favor da unificação, muitos chineses continentais dentro do KMT, começaram a suspeitar que Lee estivesse secretamente se afastando do propósito da unificação e consolidando a RC como um estado independente com características nacionais próprias (LIN; TEDARTS, 2003, p. 32; TSAI, 2005, p. 191-192). Diante desta suspeita, em 1993, um grupo de chineses continentais boicotaram o décimo quarto congresso do KMT, e em 10 de agosto de 1993 sob a liderança de Jaw Shau-kong fundaram New Party (NP), em oposição ao KMT “taiwanês” de Lee.¹³ (TSAI, 2005, p. 192)

Em dezembro de 1996, Lee apresentou a proposta para congelar as eleições provinciais (apoiado pelo DPP), alegando que tornaria a administração mais eficiente. A medida foi criticada

¹³ Ver anexo D

pelos chineses continentais (inclusive pelo então governador da província de Taiwan, James Soong), que já suspeitavam que Lee estava secretamente manobrando para tornar Taiwan independente *de jure*, pois ao abolir o status provincial de Taiwan, igualaria *de facto* Taiwan à RC e não mais legalmente uma província da China (RC). Na terceira emenda constitucional (a emenda de 1997), Lee conseguiu congelar as eleições provinciais, e o governador de Taiwan passou a ser nomeado pelo presidente. (OPROC, 21/07/1997)

Em agosto de 1997, embora a grande popularidade do influente chinês continental James Soong, Lee apoiou a nomeação do taiwanês Lien Chan para a eleição presidencial de 2000 pelo KMT, contrariando a vontade de Soong que desejava concorrer a presidência. Após ser derrotado nas prévias, em julho, Soong anunciou que iria concorrer a presidência como candidato independente, levando consigo, vários chineses continentais do KMT e opositores do “taiwanês” Lee. (TT, 16/09/1999)

III.13 – O Fator “China”

Durante as eleições presidenciais da RC em 2000, as pesquisas eleitorais foram lideradas por três candidatos: James Soong (independente), Lien Chan (KMT) e Chen Shui-bian (DPP). Diante da eleição, a PRC tentou novamente coagir o eleitorado taiwanês. No dia 21 de fevereiro de 2000, a PRC emitiu os "Três Se" (*san-ko ju-kuo*):

caso algum grave incidente ocorra, levando a separação de Taiwan da China, ou caso ocorra uma invasão e ocupação estrangeira, ou se as autoridade de Taiwan se recusem a negociar pacificamente a reunificação indefinidamente, o governo chinês irá ser forçado a adotar... o uso da força para proteger a soberania chineses e a integridade territorial. (PD, 21/02/2000)

Enquanto o premier da RPC Zhu Rongji no dia 15 de março de 2000, ameaçou o eleitorado, para que este não vote no candidato “errado”:

nós precisamos deixar claro uma coisa: não importa quem quer que seja que tome o poder, não poderá promover a ‘independência de Taiwan’. Qualquer forma de ‘independência de Taiwan’, não será permitido... Nossa política em relação à Taiwan é a ‘reunificação pacífica’ e o ‘um país, dois sistemas’, e jamais renunciaremos a força...

Seja qual for o caminho que forem seguirem, não ajam por impulso, para que não possam ter tempo de se arrependem mais tarde. (PD, 15/03/2000)

No entanto, tal como na eleição presidencial de 1996, houve um efeito inverso ao desejado por Beijing. No dia 29 de fevereiro de 2000, os candidatos Chen Shui-bian, tal como Lien Chan registravam 31% das intenções de votos, enquanto James Soong registrava 35% (TVBS, 06/03/2000). Porém, no dia 18 de março, Chen recebeu 39,03% dos votos e foi eleito presidente, Soong recebeu 36,84%, e Lien recebeu 23,10%. O independente Hsu Hsin-liang recebeu 0.63%, e o único candidato a favor da RPC e do "um país, dois sistemas", Li Ao do NP recebeu apenas 0.13% dos votos. (TT, 19/03/2000)

III.14 – Pós Lee Teng-hui Era

No dia seguinte ao anúncio da vitória de Chen Shui-bian, milhares de manifestantes pró James Soong se aglomeraram em frente à sede do KMT, e protestaram violentamente contra Lee Teng-hui, demandando a sua renúncia à presidência do KMT. Após cinco dias de protestos, em 24 de março, Lee renunciou à presidência do KMT e deixou o cargo para Lien Chan, pois Lee confiava que Lien daria continuidade a sua política de “taiwanização” dentro do KMT (LIN;TEDARDS, 2003, p. 41; TT, 18-24/03/2000). Enquanto Soong, em 31 de março de 2000, apoiado por vários políticos anti-Lee, fundou o *People's First Party* (PFP). (TT, 01/04/2000)

No entanto, Lee desiluiu-se rapidamente em relação a Lien, após Lien assumir a presidência do KMT, Lien formou uma coligação política com o PFP de Soong, e ambos os partidos uniram-se contra o governo de Chen (DPP). Além disso, Lien realizou grandes esforços para atrair de volta ao KMT, vários chineses continentais (inclusive Soong) que haviam deixado o KMT durante a presidência de Lee¹⁴. (LIN;TEDARDS, 2003, p. 42; TT, 25/10/2001)

Diante da traição de Lien, em 12 de agosto de 2001, Lee ajudou a fundar o *Taiwan Solidarity Party* (TSU), partido a favor da independência *de jure* e aliado do DPP, e Lee tornou-se o líder espiritual deste partido. Além disso, Lee passou a criticar abertamente Lien e o KMT, e também negar publicamente a existência do “consenso de 1992” e apoiar publicamente Chen e o DPP.

¹⁴ Ver anexo D

(LIN;TEDARDS, 2003, p. 42-43)

III.15 – Conclusão

Como o primeiro taiwanês nativo a assumir a presidência, as políticas internas e externas adotadas por Lee Teng-hui diferiram bastantes dos seus antecessores chineses continentais. Durante o período, Taiwan passou por profundas mudanças políticas, de uma ditadura leninista de partido único dominada por uma minoria étnica, para uma democracia multipartidária. Além disso, Lee procurou consolidar Taiwan como um estado soberano sob o nome RC, o que significou que Taiwan deixou de ser uma mera província da RC, para se tornar sinônimo de RC.

Com o intuito de consolidar Taiwan como um estado soberano *de facto*, Lee promoveu a democratização e a taiwanização da RC, visando encerrar a hegemonia política dos chineses continentais. Durante este processo, Lee conseguiu manipular com êxito a opinião pública, para atingir os seus objetivos. Além disso, Lee indiretamente procurou desenvolver uma identidade taiwanesa separada da identidade chinesa. No entanto, Lee não conseguiu atingir os seus objetivos sem criar divisões internas, resultando na formação do NP (1993) e do PFP (2000).

A ascensão de Lee à presidência trouxe sérias implicações à RPC. Com o objetivo de consolidar a soberania e independência *de facto* de Taiwan, Lee buscou reinserir a RC na comunidade internacional, através da “diplomacia pragmática”. A estratégia de Lee, foi abandonar *de facto* do princípio “uma só China” por parte da RC, e propor o sistema “uma país, dois governos”, fato que tornaria aceitável a coexistência internacional, com o intuito de induzir Beijing a relaxar o cerco político contra Taiwan. A proposta passaria a tornar as relações entre Taiwan e China, *de facto* entre dois estados soberanos. No entanto, na percepção da RPC, a reinserção internacional da RC era um prelúdio para a “independência”. A proposta não foi só rejeitada, como provocou a crise do estreito de Taiwan de 1995-1996.

A inesperada vitória de Chen Shui-bian nas eleições presidenciais de 2000, provocou ainda mais a instabilidade no estreito de Taiwan. No próximo capítulo, estudaremos o governo do ex-presidente Chen, e como as suas políticas pró independência *de jure* desestabilizaram ainda mais a relação de Taiwan com a RPC e com os Estados Unidos.

CAPÍTULO IV- O GOVERNO CHEN SHUI-BIAN (2000-2008)

Introdução

Em 2000, o taiwanês Chen Shui-bian do DPP foi eleito presidente da RC, fato que encerrou 55 anos de hegemonia do KMT sobre Taiwan. A eleição de Chen aprofundou ainda mais as instabilidades no estreito de Taiwan, obrigando os Estados Unidos e a RPC a reformularem a suas políticas em relação a Taiwan, com o intuito de conter a instável democracia taiwanesa, e impedir a alteração do *status quo* no estreito de Taiwan.

O objetivo deste capítulo é analisar a tentativa de Chen de formalizar a independência *de jure*, e como estas tentativas afetaram as relação de Taiwan com os Estados Unidos e com a RPC. Este capítulo está dividida em onze tópicos. Na seção IV.1 analisaremos a inicial estratégia ambígua de Chen. Na seção IV.2 analisaremos a posição inicial do governo Bush. Na seção IV.3 analisaremos a proposta do referendo popular e da reforma constitucional. Na seção IV.4 analisaremos o início das preocupações chinesas e americanas. Na seção IV.5 analisaremos a reeleição de Chen e as eleições legislativas. Na seção IV.6 analisaremos a reação da RPC. Na seção IV.7 analisaremos a reação americana. Na seção IV.8 analisaremos o fim da política ambígua de Chen. Na seção IV.9 analisaremos as retaliações americanas. Na seção IV.10 analisaremos as razões do fim do governo Chen. Concluindo na seção IV.11.

IV.1- A Estratégia Ambígua

Antes da vitória nas eleição presidencial, Chen Shui-bian declarava abertamente ser a favor da independência *de jure*. No entanto, após a eleição, Chen subitamente alterou os seus discursos, que passaram a ser bem mais moderado. Antes de tomar posse, Chen convidou Wang Daohan (ARATS) para a cerimônia de sua posse (TT, 23/03/2000), e ainda persuadiu o senado americano a abandonar a votação da TSEA no congresso¹⁵ (NYT, 28/04/2000). No discurso de posse de Chen em 20 de maio de 2000, Chen usou em seu discurso um tom bem moderado, e prometeu os "cinco não" (*ssu-pu i-mei-yu*): (TT, 21/05/2000)

¹⁵ Durante a cerimônia de posse de Chen em 20 de maio de 2000, os Estados Unidos enviaram a Sétima Frota ao estreito de Taiwan (incluindo o porta aviões *USS Kitty Hawk*). Ao final de abril de 2000, o Secretario de Defesa William Cohen alertou a RPC sobre as "graves consequências", caso use a força contra Taiwan. (TT, 30/04/2000)

Caso a China Comunista não tiver a intenção de usar a força militar contra Taiwan, eu prometo que durante o meu mandato, eu não irei declarar a independência (*de jure*) e eu não irei mudar o nome do país (República da China), eu não vou incluir a relação “estado para estado”, eu não vou fazer referendo para alterar o status quo para questão de unificação ou independência. Além disso também não irei abolir a Conselho para a Nacional Unificação (CUN) ou as Diretrizes para a Unificação Nacional (DUN). (MAC, 11/2007)

Durante os dois primeiros anos, Chen manteve o tom moderado em seus discursos. Embora tenha se negado a aceitar o princípio “uma só China”, durante o primeiro ano de seu governo, Chen mostrou-se disposto a aceitar algo como “uma só China, diferentes interpretações” (*i-ko chung-kuo ko-tzu pião-shu*) do “consenso de 1992” (TT, 26/10/2000, 01/08/2000, 20/05/2001). No discurso de ano novo em 2001, Chen afirmou que o conceito “uma só China” já é delineada pela constituição da RC e ainda: “Pessoalmente sempre achei que os dois lados [do estreito] pertencem a uma mesma família... A integração de nossas economias, o comércio e cultura pode ser uma ponto de partida para construir gradualmente a fé e a confiança mútua. Isso por sua vez, pode ser a base para a construção de um novo quadro de paz eterna e integração política.” (MAC, 11/2007, p. 67-69).

Em relação aos investimentos taiwaneses na China, Chen encerrou a política “sem pressa, use a paciência” (1996) de Lee Teng-hui que restringia os investimentos taiwaneses na China e instituiu uma nova política econômica, a “abertura ativa, administração eficiente” (*chi-chi kai-fang, yu-hsiao kuan-li*), na qual eliminava inúmeras restrições que haviam sido impostas pela política “sem pressa, use a paciência” (MATSUDA, 2004, p. 10; TT, 16/09/2000, 01/01/2001, 06/03/2001, 27/08/2001). Além disso, Chen também apoiou a criação da *Cross-Strait Common Market Foundation*, fundação presidida pelo vice presidente do KMT Vincent Siew, que promovia o estabelecimento de um mercado comum entre China e Taiwan. (TT, 27/05/2001)

No entanto as medidas moderadas tomadas por Chen rapidamente geraram reações e críticas dentro do próprio partido, Chen foi acusado de realizar varias concessões à RPC, evidenciando a sua fraqueza (BUSH, 2005, p. 67-68; TT, 3/7/2000, 23/11/2000, 19/8/2001). Enquanto o presidente da RPC Jiang Zemin se recusou a negociar com o governo Chen, insistindo que Chen deveria aceitar o “princípio da uma só China” (na qual Taiwan é um governo local da RPC) como

pré-condição para iniciar as negociações, e acusou Chen de ser “omisso” com a situação. (MATSUDA, 2004, p.3; TT, 21/03/2000, 31/05/2001, 25/01/2002)

IV.2 - O Compromisso de Bush

Após o republicano George W. Bush assumir a presidência dos Estados Unidos em 2001, Bush abandonou a política da *strategic partnership* do antecessor Bill Clinton. Na visão neoconservadora do partido republicano, a RPC representava uma potencial ameaça para os Estados Unidos, e Bush retomou a tradicional política de contenção e confrontação, a *strategic competitor* dos governos Ronald Reagan e George W. H. Bush, e passou a reafirmar o compromisso americano em defender Taiwan (CLARK, 2006, 130-131). Logo após assumir o governo, em março de 2001, o Secretario de Estado Colin Powell assegurou ao senador Jesse Helms, a permanência das *Six Assurances* na política americana. (KAN, 2007, p. 28)

Em 23 de abril de 2001, mesmo em meio a crise nas relações sino-americanas, após o “incidente de Hainan”¹⁶, Bush autorizou a venda de um pacote sofisticado de armas a Taiwan (CARPENTER, 2004, p.3; TT, 25/04/2001). Em 25 de abril, Bush declarou publicamente seu compromisso em defender Taiwan:

Well, I think that the Chinese must hear that ours is an administration, like other administrations, that is willing to uphold the spirit of the Taiwan relations law, Taiwan Relations Act... But as people have seen, that I'm willing to help Taiwan defend herself, and that nothing has really changed in policy, as far as I'm concerned. This is what other presidents have said, and I will continue to say so.... I have said that I will do what it takes to help Taiwan defend herself, and the Chinese must understand that. (CNN, 25/04/2001)

O governo Bush também reiniciou os intercâmbios entre oficiais militares da RC e dos Estados Unidos que haviam sido interrompido após o rompimentos das relações diplomáticas em 1979. Em abril de 2001, o almirante Dennis Blair (comandante chefe do *US Pacific Command*) realizou uma visita secreta a Taiwan, era o militar de mais alto escalão a visitar Taiwan desde

¹⁶ Em 1 de abril de 2001, uma aeronave da marinha americana colidiu com um caça da marinha chinesa no mar da china meridional, e foi forçado a pousar na ilha chinesa Hainan. (NYT, 01/04/2001)

1979 (TT, 30/04/2001, 02/05/2001). Em 2001, pela primeira vez oficiais militares americanos acompanharam os exercícios de *Hankuang*¹⁷. Em 2003, os exercícios anuais de *Hankuang*, contou com a participação de 20 oficiais militares americanos. Em março de 2002, o ministro da defesa da RC, Tang Yiau-ming visitou os Estados Unidos e se reuniu com o subsecretário de defesa Paul Wolfowitz e o secretário de estado assistente James Kelly (KAN, 2011, p. 5; TT, 11-13/03/2002). Em setembro de 2002, o vice ministro da defesa Kang Ning-hsiang visitou o Pentágono e também se reuniu com Wolfowitz. (TT, 20/01/2002)

Sob o lobby do congresso americano, no dia 1 de outubro de 2002 Bush sancionou a *The Foreign Relations Authorization Act for 2003*, na qual Taiwan passou a ter um status similar ao de um *major non-NATO ally*¹⁸: “for purposes of the transfer or possible transfer of defense articles or defense services under the Arms Control Act, the Foreign Assistance Act, or any other provision of law, Taiwan shall be treated as though it were designated a major non-NATO ally.” (TT, 30/10/2002, 01/10/2002). Em outro artigo, o governo dos Estados Unidos é autorizado a designar funcionários de outros departamentos do governo (incluindo o da Defesa) para o AIT. (KAN, 2011, p.5; TT 30/07/2005).

A antiga restrição em relação a visita de oficiais da RC aos Estados Unidos, foi relaxada pelo governo Bush. Em maio 2001, Chen transitou pelo Estados Unidos “em caráter não oficial”, durante a viagem de Chen á América latina. Durante a sua passagem, Chen se reuniu com vários congressistas americanos (KAN, 2011, p. 2011; TT, 22/05/2001, 05-10/06/20001). Durante sua passagem pelo Estados Unidos, Chen conversou com o subsecretário de estado Richard Armitage por telefone (KAN, 2011, p. 14), e durante a passagem pelo Panamá, Chen teve um rápido encontro com o secretário de estado Colin Powell. (TT, 07-11/11/2003)

No entanto, embora Bush tenha tomado inúmeras políticas pró Taiwan, Bush manteve a *one China policy* na política externa americana: “I certainly hope Taiwan adheres to the one China

¹⁷ *Han-kuang Yan-hsi* são exercícios militares anuais realizados pela RC desde 1984, que simula uma possível invasão por parte da RPC a Taiwan.

¹⁸ "Major Non-NATO Ally" é o termo designado pelos Estados Unidos para se referir aos aliados estratégicos que não compõe a OTAN, que incluiu ajuda militar e financeira, como Austrália, Egito, Israel, Japão, Jordânia, Argentina, República da Coreia e Nova Zelândia.

policy. And a declaration of independence is not the one China policy, and we will work with Taiwan to make sure that that doesn't happen" (CNN, 25/04/2001).

IV.3 - O Referendo e a Reforma Constitucional

No entanto, a moderação do presidente Chen Shui-bian terminou em 2002. No dia 3 de agosto, Chen em uma vídeo conferência para uma associação taiwanesa pró independência *de jure* de Tóquio, em um discurso realizado todo em taiwanês (idioma), Chen usou o termo "um país em cada lado" (*i-pien i-kuo*) para definir a relação entre o estreito de Taiwan:

Taiwan não pertence a ninguém, não é governo local de outro país, ou província de outro país, Taiwan também não é uma segunda Hong Kong ou Macau, por que Taiwan já é um estado soberano. Em resumo, Taiwan e China são um país em cada lado do estreito... A China insiste em não renunciar a força contra Taiwan, e isola Taiwan da comunidade internacional... O que a China chama de "princípio de uma só China" e "um país, dois sistemas" que alteraria o *status quo* de Taiwan. Para nós é inaceitável... Apenas os 23 milhões do grande povo taiwanês tem o direito de decidir o futuro de Taiwan... O referendo é um direito básico e não podemos privar ou limitar o direitos básico de 23 milhões de pessoas, eu sinceramente convido e encorajo todos para considerar seriamente a importância e a urgência da legislação do referendo. (MAC, 03/08/2002)

Chen também expressou a vontade de aprovar uma nova constituição, sob a alegação de aumentar a eficiência administrativa, Chen pretendia abandonar a antiga constituição de 1947 (aprovada quando a RC ainda governava a China) e realizar um referendo sobre uma nova constituição em 2006 e que pudesse entrar em vigor em 2008 (TT, 30/09/2003, 12/11/2003). No entanto, apesar dos esforços do DPP, a oposição liderada pelo KMT (composta basicamente por chineses continentais, que se opunham a independência *de jure*), que detinham uma ligeira maioria no legislativo (115/223), bloquearam sucessivamente as tentativas do DPP de aprovar o texto original da lei do referendo (que permitia a declaração da independência *de jure* por meio do referendo). (CP, 25/03/2003, TT, 25/03/2003, 27/03/2003, 03/07/2003, 11-12/07/2003)

Em 27 de novembro de 2003 após meses de negociações, o legislativo aprovou a lei do referendo, porém várias partes da lei foram alteradas pela oposição (o KMT, o PFP, e o NP), que vetou a maioria das ideias do DPP, impossibilitando a convocação do referendo para questões

como a alteração do nome do país, bandeira, hino nacional, território, soberania ou constituição. Além disso, limitaram a iniciativa de convocação do referendo apenas ao público e aos legisladores (TT, 25/10/2003, 28/11/2003). No entanto, o DPP conseguiu incluir o artigo 17, no qual permite que o presidente convoque o “referendo defensivo”, em caso de: (TT, 28/11/2003)

Artigo 17. Quando o país estiver sobre ameaça de forças estrangeiras e a soberania nacional estiver susceptível a ser alterado. O Presidente pode, com a resolução da assembleia do poder executivo, convocar referendo sobre questões relativas a segurança nacional. (MJ, 2003; TT, 16/12/2003)

Após a aprovação da lei, Chen manifestou a intenção de revogar a promessa dos “cinco não”, devido à ameaça chinesa (cerca de 496 mísseis da RPC apontados contra Taiwan) (TT, 01/12/2003, 23/12/2003). Em 16 de janeiro de 2004, sob pressão dos radicais da DPP, Chen anunciou que convocaria um “referendo defensivo” sob a justificativa das ameaças dos mísseis chineses, e anunciou também que o referendo seria realizado no mesmo dia da eleição presidencial de 2004¹⁹. (TT, 13/12/2004, 17/01/2004)

Além do projeto da reforma constitucional, durante o seu primeiro mandato, Chen promoveu a política de “taiwanização” (*pen-t'u-hua yun-tung*). Chen tomou várias medidas, tais como o incentivo da popularização do uso das línguas taiwanesas (em janeiro de 2002, o ensino das línguas taiwanesas foi incluído na ementa escolar), e a adoção de uma ementa escolar mais centrada em Taiwan (TT, 26/01/2002). Na política externa, Chen promoveu o uso do termo “Taiwan” ao invés do termo RC, numa tentativa de desassociar Taiwan da China na comunidade internacional. Em setembro de 2003, o termo em inglês “Taiwan” foi incluída na capa do passaporte da RC (TT, 02/09/2003). E, em setembro de 2004, a delegação da RC passou a ser designada apenas como “Taiwan” em viagens oficiais. (TT, 14/01/2002, 25/01/2002, 04/09/2004)

Durante a campanha presidencial de 2004, Chen focou a sua campanha na população taiwanesa nativa (e excluiu os chineses continentais das suas propostas) e explorou o nacionalismo taiwanês e a divisão étnica. Sob o slogan *Say yes to Taiwan, Say no to China*, Chen

¹⁹ O referendo foi composta de duas perguntas: (1) O governo deve adquirir mais sistema de defesa antimísseis, caso a RPC não renuncie a força contra Taiwan? (2) O governo deve se engajar a negociar com a China Comunista (*chung-kung*) para estabelecer um cenário de paz e estabilidade entre o estreito de Taiwan. (TT, 21/03/2004)

escolheu realizar o referendo (contra a ameaça militar chinesa) estrategicamente no mesmo dia da eleição presidencial, pois pretendia se beneficiar da “onda de nacionalismo taiwanês” (que influenciaram as eleições de 1996 e 2000). Além disso, durante o 57^a aniversário da Rebelião da 1947, Chen organizou uma corrente humana simbólica para protestar contra a ameaça chinesa (o evento reuniu cerca de 2 milhões de pessoas), para instar o sentimento “anti-chinês” e a “justiça étnica”. (CLARK, 2006, p.150-151; MATSUDA, 2004, p.12; TT, 29/02/2004)

IV.4- Preocupações Chinesas e Americanas

O governo Bush inicialmente demonstrou uma inclinação favorável ao governo Chen. No entanto, devido aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, a crise nuclear norte-coreana, além das operações militares no Oriente Médio. O governo Bush passou a buscar maior cooperação com a RPC para enfrentar estas questões (TSAI, 2009, p. 204). Diante de tal panorama, os Estados Unidos passaram a necessitar uma maior estabilidade no estreito de Taiwan, para que o fator “Taiwan” não interfira na cooperação sino-americana.

Em agosto de 2002, o presidente Chen Shui-bian surpreendeu o governo Bush, pelo fato de Chen não ter consultado os Estados Unidos, antes de ter definido a relação no estreito de Taiwan, sendo como de “um país em cada lado”. Para acalmar a situação, Chen enviou emergencialmente a presidente da MAC Tsai Ing-wen para Washington, onde se reuniu com o subsecretário de estado Richard Armitage e o secretário de estado assistente James Kelly, na ocasião, Tsai assegurou que a política em relação a RPC não foi alterada. (TT, 09-11, 19, 24, 28/08/2002)

Diante do plano da reforma constitucional, a RPC concluiu que Chen estaria utilizando a lei do referendo como uma tática para aprovar nova constituição e alterar o nome oficial do país (de RC para República de Taiwan), resultando na independência *de jure* de Taiwan²⁰ (BUSH, 2005, p. 222-223; CARPENTER, 2004, p. 3). O major general da RPC Peng Guangqian chegou a declarar: “a independência de Taiwan significa guerra”, mesmo que a guerra leve a PRC a recessão e a perda das olimpíadas de 2008 (XH, 03/12/2003). Em julho de 2003, a RPC alertou

²⁰ Em 1999, o DPP havia emitido a “Resolução do Futuro de Taiwan” (*t'ai-wan ch'ien-t'u chueh i wen*) na qual qualquer alteração do *status quo* deve ser ratificada por meio de um referendo popular.

os Estados Unidos: "By doing that, Taiwan will cross the red line of China's tolerance and will cause regional tension. China will not sit idle". (TT, 27/06/2003)

Para tentar convencer o presidente George W. Bush, Chen em junho de 2003 enviou o ministro das relações exteriores Eugene Chien para os Estados Unidos, onde se reuniu com o vice-presidente americano Dick Cheney (TT, 24, 28/06/2003). No entanto, o governo Bush se opôs ao referendo, pois temia que o referendo pudesse afetar as relações entre os Estados Unidos e a RPC (AT 31/07/2003; TT, 27/06/2003). No dia 1 de dezembro, o diretor da *National Security Council* James Moriarty se reuniu secretamente com o presidente Chen Shui-bian, e além de entregar uma carta pessoal de Bush, Moriarty expressou a preocupação americana diante das “provocações” de Chen e a forte insatisfação de Washington com as recentes declarações (NYT, 09-10/12/2003; TT, 03, 05, 10/12/2003). Em 9 de dezembro de 2003, durante a visita do premier da RPC Wen Jiabao aos Estados Unidos, Bush declarou: (NYT, 11/12/2003).

The United States Government's policy is one China, based upon the three communiques and the Taiwan Relations Act. We oppose any unilateral decision by either China or Taiwan to change the status quo. And the comments and actions made by the leader of Taiwan indicate that he may be willing to make decisions unilaterally to change the status quo, which we oppose. (KAN, 2011a, p. 71)

IV.5- A Re-Eleição de Chen Shui-bian e as Eleições Legislativas de 2004

Durante as eleições presidenciais da RC em março de 2004, a PRC se absteve de realizar ameaças a Taiwan (diferentemente de 1996 e 2000), pois a RPC esperada que o que o candidato do KMT Lien Chan vencesse as eleições (Lien defendia uma eventual unificação com a China e liderava as pesquisas eleitorais) (TVBS, 19/03/2004). Embora o fraco desempenho durante de seu primeiro mandato como presidente, Chen Shui-bian acabou sendo reeleito por uma pequena margem de votos (0,22%), embora o referendo defensivo convocado por Chen tenha sido invalidado²¹ (TT, 21/03/2004). Durante o discurso de posse de Chen em 20 de maio de 2004, Chen insistiu na reforma constitucional. (TT, 21/05/2004)

²¹ Para o referendo ser aprovado deve ter a participação de no mínimo 50% a população apta a votar, a taxa foi de 45.17% para a primeira pergunta e 45.12% na segunda. (TT, 21/03/2004)

Até terminar o meu mandato em 2008, eu espero entregar ao povo de Taiwan, e para o nosso país uma nova constituição... eu estou completamente ciente que não existe um consenso com relações as questões como soberania nacional, território e na questão da unificação e independência [*de jure*]. Portanto, eu deixarei bem explícito que particularmente, essas questões serão excluídas do atual projeto de reforma constitucional... Gostaria de reafirmar as promessas que realizei no meu discurso inaugural de 2000... Eles não foram alterados nos últimos quatro anos e nem serão alterados nos próximos quatro. (MAC, 11/2007, p. 48-50)

Após a reeleição, o DPP concentrou os seus esforços para tentar conquistar a maioria das cadeiras nas eleições legislativas de dezembro de 2004. Durante o primeiro mandato, Chen não conseguiu realizar as reformas constitucionais devido aos bloqueios da oposição (que detinha maioria) no legislativo. Caso vencesse a eleição legislativa, Chen deteria o pleno controle sobre o legislativo, podendo realizar a reforma constitucional e o renomear o nome do país de RC para “República de Taiwan” sem as obstruções dos “chineses continentais”. (TT, 03/04/2004)

Fora os esforços do DPP para conquistar a maioria das cadeiras nas eleições legislativa, Chen deu continuidade ao processo de taiwanização. Após a reeleição de Chen, o ministério da educação anunciou mais uma reforma no currículo escolar, e de acordo com este novo currículo, Taiwan não era mais ensinada como parte da China (TT, 13/07/2004, 25/09/2004, 19/10/2004, 11, 19, 21/11/2004). Em 25 de setembro de 2004, o primeiro ministro Yu Shyi-kun respondeu as ameaças dos mísseis chineses, afirmando que Taiwan tem a capacidade de retaliar a RPC, e que a RC possuía mísseis capazes de atingir Shanghai (TT, 26-27/09/2004). Em dezembro de 2004, Chen expôs a sua intenção de retirar o termo “China” das empresas estatais (como a China Airlines) e substituí-lo pelo termo “Taiwan” (Taiwan Airlines). (CARPENTER, 2005, p. 86-93; TT, 05/09/2004, 07-08, 10, 14/12/2004)

IV.6 - A Reação Chinesa: A Nova Política de Hu Jintao

Quando a RPC promoveu a política de interdependência econômica no estreito de Taiwan a partir da década de 80, os políticos chineses acreditavam que a interdependência levasse ao apoio incondicional dos empresários taiwaneses em relação a unificação (TANNER, 2007, p. 36-38,

103-132). No entanto, após a reeleição de Chen Shui-bian, a RPC ficou frustrada não só com a falta de apoio, mas também pelo fato de alguns empresários o DPP.

Após a reeleição de Chen, a RPC resolveu intimidar publicamente o presidente da *Chi Mei Corporation*, Hsu Wen-lung (um empresário pró-DPP), que apoiava publicamente Chen. Em 31 de maio, o *People's Daily* (jornal estatal da RPC) publicou a manchete “Os empresários taiwaneses separatistas não são bem vindos”, na qual acusava Hsu de fazer fortuna na China, para depois financiar políticos “pró-independência” (XH, 31/05/2004). Sob a pressão chinesa, em 26 de março de 2005, Hsu foi obrigado a se “retratar”, em um texto publicado no jornal *United Daily News* (aprovado pelo próprio presidente da RPC Hu Jintao), Hsu afirmou que Taiwan e o “continente” pertencem a “uma só China” (TT, 03/04/2005; WL, 14/04/2005). Enquanto o presidente da *Acer Computer* Stan Shih (outro empresário pró DPP) pediu demissão do cargo de conselheiro do presidente e optou pela neutralidade. (TT, 02/04/2005)

Diante da real possibilidade do DPP de conquistar a maioria no legislativo nas eleições legislativas de dezembro de 2004, ainda em 2004, a RPC iniciou o projeto para a criação de uma lei que “legaliza” o uso da força para “reunificar” a China (TT, 19/12/2004). Em 14 de março de 2005, o congresso nacional do povo da RPC aprovou a "lei anti-secessão" (*fan fen-lieh kuo-chia fa*), na qual “autoriza” o uso da força pela RPC, caso Taiwan se recuse a se “reunificar”.

Após a aprovação da “lei anti-secessão”, a RPC se aliou aos partidos de oposição (KMT, PFP e NP) na tentativa de conter Chen (CHAO; CHANG, 2008, p. 12; TT, 19, 27/04/2005). Em 26 de abril de 2005, o presidente do KMT Lien Chan iniciou a sua visita à China (a primeira realizada pelo presidente do KMT desde de 1949). Durante a visita, Lien se reuniu com o presidente do PCC (e da RPC) Hu Jintao (a primeira reunião entre os líderes do KMT e do PCC desde 1945). Durante a reunião, o KMT e o PCC se comprometeram a concluir um acordo de paz, guiar os diálogos de acordo com o “consenso de 1992”, ampliar as relações econômicas, a negociar a participação de Taiwan em organismos internacionais e estabelecer uma linha de comunicação entre os dois partidos. (TT, 25-31/04/2005, 01-05/05/2005)

A RPC com o intuito de “conquistar” a opinião pública taiwanesa, concedeu inúmeros privilégios econômicos à Taiwan. Tais como cortou tarifas de importação quinze tipos de frutas

taiwanesas (focando o tradicional eleitorado do DPP), removeu as restrições para turistas chineses á Taiwan e ofereceu 30 bilhões de dólares em empréstimos aos empresários taiwaneses. Além de oferecer um casal de Pandas. (LIN;LIN, 2005, p. 83; TT, 04-05/05/2005)

Além disso, Hu abandonou a política coercitiva de seu antecessor Jiang Zemin, e passou a adotar uma política mais pragmática em relação à Taiwan, através de uma aliança com a oposição e a concessão de privilégios econômicos, com o intuito de melhorar a imagem da RPC perante a opinião pública taiwanesa e frear o apoio popular ao DPP (CHAO,CHANG, 2008, p. 12-13). Hu também reformulou o princípio “uma só China”, diferentemente de Jiang que rejeitou existência “consenso de 1992”, alegando que existia “uma só China” e o governo legítimo fica em Beijing, Hu abandonou esse discurso, e resolveu adotar o discurso ambíguo do “consenso de 1992”. (CHAO;CHANG, 2008, p. 11-12)

IV.7- A Cautela Americana

Após a vitória de Chen Shui-bian nas eleições presidenciais da RC em 2000, a Casa Branca emitiu o seguinte comunicado:

The United States does not support independence for Taiwan or unilateral moves that would change the status quo as we define it. For Beijing, this means no use of force or threat to use force against Taiwan. For Taipei, it means exercising prudence in managing all aspects of cross strait relations. For both sides, it means no statements or actions that would unilaterally alter Taiwan’s status... The United States will fulfill its obligations to help Taiwan defend itself, as mandated in the Taiwan Relations Act... Our position continues to be embodied in the so-called “Six Assurances”... We continue to urge Beijing and Taipei to pursue dialogue as soon as possible through any available channels, without preconditions. (KAN, 2011a, p. 72-73)

Embora a recusa americana de aprovar o plano de reforma constitucional, Chen insistiu no plano. Em abril de 2004, pouco antes da posse, Chen enviou o secretário geral da presidência Chiou I-jen para Washington, onde se reuniu com o subsecretario de estado Richard Armitage, para tentar convencer o governo Bush, e assegurou que não iria alterar o nome oficial, a bandeira ou a soberania. Porém, o governo Bush vetou novamente o plano. (NYT, 28/04/2004; TT, 28/04/2004)

Diante da possibilidade do DPP vencer as eleições legislativas e da insistência de Chen. No dia 25 de outubro de 2004, em sinal de irritação, o secretário de estado Colin Powell declarou:

There is only one China. Taiwan is not independent. It does not enjoy sovereignty as a nation, and that remains our policy, our firm policy... And that is why we think it is a policy that should be respected and should remain in force and will remain in force, on the American side, it is our policy that clearly rests on the Three Communiques. To repeat it one more time: we do not support an independence movement in Taiwan. (KAN, 2011a, p. 74)

Em reação a “lei antisecessão”, em 8 de junho de 2005, o presidente George W. Bush declarou que defenderia Taiwan, no entanto fez uma ressalva:

We're for a One China policy based upon what they call the Three Communiqués, and that we adhere to the Taiwan Relations Act, which means this: Neither side will unilaterally change the status quo... If China were to invade unilaterally, we would rise up in the spirit of Taiwan Relations Act. If Taiwan were to declare independence unilaterally, it would be a unilateral decision that would then change the U.S. equation. (FOXNEWS, 08/06/2005)

IV.8- Corrupção e Radicalismo

Embora a expectativa DPP de conquistar a maioria das cadeiras nas eleições legislativa de 2004, o DPP acabou sendo derrotado. O DPP e seu aliado (o TSU) conseguiram apenas 101 (de 225) legisladores (enquanto o KMT, o PFP e o NP asseguram uma ligeira maioria, 114/225) (TT, 13/12/2004). Sem possuir a maioria no legislativo, o presidente Chen Shui-bian foi obrigado a recuar no seu discurso pró reforma constitucional. (TT, 29/01/2005)

No entanto, em 2006 ocorreu uma reviravolta. Durante o seu discurso de ano novo de 2006, Chen não renovou a promessa dos “cinco não” (diferentemente dos anos anteriores) (MAC, 11/2007, p. 31-33). E, em 27 de fevereiro de 2006, anunciou que a CUN iria “cessar” as suas funções. (TT, 28/02/2006)

O Conselho Nacional de Unificação irá cessar as suas operações e o a Diretrizes Nacional de Unificação deixará de ser aplicado. Isso não envolve a alteração do atual

status quo, mas sim envolve o princípio democrático da soberania popular, em respeito a liberdade de escolha dos 23 milhões de taiwaneses. (MAC, 11/2007, p. 29-30)

A partir de 24 de maio de 2006, Chen e sua família passaram a sofrer inúmeras denúncias de corrupção (TT, 25/05/2006). Diante dos escândalos de corrupção, Chen tomou uma série de medidas, com o intuito de tentar distrair a opinião pública. Em outubro de 2006, Chen expôs a sua ideia de declarar a “Segunda República”, do qual planejava “congelar” a atual constituição e escrever uma nova, embora o próprio não tenha definido ao certo, como o “congelamento” seria feito (TT, 18, 23/10/2006, 03/11/2006). Em 4 de março de 2007, Chen abandonou definitivamente a promessa dos “cinco não” e declarou os “quatro querer” (*ssu-yao i-mei-yu*) de Taiwan: a independência (*de jure*), a retificação de nome, uma nova constituição e desenvolvimento. (TT, 04/03/2007)

Com o intuito de reforçar o apoio do eleitorado pró independência *de jure* diante dos escândalos de corrupção, Chen novamente adotou a estratégia da divisão étnica. Em fevereiro de 2007, Chen aprofundou a política de taiwanização e anunciou a remoção de termos “China” das principais empresas estatais, e os substituiu pelo termo “Taiwan” (TT, 02, 09/02/2007). Em março de 2007, Chen anunciou a inclusão do termo (Taiwan) na placas das embaixadas da RC (TT, 26/03/2007). Além disso, Chen também mobilizou uma campanha popular contra o ex-presidente Chiang Kai-shek, do qual Chen acusava de ser responsável pelo incidente da rebelião de 1947 (TT, 27/2/2007), baseado nesta acusação Chen removeu o nome, e milhares de estátuas e bustos de Chiang de parques e complexos militares. Em agosto de 2007, Chen lançou uma campanha pela aprovação do referendo pelo uso do nome “Taiwan”, ao invés de RC, para tentar o reingresso da RC à ONU. (TT, 08/09/2007)

IV.9 – As Retaliações Americanas

Em fevereiro de 2006, o departamento de estado foi surpreendido pelas declarações do presidente Chen Shui-bian, na qual Chen demonstrou a sua vontade de abolir a CUN e propor a admissão da RC na ONU sob o nome “Taiwan”. Os Estados Unidos alertaram à Chen, que ele deveria ter consultado o governo americano, antes de dar qualquer declaração do gênero (TT, 01, 04/02/2006). Após o anúncio, o governo Bush enviou secretamente o diretor da *National Security*

Council Dennis Wilder para Taipei, para tentar convencer Chen a desistir da ideia. Porém Chen foi irredutível e declarou: “A decision has been made and it is impossible to change the decision”. (DAILYTIMES, 23/02/2006)

Diante das inúmeras “provocações gratuitas”, e da recusa de Chen de seguir os conselhos de Washington, o governo Bush passou tomar uma série de medidas para retaliar Chen. Em maio de 2006, quando Chen requisitou o visto de transito nos Estados Unidos durante a sua visita a América Latina, o governo Bush permitiu transito de Chen, apenas em Honolulu e Anchorage, cidades que foram recusadas por ele (KAN, 2011, p. 14; TT, 05/05/2006). O governo Bush também se posicionou-se contra a medida do *House* (aprovada por 393-23) que facilitava os contatos entre oficiais americanos e taiwaneses (TT, 01/07/2006). Além de obstruir a venda dos F-16C/D, embora o forte lobby do congresso americano (TT, 27/09/2007, 01, 03/10/2007). O governo Bush também posicionou-se publicamente contra a ideia da “Segunda República”, a alteração do nomes das empresas estatais, o do referendo pelo reingresso da RC na ONU sob o nome “Taiwan”. (TT, 12/04/2007, 19/10/2006, 21/06/2007)

IV.10 - Colapso e o Fim da Era Chen Shui-bian

Durante a gestão do presidente Chen Shui-bian, diferentemente da gestão do antecessor Lee Teng-hui, Chen não desenvolveu nenhuma política econômica para diminuir a dependência de Taiwan em relação à China, tais como as políticas “vá ao sul” (1994) e o “sem pressa, use a paciência” (1996) de Lee. Como resultado de ausências de políticas econômicas em relação à RPC, o volume total de comércio entre os dois países aumentaram substancialmente de 25.8 bilhões de dólares em 1999 para 87.4 bilhões em 2007. (CHENG; CHANG, 2003, p. 136-137; MOEA, 2012)

Além disso, Chen não desenvolveu nenhuma nova política externa e manteve o uso da “diplomacia pragmática”. No entanto, devido ao crescimento significativo da economia chinesa, a RPC passou a ter condições econômicas, não só para oferecer incentivos econômicos para manter as relações com os seus aliados diplomáticos, mas tal como, oferecer incentivos para que os aliados da RC, para que estes rompam com a RC. Durante o governo Chen, a RC perdeu oito

aliados diplomáticos e conquistou apenas dois²², a RC passou de 29 aliados diplomáticos (em 2000) para apenas com 23 aliados. (TT, 16/06/2001, 13/10/2003, 31/04/2004, 21/01/2005, 27/10/2005, 06/08/2006, 08/06/2007, 15/01/2008)

A estratégia da divisão étnica adotada por Chen para tentar manter a sua popularidade perante o eleitorado taiwanês, acabou provocando desnecessariamente tensões étnicas em Taiwan. Somadas ao fraco desempenho econômico, da forte pressão internacional, e dos escândalos de corrupção, a taxa de aprovação do governo de Chen despencaram de 77% em junho de 2000 para apenas 13% em maio de 2008. (TVBS, 14/05/2008)

Nas eleições legislativas de 12 de janeiro de 2008, o DPP sofreu uma grave derrota, das 113 cadeiras o DPP conseguiu eleger apenas 27 legisladores, enquanto o KMT elegeu 81 (TT, 13/01/2008). Em 22 de março de 2008, o chinês continental e candidato do KMT Ma Ying-jeou (KMT) foi eleito presidente da RC por 58.45% dos votos contra 41.55% de Frank Hsieh (DPP), e o referendo convocado no dia da eleição por Chen referente ao uso do nome “Taiwan” para tentar reingressar á ONU foi invalidada²³ (TT, 23/03/2008). Após a vitória de, o presidente George W. Bush enviou a seguinte mensagem a Taiwan:

I congratulate the people of Taiwan on the successful conclusion of their March 22 presidential election. Once again, Taiwan has demonstrated the strength and vitality of its democracy... Taiwan is a beacon of democracy to Asia and the world... It falls to Taiwan and Beijing to build the essential foundations for peace and stability by pursuing dialogue through all available means and refraining from unilateral steps that would alter the cross-strait situation.... The maintenance of peace and stability in the Taiwan Strait and the welfare of the people on Taiwan remain of profound importance to the United States... We will continue to maintain close unofficial ties with the people on Taiwan through the American Institute in Taiwan in accordance with our long standing “one China” policy, our three Joint Communiques with the People's Republic of China, and the Taiwan Relations Act. (REUTERS, 22/03/2008; TT, 23/3/2008)

²² A RC perdeu os seguintes aliados: Macedônia (2001), Libéria (2003), Dominica (2004), Granada (2005), Senegal (2005), Chade (2006), Costa Rica (2007) e Malauí (2008), e conquistou apenas Kiribati (2003) e Sant Lucia (2007).

²³ O referendo teve a participação de apenas 35.82% do eleitorado apto a votar.

IV.11 - Conclusão

Conforme analisado no capítulo IV, o ex-presidente Chen Shui-bian dedicou praticamente todo os esforços para tentar promover a independência *de jure* de Taiwan. A manobra política utilizada por Chen, consistia em tentar realizar a reforma constitucional e ratificá-la por meio do referendo popular. No entanto, Chen fracassou, devido a incapacidade do DPP em assegurar a maioria no legislativo, resultando na obstrução da oposição. Observou-se também que a estratégia da divisão étnica foi inúmeras vezes explorada por Chen, com o intuito de assegurar a sua popularidade diante do eleitorado. A insistência de Chen em realizar a reforma constitucional acabou desnecessariamente criando um desgaste nas relações com os Estados Unidos e a RPC.

Além disso, observa-se também que durante a gestão de Chen, houve uma significativa mudança na política chinesa em relação à Taiwan. A RPC modificou o princípio “uma só China”, no qual o discurso anterior referia-se a RPC como o governo “legítimo” da China, e passou a adotar o discurso ambíguo do “consenso de 1992”. Além disso, a RPC passou a intensificar o intercambio cultural e econômico no estreito de Taiwan, cedendo inúmeras vantagens econômicas à Taiwan, com o intuito de conter o apoio da população taiwanesa ao DPP, e tentar conquistar o apoio da opinião pública a favor da unificação com a RPC.

Embora os Estados Unidos tenham demonstrado uma inclinação inicial favorável ao governo Chen, em virtude da prioridade do governo Bush de garantir o apoio da RPC, para combater o terrorismo internacional e solucionar da crise nuclear norte coreana a partir de 2001. Os Estados Unidos foram forçados a interferir na política interna da RC, e impedir a alteração do *status quo*. A intervenção americana demonstra que o apoio americano se restringe apenas à manutenção da democracia taiwanesa, não obstante os Estados Unidos não estão dispostos a apoiar a independência *de jure*, mesmo se a população taiwanesa seja a favor. A atitude americana revela que a manutenção da estabilidade no estreito de Taiwan e do *status quo*, continua sendo uma das prioridades do política americana na região pacífico oeste.

CONCLUSÃO

A democratização da RC ao final da década de 1980 desencadeou uma série de mudanças políticas internas e externas em Taiwan, e estabeleceu um novo panorama político em Taiwan. O antigo consenso político relativo à “uma só China” que havia sido imposto pelo KMT e que imperava sobre as relações entre Taiwan e China desapareceu. Após a democratização, um novo quadro político passou a ser predominante em Taiwan, provocando uma divisão política interna em Taiwan em duas facções políticas, liderados por dois grupos “étnicos” e antagônicos, que não possuem consenso em questões como identidade ou soberania nacional. Como consequência, as políticas interna e externas passaram a refletir os anseios na nova sociedade democrática, a questão da unificação ou independência *de jure* tornou-se o principal tema político de Taiwan, e a dinâmica das relações entre RC, Estados Unidos e RPC se tornaram extremamente voláteis. A democratização acabou revelando que a complexidade política de Taiwan ultrapassa os limites da herança da guerra civil chinesa, e revela a existência de conflito étnico em Taiwan.

Por um lado, uma coalizão política liderada pelos chineses continentais, liderada pelo partido KMT. Após décadas do governo KMT e da doutrinação da população taiwanesa para se considerar como “chinesa”, uma grande parte da população de Taiwan (particularmente os chineses continentais) possuem a mesma identificação racial, étnica, e tradições culturais com os chineses da China. Esse grupo geralmente é a favor de uma eventual unificação com a China. Enquanto por outro lado, outra coalizão política liderada pelos taiwaneses nativos, liderada pelo partido DPP. Após séculos de governos coloniais em Taiwan, esse grupo se identifica racialmente, etnicamente e culturalmente taiwaneses (ao invés de chineses), e não estão mais satisfeitos com a exclusão de Taiwan da comunidade internacional, além de demandar a simbólica independência *de jure* para reafirmar o seu desejo por autodeterminação. Para este grupo, a identidade chinesa e taiwanesa são completamente incompatíveis. (TSAI, 2009, p. 204-206)

Após a democratização de Taiwan, e o fim da política da doutrinação da população taiwanesa a se considerar “chinesa”, observou-se uma rápida tendência da população taiwanesa em se identificar como taiwanês ao invés de chinês. Segundo a pesquisa de opinião pública realizada pela *Election Study Center* (ESC) da *National Chengchi University*, em 1992 apenas 17,6% dos entrevistados se identificavam como taiwaneses, 25,5% como chineses e 46,4% como ambos (chinês e taiwanês). No entanto em 2010, 52,6% passaram a se identificar como taiwaneses, 3,9% se identificavam como chineses, e a opção ambos passou para 39,9%²⁴. Segundo a pesquisa da TVBS (2011), caso fosse excluído a opção ambos (chinês e

²⁴ Ver Anexo A

taiwanês), 72% dos entrevistados se identificariam como taiwaneses e 17% como chineses (em 2000, a relação era de 58% contra 18%).

Tendo em vista de encontrar uma alternativa para solucionar o problema da unificação, na década de 1980 a RPC propôs o sistema “uma país, dois sistemas” como o modelo para a unificação. No entanto, após a democratização de Taiwan e diante da experiência de Hong Kong (onde o chefe do executivo é *de facto* nomeado pela RPC, as eleições legislativas manipuladas e o judiciário sujeito a intervenções da RPC), da forte repressão chinesa no Tibete e em Xinjiang, e a contínua repressão aos direitos humanos na China. O modelo é até hoje fortemente rejeitado em Taiwan, uma vez que RC já é um estado soberano e democrático. De acordo com a pesquisa de opinião pública encomendada pela MAC em agosto de 2008, 81.8% dos entrevistados consideravam o modelo “um país, dois sistemas” inaceitável, e apenas 8.1% dos entrevistados consideravam o modelo aceitável²⁵. Provando que a opinião pública taiwanesa não está disposta a “rebaixar” seu status político para se tornar uma “segunda” Hong Kong, e que o sistema não é capaz de atender as demandas da nova volátil sociedade taiwanesa.

A interdependência econômica entre os dois países não resultou no apoio político da opinião pública de Taiwan a favor da unificação. Após a abertura política de Taiwan no início da década de 90, a opinião pública passou a ser cada vez mais a favor da manutenção da soberania *de facto* de Taiwan e contrários a unificação com a RPC. Segundo as pesquisas de opinião pública realizadas pelo ESC relativa a independência *de jure* ou unificação, em 1994, 20% dos entrevistados opinaram ser a favor da unificação, 48,3% *status quo*, e apenas 11,1% a independência *de jure*. Já em 2010, apenas 10,3% eram a favor da unificação, 22,3% a favor da independência *de jure* e o número de entrevistados a favor do *status quo* aumentou para 61,4%.²⁶ Segundo a TVBS (2011), caso se exclua a opção *status quo*, 68% dos entrevistados optariam pela independência *de jure* e apenas 18% optariam pela unificação (em 2000, a proporção era de 55% contra 25%). Revelando que não existe relação entre interdependência economia e a unificação.

Após a democratização de Taiwan, houve também uma intensificação das interferências externas dentro da política interna taiwanesa, refletindo os interesses geopolíticos de duas grandes potências. Para a China, a anexação de Taiwan é essencial não só para encerrar a influência negativa da democracia “chinesa” de Taiwan sobre a autoridade do PCC sobre a China, mas tal como constituiu a primeira etapa para alcançar o status de potência marítima mundial (WATCHMAN, 2007, p. 123-152). Enquanto para os

²⁵ Ver Anexo B

²⁶ Ver Anexo C

Estados Unidos, a anexação de Taiwan pela RPC pode significar não só a perda de um aliado estratégico e da credibilidade americana na região, mas tal como pode significar o início do fim da hegemonia americana no pacífico oeste. (TSAI, 2009, p. 206)

Diante dos fatores destacados acima, é possível perceber que as recentes crises políticas no estreito de Taiwan (1988-2008) estão diretamente relacionadas à democratização de Taiwan e da inserção de um novo grupo étnico (os taiwaneses nativos) na política taiwanesa, na qual passaram a ser o grupo étnico dominante. Como consequência, esse grupo passou a demandar autodeterminação, contrariando as ambições chinesas sobre Taiwan, e resultando nas recentes crises no estreito de Taiwan. Além disso, percebe-se que devido a importância geopolítica de Taiwan, a democracia taiwanesa está sujeita a frequentes intervenções externas, particularmente das intervenções americanas e chinesas. Diante de tal conjuntura política não há evidência de qualquer alteração no quadro político do estreito de Taiwan a curto ou a médio prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN INSTITUTE IN TAIWAN. **Taiwan Relations Act**. April 10, 1979, Public Law 96-8, Congress U.S. Disponível em

<http://www.ait.org.tw/uploads/4a/a3/4aa32aa18ebf1b04607a971d743aae96/Taiwan-Relations-Act-PL96-8-96th-congress.pdf>. Acesso em Outubro de 2010.

ANDRADE, TONIO. **How Taiwan Became Chinese, Dutch, Spanish, and Han Colonization in Seventeenth Century**. Columbia University Press, 2008.

BERCARD, DANIELLY SILVA RAMOS. **O Brasil e a República Popular da China: Política Externa Comparada e Relações Bilaterais (1974-2004)**. Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais, 2008. Disponível em

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/al000114.pdf>. Acesso em julho de 2011.

BUSH, RICHARD C. **Untying The Knot: Making Peace in Taiwan Strait**. Brooking Institution Press, 2005.

CAMPBELL, WILLIAM. **Formosa Under the Dutch: Described From Contemporary Records, With Explanatory Notes and a Bibliography of the Island**. LONDON: KEGAN PAUL, TRENCH, TRUBNER & CO. LTD, 1903.

CARPENTER, TED GALEN. **America's Coming War With China**. PALGRAVE MACMILLAN, 2005.

CHAN, CHIA-WEN. **chung-li shih-chien yu t'ai-wan cheng-chih chuan-hsing** [O Incidente de Chunli e as Mudanças Políticas em Taiwan]. Dissertacao (Mestrado em Historia) – Instituto de Historia, National Central University, Chunli, 2006. Disponível em http://thesis.lib.ncu.edu.tw/ETD-db/ETD-search-c/view_etd?URN=92135019#anchor. Acesso em Novembro de 2011.

CHANG, JOANNE JAW-LING. **How Clinton Bashed Taiwan – and Why**. ORBIS, outono de 1995. Disponível em

http://findarticles.com/p/articles/mi_m0365/is_n4_v39/ai_17473118/?tag=mantle_skin:content. Acesso em julho de 2011.

CHANG, BI-YU. **From Taiwanisation to De-sinification**. China perspectives, 2004. Disponível em <http://chinaperspectives.revues.org/438>. Acesso em abril de 2012.

CHANG, MICHAEL MAU-KUEI. **Taiwan's Nationalistic Politics and Its Difficult 'Status Quo'**. Academia of Sinica, 2004. Disponível em

<http://rauli.cbs.dk/index.php/cjas/article/download/41/50>. Acesso em abril de 2012.

CHAO, CHIEN-MIN; CHANG, WU-YEN. **Managing Stability in the Taiwan Strait: Non-military Policy towards Taiwan under Hu Jintao.** Sciences-Po, 27 de julho de 2008. Disponível em p00.nccu.edu.tw/po19_overea/1/96013-1.doc. Acesso em julho de 2011.

CHEN, FANG-MING. **chih-min-ti t'ai-wan: tso'i cheng'chih yün-tung shih-lun** [Colonial Taiwan: Historical Essays on the Leftist Political Movement, 1920-1931]. Taipei: Rye Field Publishing Co, 1998.

CHENG, TUN-JEN; CHANG, PEGGY PEI-CHEN. Limits of Statecraft: Taiwan's Political Economy under Lee Teng-hui. In: LEE, WEI-CHIN (Org). **Sayonara to the Lee Teng-hui Era: Politics in Taiwan, 1988-2000.** University Press of America, 2003, p. 113-148.

CHEN, QIMAO. The Taiwan Strait Crisis: Causes, Scenarios, and Solutions. In: ZHAO, SUIHENG (Org). **Across de Taiwan Strait: Mainland China, Taiwan, and the 1995-1996 Crisis.** Routledge, 1999, p. 127-162

CHING, LEO T. S. **Becoming Japanese: Colonial Taiwan and the Politics of Identity Formation.** University of California Press, 2001.

CLARK, CAL. Lee Teng-hui and the Emergence of a Competitive Party System in Taiwan. In: LEE, WEI-CHIN (Org). **Sayonara to the Lee Teng-hui Era: Politics in Taiwan, 1988-2000.** University Press of America, 2003, p. 91-113.

_____. **The U.S. Balancing Role in Cross-Strait Relations: The Irony of "Muddling Through"**. Institute of International Relations, National Chengchi University, 2006. Disponível em <http://iir.nccu.edu.tw/attachments/journal/add/4/42-3-129-163.pdf>. Acesso em 2012.

CHO, HUI WAN. **Taiwan's Application to GATT/WTO: Significance of Multilateralism for an Unrecognized State.** Praeger, 2001.

CHU, YUN-HAN. The Political Economy of Taiwan's Mainland Policy, In: ZHAO, SUIHENG (Org). **Across de Taiwan Strait: Mainland China, Taiwan, and the 1995-1996 Crisis.** Routledge, 1999, p. 99-126

CLOUGH, RALPH N. Chiang Ching-Kuo's Policies Toward Mainland China and The Outside World. In: LENG, SHAO-CHUAN (Org). **Chiang Ching-kuo's Leadership in The Leadership in The Development of The Republic of China on Taiwan.** The White Burkett Miller Center of Public Affairs, 1992, p 133-162.

COOPER, JOHN F. **Taiwan: Nation or Province?** Westview Press, 5th edition, 2008.

DAVIDSON, JAMES WHEELER. **The Island of Formosa Past and Present. History, People, Resources, and Commercial Prospects. Tea, Camphor, Sugar, Gold, Coal, Sulphur, Economical Plants, and Other Productions.** MacMillan and Co, 1903.

FONG, SHIAW-CHIAN. Hegemony and Identity in the Colonial Experience of Taiwan, 1895-1945. In: LIAO, PING-HUI (Org); WANG, DAVID DER-WEI (Org). **Taiwan Under Japanese Colonial Rule, 1895-1945: History, Culture, Memory**. Columbia University Press, 2006. p 160-184.

FUJII, SHOZO. The Formation of Taiwanese Identity and the Cultural Policy of Various Outside Regimes. In: LIAO, PING-HUI (Org); WANG, DAVID DER-WEI (Org). **Taiwan Under Japanese Colonial Rule, 1895-1945: History, Culture, Memory**. Columbia University Press, 2006, p 62-77.

HICKEY, DENNIS VAN VRANKEN. **United States-Taiwan Security Ties: From Cold War to Beyond Containment**. Praeger, 1993.

_____. The Taiwan Strait Crisis of 1996: Implications for U.S. Security Policy. In: ZHAO, SUISHENG (Org). **Across de Taiwan Strait: Mainland China, Taiwan, and the 1995-1996 Crisis**. Routledge, 1999, p. 277-296

HO, SZU-YIN; LIU, I-CHOU. The Taiwanese/Chinese Identity of The Taiwan People in The 1990s. In: LEE, WEI-CHIN (Org). **Sayonara to the Lee Teng-hui Era: Politics in Taiwan, 1988-2000**. University Press of America, 2003, p. 149-184.

HOUSE, EDWARD HOWARD. **The Japanese expedition to Formosa**. Tokyo, 1875.

HOUSE INTERNATIONAL RELATIONS COMMITTEE. **Taiwan Security Enhancement Act**. H. R. 1838, October 26, 1999. Disponível em <http://taiwansecurity.org/IS/IS-991026-TSEA.htm>. Acesso em abril de 2012.

HSIEH, JOHN FUH-SHENG. Taiwan's Mainland China Policy under Lee Teng-hui. In: LEE, WEI-CHIN (Org). **Sayonara to the Lee Teng-hui Era: Politics in Taiwan, 1988-2000**. University Press of America, 2003, p. 185-200.

HU, CHING-FEN. **Taiwan's Geopolitics and Chiang Ching-Kuo's Decision to Democratize Taiwan**. Stanford Journal of East Asian Affairs, 2005. Disponível em <http://www.stanford.edu/group/sjeaa/journal51/china2.pdf>. Acesso em Agosto de 2011.

HU, XIAOBO; LIN, GANG. The PRC View of Taiwan under Lee Teng-hui's Rule. In: LEE, WEI-CHIN (Org); WANG, T.Y. (Org). **Sayonara to The Lee Teng-hui Era**. University Press of America, 2003. p. 277-298.

HUANG, YANTUNG. **Lun Taiwan Chuch'uan Tuli Chih Chan – Ts'ung Lishih Yu Fali Ts'engmien Fenhsi** [O desenvolvimento da Soberania e da Independência de Taiwan – Partindo de uma Análise Histórica e de Aspectos Legais]. Hsinshihchi Chihk'u Lunt'an Ti 25 ch'i, p 97-110, 30/03/2004. Disponível em <http://www.taiwanncf.org.tw/tforum/25/25-10.pdf>. Acesso em Agosto de 2010

HUANG, YING-CHE. Were Taiwanese Being “Enslaved”? The Entanglement of Sinization, Japanization, and Westernization. In: LIAO, PING-HUI (Org); WANG, DAVID DER-WEI (Org). **Taiwan Under Japanese Colonial Rule, 1895-1945: History, Culture, Memory**. Columbia University Press, 2006. P 312-326

ITO, KIYOSHI. **Taiwan Ssupai Nien Lishih Yu Chanwang** [Quatrocentos Anos de Historia e Perspectivas de Taiwan]. Taipei: Hsin Yuan-tung, 1994.

KAN, SHIRLEY. **China/Taiwan: Evolution of the “One China” Policy — Key Statements from Washington, Beijing, and Taipei**. CRS Report for Congress. 9 de julho de 2007. Disponível em <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/crs/rl30341.pdf>. Acesso em março de 2011

_____. **Taiwan: Major U.S. Arms Sales Since 1990**. CRS Report for Congress. 34 de Fevereiro de 2011. Disponível em <http://www.fas.org/sgp/crs/weapons/RL30957.pdf>. Acesso em março de 2011

KAWAHARA, ISAO. The State of Taiwanese Culture and Taiwanese New Literature in 1937: Issues on Banning Chinese Newspapers Section and Abolishing Chinese Writings. In: LIAO, PING-HUI (Org); WANG, DAVID DER-WEI (Org). **Taiwan Under Japanese Colonial Rule, 1895-1945: History, Culture, Memory**. Columbia University Press, 2006. p 122-140

KERR, GEORGE H. **Formosa Betrayed**. Houghton Mifflin Company, 1965.

_____. **Formosa: Licensed Revolution and the Home Rule Movement, 1895-1945**. Honolulu: University of Hawaii Press, 1974.

KISSINGER, HENRY. **On China**. The Penguin Press HC, 1 edition, 2011.

LAI, TSE-HAN; MYERS, RAMON; WEI, WOU. **A Tragic Beginning: The Taiwan Uprising of February 28, 1947**. Stanford University Press, 1 edition, 1991.

LEE, TENG-HUI. **Always in My Heart**. Cornell University, 1995. Disponível em http://www.news.cornell.edu/campus/Lee/Lee_Speech.html. Acesso em julho de 2011.

LEE, TENG-HUI; SHIBA, RYOTARO. **sheng wei t'ai-wan-jen te pei-ai** [A Tristeza por ser Taiwanês]. Abril de 1994. Disponível em <http://huang.cc.ntu.edu.tw/pdf/01-07.pdf>. Acesso em abril de 2012.

LI, FU-CHUNG. **wei ch'üan t'i-chih hsia te kuo-min-tang tang ying ch'i-yeh** [The Party-owned Enterprises Under the Authoritarianism of Kuomintang]. kuo-shih kuan hseuh-shu chi-k'an, 2008. Disponível em http://www.drnh.gov.tw/ImagesPost/0f9f201c-bd8c-4742-93bc-4c258103fc0b/7050e957-4a21-46a0-af2b-3fdb4a28773a_ALLFILES.pdf. Acesso em abril de 2012.

LIAO, PING-HUI. Taiwan Under Japanese Colonial Rule, 1895-1945: History Culture and Memory. In: LIAO, PING-HUI (Org); WANG, DAVID DER-WEI (Org). **Taiwan Under Japanese Colonial Rule, 1895-1945: History, Culture, Memory**. Columbia University Press, 2006. p. 1-16.

LIN, CHENG-YI; LIN CHEN-WENG. **Democracy, Divided National Identity, and Taiwan's National Security**. Taiwan Journal of Democracy, Volume 1, Dezembro de 2005, p. 69-87. Disponível em <http://www.tfd.org.tw/docs/dj0102/069-088.pdf>. Acesso em abril de 2012.

LIN, CHIA-LUNG; TEDARDS, BO. Lee Teng-hui: Transformational Leadership in Taiwan's Transition. In: LEE, WEI-CHIN (Org). **Sayonara to the Lee Teng-hui Era: Politics in Taiwan, 1988-2000**. University Press of America, 2003, p. 25-62.

LIN, JIH-WEN. Transition Through Transaction: Taiwan's Constitutional Reforms in The Lee Teng-hui Era. In: LEE, WEI-CHIN (Org). **Sayonara to the Lee Teng-hui Era: Politics in Taiwan, 1988-2000**. University Press of America, 2003. p.63-90.

MAINLAND AFFAIRS COUNCIL. **cheng-fu ta-lu cheng-ts'e chung-yao wen-chien** [Os Importantes Documentos do Governo da Política em Relação á China]. Novembro de 2007. Disponível em <http://www.mac.gov.tw/public/MMO/RPIR//book421.pdf>. Acesso em julho de 2011.

_____. **t'ai'hai liang-an kuan-hsi shuo-ming-shu** [O Manual das Relacoes entre os Dois Lados do Estreito de Taiwan]. Disponível em <http://www.mac.gov.tw/ct.asp?xItem=57868&ctNode=5645&mp=1>. Acesso em julho de 2011.

MANTHORPE, JONATHAN. **Forbidden Nation: A History of Taiwan**. Palgrave Macmillan, 2005.

MINISTER OF JUSTICE. **kung-min t'ou-p'iao fa** [Lei do Referendo], Law & Regulation Database of Republic of China, 17 de junho de 2009. Disponível em <http://law.moj.gov.tw/LawClass/LawAll.aspx?Pcode=D0020050>. Acesso em Março de 2011.

MYERS, RAMON; ZHANG, JIALIN. **The Struggle across the Taiwan Strait: The Divided China Problem**. Hoover Institute Press Publication, 2005.

NATHAN, ANDREW J.; HO, HELENA V.S.. Chiang Ching-Kuo's Decision for Political Reform. In: LENG, SHAO-CHUAN (Org). **Chiang Ching-kuo's Leadership in The Leadership in The Development of The Republic of China on Taiwan**. The White Burkett Miller Center of Public Affairs, 1992, p 31-62.

NATIONAL CHENGCHI UNIVERSITY. ELECTION STUDY CENTER. **t'ai-wan min-chung cheng-tang p'ien-hao ch'u-shih fen-pu** [A Distribuição e Preferência da Partidária em Taiwan

(1992-2010.6)]. Disponível em <http://esc.nccu.edu.tw/modules/tinyd2/content/partyID.htm>
Acesso em Agosto de 2010.

t'ai-wan min-chung tai-wan-jen/chung-kuo-jen jen-tung chu-shih fen-pu [Mudanças Na Identidade
Taiwanesa/Chinesa (1992-2010.6)]. Disponível em
<http://esc.nccu.edu.tw/modules/tinyd2/content/TaiwanChineseID.htm>. Acesso em Agosto de
2010.

OFFICE OF PRESIDENT, REPUBLIC OF CHINA (TAIWAN). **chung-hua-min-kuo pa-shih
nien wu yüeh i jih tsung-t'ung hua-tsung (i) i tzu ti erh-i-erh-ssu hao-ling kung-pu tseng
hsiu-t'iao wen ti i t'iao-chih ti-shih t'iao**. 1 de maio de 1991. Disponível em
<http://www.president.gov.tw/Default.aspx?tabid=760>. Acesso em abril de 2012.

**chung-hua-min-kuo pa-
shih-i nien wu yüeh erh-shih-pa jih tsung-t'ung hua-tsung (i) i- tzu ti erh-liu-wu-liu hao
ling-kung pu tseng hsiu-t'iao wen ti shih i t'iao-chih ti-shih pa t'iao**. 28 de maio de 1991.
Disponível em <http://www.president.gov.tw/Default.aspx?tabid=759>. Acesso em abril de 2012.

**chung-hua-min-kuo pa-
shih-san nien pa yüeh i jih tsung-t'ung hua-tsung (i) i tzu ti ssu-ssu-pa-pa hao ling kung
pu hsiu cheng tseng hsiu-t'iao wen ti i t'iao-chih ti-shih pa t'iao wei ti i t'iao chih ti shih t'iao**.
1 de agosto de 1994. Disponível em <http://www.president.gov.tw/Default.aspx?tabid=758>.
Acesso em abril de 2012.

**chung-hua-min-kuo pa shih-
liu nien ch'i yüeh erh-shih-i jih tsung-t'ung hua-tsung (i) i tzu ti pa-liu-00-i-liu-ch'i-0-erh-
0 hao ling kung-pu hsiu-cheng tseng hsiu-t'iao wen ti i t'iao chih ti shih t'iao wei ti i t'iao
chih ti shih i t'iao**. 21 de julho de 1997. Disponível em
<http://www.president.gov.tw/Default.aspx?tabid=757>. Acesso em abril de 2012.

PHILLIPS STEVEN. Building a Taiwanese Republic: The Independence Movement, 1945-
Present. In: TUCKER, NANCY BERNKOPF. **Dangerous Strait: The U.S.-Taiwan-China
Crisis**. Columbia University Press, 2008, p. 44-69.

RIGGER, SHELLEY. Competing Conceptions of Taiwan's Identity: The Irresolvable Conflict in
Cross-Strait Relations. In: ZHAO, SUISHENG (Org). **Across de Taiwan Strait: Mainland
China, Taiwan, and the 1995-1996 Crisis**. Routledge, 1999, p. 229-242.

SHANG, DELIANG. Cooperação política entre China e Brasil versus multipolarização. In:
GUIMARÃES, SAMUEL PINHEIRO (Org). Brasil e China Multipolaridade. Instituto de
Pesquisa de Relações Internacionais Fundação Alexandre de Gusmão, 1999, p. 291-308.
Disponível em [http://geopousp.files.wordpress.com/2009/01/brasil-e-china-multipolaridade-
alexandre-gusmao.pdf](http://geopousp.files.wordpress.com/2009/01/brasil-e-china-multipolaridade-alexandre-gusmao.pdf). Acesso em Março de 2011.

SHIH, CHENG-FENG. **American Policy toward Taiwan, From the Past into the Future.** Tamkang University, 17 de junho de 2002. Disponível em <http://mail.tku.edu.tw/cfshih/def5-2-020617.htm>. Acesso em julho de 2011.

SHOZO, FUJII. The Formation of Taiwanese Identity and the Cultural Policy of Various Outside Regimes. In: LIAO, PING-HUI (Org); WANG, DAVID DER-WEI (Org). **Taiwan Under Japanese Colonial Rule, 1895-1945: History, Culture, Memory.** Columbia University Press, 2006. p 62-77

TAKEKOSHI, YOSABURO. **Japanese Rule in Formosa.** Longmans Green And Co., 1907.

TENG, EMMA JINHUA. **Taiwan's Imagined Geography: Chinese Colonial Travel Writing and Pictures, 1683-1895.** Harvard East Asian Monograph, 2006.

SENATE CONGRESS RESOLUTION 107, **Resolution Expressing the United State's Continued Support for Taiwan,** 105th Congress 2nd Session, 10 de julho de 1998. Disponível em <http://www.nti.org/db/china/engdocs/ustws107.htm>. Acesso em Março de 2011.

PEOPLE'S DAILY. **2000 nien chu jung-chi tsung-li hui-chien chung-wai chi-che hui-ta chi-che t'i-wen** [A Conferencia de Imprensa de Zhu Rong-ji para a Repórteres Nacionais e Internacionais no Ano 2000], 15 de março de 2000. Disponível em <http://www.people.com.cn/GB/other4349/4355/20010315/418197.html>. Acesso em Março de 2011

_____. **i'ko chung-kuo te yüan-tse yu t'ai-wan wen-t'i** [O Princípio uma Só China e a Questão de Taiwan]. Fevereiro de 2000. Disponível em <http://tw.people.com.cn/BIG5/26741/26753/26814/906996.html>. Acesso em julho de 2011.

THE CENTRAL PEOPLE'S GOVERNMENT OF PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **1993 nien cheng-fu kung-tso-pao-kao** [O Relatório do Governo Relativo ao Ano de 1993]. 15 de março de 1993. Disponível em http://www.gov.cn/test/2006-02/16/content_200926.htm. Acesso em julho de 2011.

TAN, TIE WEE. **Consolidating Separation: The Lee Teng-hui Administration and The Political Status of Taiwan.** Stanford Journal of East Asian Affairs, 2003. Disponível em <http://www.stanford.edu/group/sjeaa/journal3/china1.pdf>. Acesso em julho de 2011.

TANNER, MURRAY SCOT. **Chinese Economic Coercion Against Taiwan.** Rand, 2007.

TS'AI, HUI-YU CAROLINE. Shaping Administration in Colonial Taiwan, 1895-1945. In: LIAO, PING-HUI (Org); WANG, DAVID DER-WEI (Org). **Taiwan Under Japanese Colonial Rule, 1895-1945: History, Culture, Memory.** Columbia University Press, 2006. p 62-77

TSAI, SHIH-SHAN HENRY. **Maritime Taiwan.** M.E. Sharpe, 2009.

_____. **Lee Teng-Hui and Taiwan's Quest for Identity**. Palgrave Macmillan. 2005.

TSE, HAN LAI; MYERS, RAMON H.; WEI, WOU. **A Tragic Beginning: The Taiwan Uprising of February 28, 1947**. Stanford University Press, 1991.

TUCKER, NANCY BERNKOPF. Strategic Ambiguity or Strategy Clarity?. In: TUCKER, NANCY BERNKOPF. **Dangerous Strait: The U.S.-Taiwan-China Crisis**. Columbia University Press, 2008, p.186-212.

WANG, T.Y. Taiwan's Foreign Relations under Lee Teng-hui's Rule, 1988-2000. In: LEE, WEI-CHIN (Org). **Sayonara to the Lee Teng-hui Era: Politics in Taiwan, 1988-2000**. University Press of America, 2003, p. 245-276.

WATCHMAN, ALAN. **Why Taiwan? : Geostrategic Rationales for China's Territorial Integrity**. Stanford University Press, 2007.

WHITE HOUSE. <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2008/03/20080322-4.html>

XINHUA. **chiang tse-min: wei ts'u-chin tsu-kuo t'ung-i ta-yeh te wan-ch'eng erh chi-hsu fen-tou** [Jiang Zemin: Pela Promoção da Grande Causa da Reunificação da Pátria e a Continuidade do Esforço]. Xinhua News Agency, 30 de janeiro de 1995. Disponível em http://news.xinhuanet.com/taiwan/2005-01/26/content_2510849.htm. Acesso em Julho de 2011.

_____. **chung-hua-jen-min-kung-ho-kuo cheng-fu kuan-yü ling-hai te sheng-ming** [A Declaração da República Popular da China em Relação as Águas Territoriais Chinesas]. Xinhua News Agency, 4 de setembro de 1958. Disponível em http://big5.xinhuanet.com/gate/big5/news.xinhuanet.com/ziliao/2003-01/24/content_705061.htm. Acesso em Abril de 2012.

_____. **chung-hua-jen-min-kung-ho-kuo ch'uan-kuo-jen-min-tai-piao-ta-hui ch'ang-wu-wei-yüan-hui kao t'ai-wan t'ung-pao shu** [A Mensagem do Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo da República Popular da China para os Compatriotas de Taiwan]. Xinhua News Agency, 1 de janeiro de 1979. Disponível em http://big5.xinhuanet.com/gate/big5/news.xinhuanet.com/ziliao/2002-03/04/content_2550226.htm. Acesso em Abril de 2002.

_____. **kuo-fang-pu kuan-yu t'ing-chih tui ta chin-men teng tao-yu p'ao-chi te sheng-ming** [A Declaração do Ministério da Defesa Nacional Relativo ao Interrupimento do Bombardeiro a Quemoy e Outra Ilhas]. Xinhua News Agency. 1 de Janeiro de 1979. Disponível em http://big5.xinhuanet.com/gate/big5/news.xinhuanet.com/ziliao/2003-01/24/content_705059.htm. Acesso em Maio de 2011.

_____. **shou-ch'uan fa-pu: fan fen-lieh kuo-chia fa ch'uan-wen** [Declaração Autorizada: Lei Anti-Secessão Texto Completo]. Xinhua News Agency, 14 de Março de 2005. Disponível em http://big5.xinhuanet.com/gate/big5/news.xinhuanet.com/tai_gang_ao/2005-03/14/content_2694168.htm. Acesso em Maio de 2011.

_____. **yeh chien-ying hsiang hsin-hua-she chi-che fa-piao te t'an-hua** [O Pronunciamento de Yeh Chien-ying ao Repórter da Agencia Xinhua News]. Xinhua News Agency, 30 de Setembro de 1981. http://big5.xinhuanet.com/gate/big5/news.xinhuanet.com/ziliao/2003-01/23/content_704801.htm. Acesso em Maio de 2011.

_____. **wo-men pu huan-ying lü-se⁴ t'ai-shang jen-min-jih-pao t'ung-ch'ih hsu wen-lung** [Os empresários “verdes” não são bem-vindos, Crítica do People's Daily á Hsu Wen-lung]. Xinhua News Agency, 31 de maio de 2004. Disponível em http://big5.xinhuanet.com/gate/big5/news.xinhuanet.com/taiwan/2004-05/31/content_1498594.htm. Acesso em Julho de 2011.

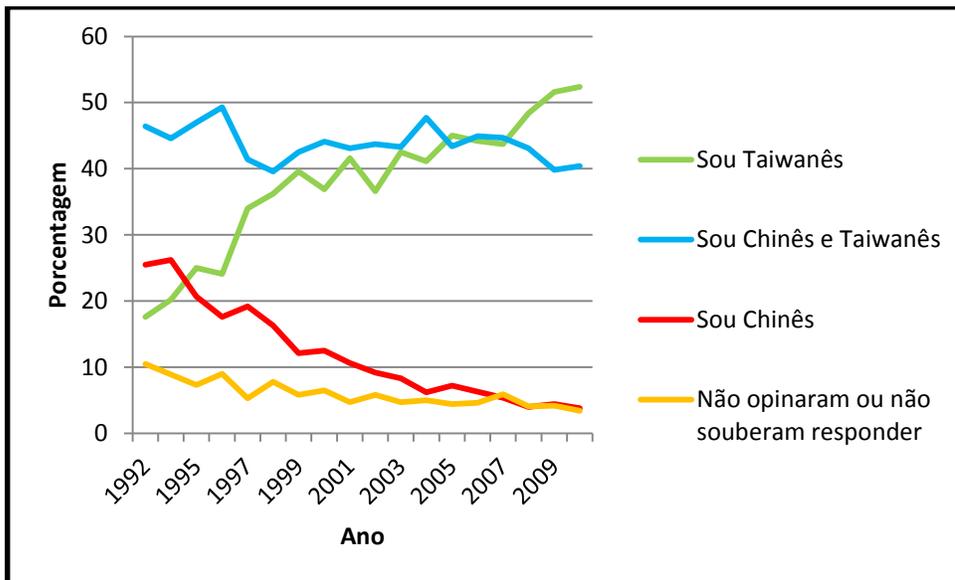
_____. **t'ai'wan wen-t'i yu chung-kuo te t'ung-i** [A Questao de Taiwan e a Unificacao da China]. Xinhua News Agency, Agosto de 1993. Disponível em http://big5.xinhuanet.com/gate/big5/news.xinhuanet.com/ziliao/2003-01/23/content_704463.htm. Acesso em julho de 2011.

ZHAO, SUIHENG, Making Sense of the 1995-96 Crisis in the Taiwan Strait, In: ZHAO, SUIHENG (Org). **Across de Taiwan Strait: Mainland China, Taiwan, and the 1995-1996 Crisis**. Routledge, 1999, p. 1-20

ZHAO, SUIHENG, Economic Interdependence and Political Divergence, In: ZHAO, SUIHENG (Org). **Across de Taiwan Strait: Mainland China, Taiwan, and the 1995-1996 Crisis**. Routledge, 1999, p. 21-40

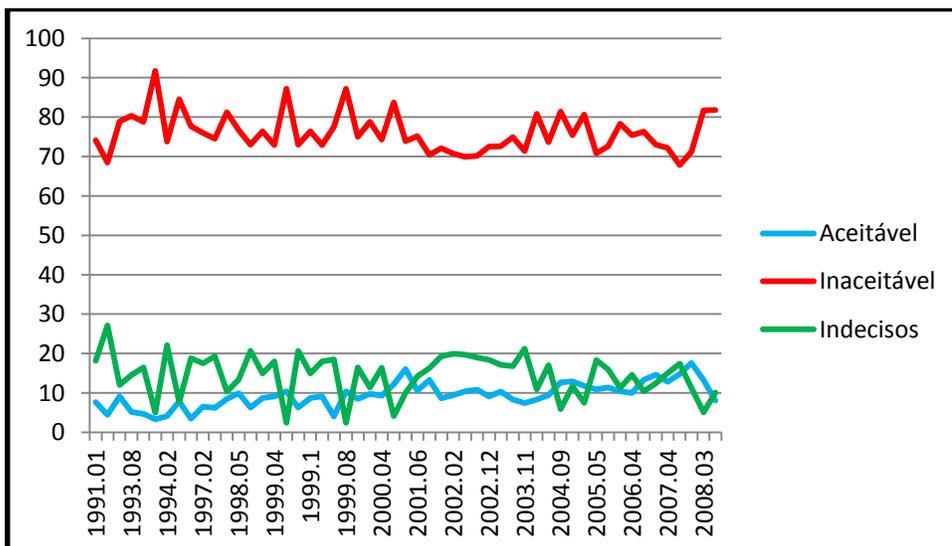
ZHAO, SUIHENG, Changing Leadership Perceptions: The Adoption of a Coercive Strategy, In: ZHAO, SUIHENG (Org). **Across de Taiwan Strait: Mainland China, Taiwan, and the 1995-1996 Crisis**. Routledge, 1999, p. 99-126

ANEXO A: A Evolução da Auto Definição Étnica da População Taiwanesa



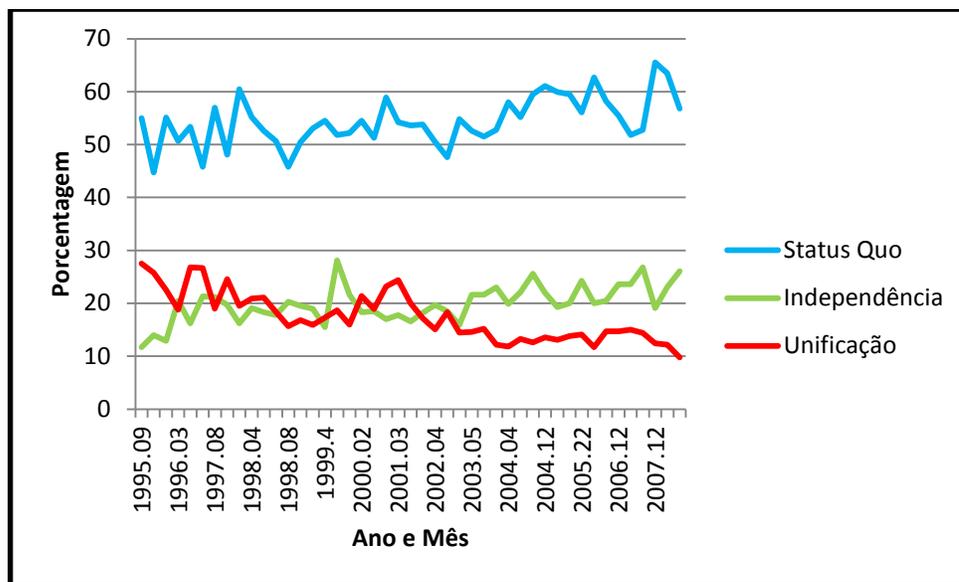
Fonte: Election Study Center, National Chengchi University

ANEXO B: A Evolução da Opinião Pública Taiwanesa sobre a Proposta Sugerida Pela RPC "Um País, Dois Sistemas" para a Resolução da "Questão de Taiwan"



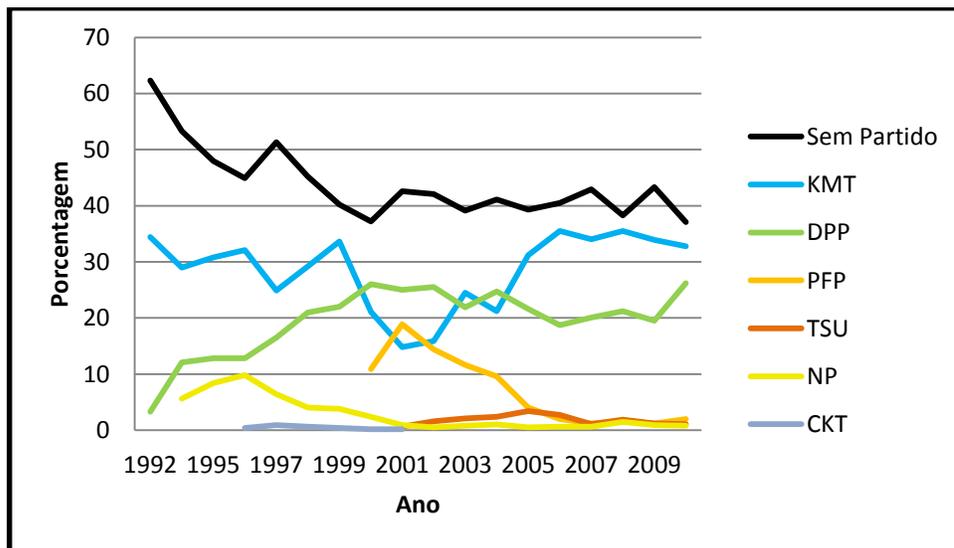
Fonte: Mainland Affairs Council

ANEXO C: A Evolução da Opinião Pública Taiwanesa sobre Unificação, Independência ou *Status Quo*



Fonte: Mainland Affairs Council

ANEXO D: A Evolução sobre as Preferências Partidárias em Taiwan



Fonte: Election Study Center, National Chengchi University